



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA
PORTO



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

Estudo

DIAGNÓSTICO DAS ONG EM PORTUGAL 2015-2024

Relatório final

Outubro de 2024

ATES

Área
Transversal
de Economia
Social

DIAGNÓSTICO DAS ONG em Portugal 2015-2024

Relatório Final

Parte II | Comparações Internacionais

outubro de 2024

Ficha Técnica

Título: ESTUDO “DIAGNÓSTICO DAS ONG EM PORTUGAL 2015-2024”

Autores: Américo M. S. Carvalho Mendes (coord.), Filipe B. Pinto (coord.) e Raquel Campos Franco (coord.), Francisco M. A. S. Martins da Rocha, Hélder Pires, Leonor Rodrigues, Mariana Vareta

outubro de 2024

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
1. A ECONOMIA SOCIAL NA UE-27	8
1.1 TIPOS DE ENTIDADES	8
1.2 NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES	9
1.3 EMPREGO.....	11
1.4 VOLUNTARIADO	14
1.5 AFILIAÇÃO	16
1.6 RECEITAS E VALOR ACRESCENTADO	18
Receitas.....	18
Valor acrescentado	19
1.7 A DIMENSÃO DAS ORGANIZAÇÕES.....	20
2. O ENQUADRAMENTO POLÍTICO E INSTITUCIONAL NA UE	21
3. ANÁLISE COMPARATIVA DOS PAÍSES SELECIONADOS	24
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CINCO PAÍSES	24
População, PIB e Imigração	24
Despesa governamental	26
Confiança	27
3.2 VARIAÇÕES NO TERCEIRO SETOR DOS CINCO PAÍSES.....	30
Número de organizações	30
Composição do setor	30
Força de trabalho do setor	32
Afiliação.....	35
Estrutura de fundos	35
Ambiente filantrópico	36
O espaço cívico a ser desafiado?	37
3.3 A TEORIA DAS ORIGENS SOCIAIS E OS PADRÕES DE CADA PAÍS	39
Um padrão estatista ou em transição, na Grécia?	42
A Noruega e o padrão social-democrata	42
Portugal, um padrão ainda em transição para o welfare partnership?	44
O padrão liberal do Reino Unido.....	44
A Roménia, um padrão estatista ou em transição?.....	46
4. O TERCEIRO SETOR EM CADA PAÍS SELECIONADO	48
4.1 O TERCEIRO SETOR EM PORTUGAL	48
Caracterização do terceiro setor português	48
Contextualização histórica	54
O terceiro setor português na última década	55
4.2 O TERCEIRO SETOR NA GRÉCIA	56
Caracterização do terceiro setor grego	56
Contextualização histórica	58
O terceiro setor grego hoje	59
4.3 O TERCEIRO SETOR NA NORUEGA	61
Caracterização do terceiro setor norueguês	61
Contextualização histórica	71
As ONG norueguesas na última década.....	74
4.4 O TERCEIRO SETOR NO REINO UNIDO	79
Caracterização do terceiro setor do Reino Unido	79
Contextualização histórica	88
O terceiro setor do Reino Unido nas duas últimas décadas	89
4.5 O TERCEIRO SETOR NA ROMÉNIA	91
Caracterização do terceiro setor romeno.....	91
Contextualização histórica	95
O terceiro setor romeno na última década.....	97
CONCLUSÃO DA ANÁLISE COMPARATIVA	100
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

A **realidade portuguesa** da economia social será aqui colocada em comparação com outros quatro países europeus, selecionados pela sua diversidade, dois que partilham o espaço da União Europeia e outros dois que não: um país do sul da Europa, a **Grécia**, um país nórdico, a **Noruega**, um país anglo-saxónico, o **Reino Unido**, e um país do leste, a **Roménia**.

A comparação internacional que aqui apresentamos não tem como unidade de análise o setor das ONG nos mesmos termos usados como referência na parte anterior e explicitados em detalhe no Diagnóstico das ONG de 2015 (Franco et al., 2015). Tal como as comparações internacionais desse relatório, as comparações internacionais aqui apresentadas não podem usar esse conceito, uma vez que não existem estatísticas para este setor para as fronteiras exatas dessa definição. É possível realizar comparações internacionais tendo como referência outros conceitos e respetivos setores, como o das “organizações sem fins lucrativos” e da “economia social”.

O **conceito de organização sem fins lucrativos** é muitas vezes equacionado com a definição estrutural-operacional da autoria de Salamon e Anheier (1992), utilizada no projeto internacional *Comparative Nonprofit Sector* (CNP) levado a cabo pelo *Center for Civil Society Studies* da Universidade de Johns Hopkins. De acordo com essa definição, o setor sem fins lucrativos consiste no conjunto de entidades que são: (1) organizadas, no sentido de serem institucionalizadas de alguma forma (estando excluídos grupos ad-hoc, informais ou temporários); (2) privadas, isto é, institucionalmente separadas do governo; (3) não distribuidoras de lucro a proprietários ou diretores; (4) auto-governadas, isto é, equipadas para controlar as suas próprias atividades; e (5) voluntárias, isto é, envolvendo algum grau de participação voluntária (Salamon e Anheier, 1992, 1997). As equipas do CNP apuraram dados sobre o setor sem fins lucrativos em mais de 40 países, tendo o projeto também sido levado a cabo em Portugal pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa¹, em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística (INE) (Franco, 2005; Franco et al, 2005). O trabalho foi a base para a produção pelo INE, no ano seguinte, da versão reduzida da Conta Satélite para este setor (INE, 2006), naquele que seria o primeiro passo para a construção da Conta Satélite da Economia Social a produzir em anos seguintes com o apoio da CASES (INE, 2019, 2013, 2016, 2019/20).

Mais recentemente, reconhecendo a resistência dos países europeus à definição estrutural-operacional original, sobretudo porque excluía as cooperativas e as mutualidades, Salamon e Sokolowski (2016) propõem, em conjunto com o grupo de académicos que trabalharam no *Third Sector Impact Project* da União Europeia (UE), uma **reconceptualização operacional** para o sector, aproveitando para esclarecer algumas dimensões. De acordo com a nova definição estrutural-operacional, para serem do setor das organizações sem fins lucrativos as entidades devem ser: (1) organizações - formais ou informais, não precisando de estar legalmente registadas; (2) privadas, no sentido de serem institucionalmente separadas do governo, mas também de não serem por este controladas ou dissolvidas; (3) auto-governadas, no sentido anteriormente explicitado; (4) não compulsivas, no sentido da pertença à mesma ter de ser livre - tribos, famílias e castas estão excluídas, mas as ordens profissionais são incluídas, porque a

¹ Hoje denominada de Católica Porto Business School.

escolha da profissão é livre; e (5) totalmente ou de forma significativa limitadas na distribuição de qualquer excedente a investidores, membros ou outros *stakeholders*, tendo esta limitação de ser formal ou legal, sendo uma restrição que “relaxa” para abraçar organizações que permitem alguma distribuição de excedente, como as cooperativas, as mutualidades e as empresas sociais².

O **conceito de economia social** é utilizado em muitos países como conceito central e como referência para o levantamento de dados, sendo o [CIRIEC](#) (*Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative*) um importante promotor do mesmo em contexto europeu e não só. É também um conceito historicamente relevante em Portugal e parte das referências metodológicas para a Conta Satélite da Economia Social. Segundo o CIRIEC, o setor da economia social é constituído por dois subsectores, o mercantil e o não mercantil da economia social. Inclui sem reservas as cooperativas e as mutualidades (Westlund *et al.*, 2006), fator que distingue esta definição e o conjunto de organizações que dela deriva, da que deriva da definição estrutural-operacional original.

Por razões de disponibilidade de dados, nalguns casos iremos apresentar aqui dados que têm como referência o conceito de organização sem fins lucrativos ajustado (sempre que recorrermos a dados do projeto CNP de Lester Salamon), noutros o conceito de economia social (usado pela Conta Satélite portuguesa e pelo estudo da Comissão Europeia de 2024), e noutros ainda, dados de um subconjunto - é o caso do Reino Unido que reporta sobre a *charities* no Almanac da NCVO (a que juntaremos dados das cooperativas nalguns casos para comparação), e o caso da Noruega e as “organizações voluntárias” (em que procederemos da mesma forma nalguns casos).

É de realçar, a propósito dos dados sobre o setor, que há ainda um longo caminho a percorrer no sentido da harmonização dos referenciais e na cobertura geográfica, o que torna difícil a realização de análises comparativas, que exigem sempre um olhar atento e precaução na interpretação. Assim, para os valores apresentados, recomendamos que tenham em consideração o conceito de base, o que este significa em termos de abrangência, as fontes dos dados e as respetivas metodologias de recolha e limitações associadas quando existirem.

Deixamos uma nota final relativa aos dados. A realização de uma análise comparativa do terceiro setor a incidir sobre uma parcela do contexto europeu representa um desafio que muitos poderão não antever. Sendo três destes países integrantes da União Europeia (UE), beneficiamos de alguns avanços nalguma harmonização (a ênfase é propositada) no reporte de dados sobre o setor. Por não ser um país integrante da UE, a Noruega não consta de alguns desses levantamentos, apenas de uma parte. Fontes nacionais foram usadas para a caracterização necessária. A saída do Reino Unido da UE implicou uma interrupção no reporte de dados pelas instituições europeias, pelo que as fontes tiveram de ser outras para os dados dos últimos anos. Finalmente, o acesso a informação qualitativa e outros dados quantitativos mais específicos impuseram o tratamento de documentos na língua original da Grécia, da Noruega e da Roménia, dada a prática muito limitada de tradução para a língua inglesa. A experiência de ultrapassar esta barreira, que hoje está ao alcance de um investigador, que pode prescindir dos serviços de tradução externos e ser autónomo na tarefa, proporcionou uma visão

² Para operacionalizar esta característica os autores fornecem no artigo referências quantitativas detalhadas.

interessante sobre a dimensão dos desafios da partilha de informação sobre o terceiro setor no espaço europeu, que é um espaço único, mas com tanta diversidade escondida.

No que respeita a **denominações** iremos utilizar algumas ao longo desta parte, porque é essa a prática internacional – economia social, setor das organizações sem fins lucrativos, ONG, terceiro setor, setor das organizações voluntárias. Não cabe no propósito deste trabalho uma discussão terminológica e conceptual, além da já introduzida. Quando caracterizarmos o contexto da UE iremos privilegiar a denominação de “economia social” porque é essa que tem sobressaído em parte dessa geografia, mas quando saltarmos para a análise comparativa utilizaremos o conceito de “terceiro setor”, mais “isento”, que parece assim adequar-se melhor às realidades que estarão em confronto. Quando entrarmos na análise país a país, veremos que um ou outro termo está consagrado na legislação ou formalizado pelos institutos de estatística ou centros de investigação para a recolha de dados. Procuraremos seguir essas preferências nas respetivas secções.

Salientamos apenas mais isto sobre o tema: o conceito de “sociedade civil” é por vezes utilizado de forma indistinta dos conceitos aqui previamente listados. Optamos, contudo, por uma visão distinta. Alinhando com Dahrendorf (1997) e com Anheier e outros (2004, 2020), consideramos que “sociedade civil” remete para disposições individuais e questões de civilidade, indo o seu significado muito além daquele que aqui pretendemos.

As questões a que se procurará dar resposta ao longo desta parte são **“Como é que nos países selecionados se tem desenvolvido o setor das ONG e o seu ecossistema?”** e **“Quais são as razões para as diferenças encontradas?”**. Para lhes darmos resposta apresentaremos, no **ponto 1**, uma caracterização da economia social no contexto da União Europeia a 27, seguida de uma breve resenha das políticas têm sido levadas a cabo para o setor desde os anos 1990 neste espaço europeu (**ponto 2**). Este enquadramento servir-nos-á de pano de fundo neste relatório, com a consciência de que é o contexto de três dos países – Portugal, Grécia e Roménia, de um quarto país foi-o até recentemente – o Reino Unido, e com um outro tem uma ligação estreita a partir de um espaço exterior – a Noruega. No **ponto 3** confrontaremos os cinco países numa série de dimensões, tornando mais claras as diferenças e semelhanças entre os setores sem fins lucrativos. Recorreremos à Teoria das Origens Sociais e incentivaremos a uma reflexão sobre o potencial de aprendizagem entre as diferentes realidades e de desenvolvimento dos respetivos setores. Finalmente, no **ponto 4**, mergulharemos no terceiro setor de cada país, quer em termos quantitativos, quer em termos de enquadramento histórico e apresentaremos brevemente o respetivo setor na década ou décadas mais recentes.

Desde os anos 1990 do século passado que, em termos mundiais, assistimos a uma **expansão massiva** da atividade das organizações sem fins lucrativos e a uma explosão da atividade de defesa de causas (“advocacy”), incluindo movimentos sociais. Existe, no entanto, ao mesmo tempo, uma **contra tendência**, que sugere que o crescimento do setor irá abrandar, pois à medida que a sociedade civil ganha em poder e em autoridade, está sujeita a uma crítica crescente por parte de governos e de membros da sociedade (Powell e Bromley 2020, p. 599).

Acreditando na relevância que este setor tem, nomeadamente como propiciador de contextos de desenvolvimento da responsabilidade cívica dos povos, mas também como parceiro, com uma identidade própria, no desenho e concretização de soluções para a resolução dos problemas sociais que enfrentamos no mundo, há que manter a vigilância e lutar para que o setor não perca, mas reforce, a sua importância relativa. Para o efeito há que o desvendar e o dar a conhecer.

1. A economia social na UE-27

De forma a enquadrar no contexto mais largo a que pertencem, os países sobre os quais se debruçará a análise comparativa, apresentamos de seguida uma caracterização do setor na Europa. Os dados mais recentes disponíveis são sobre a União Europeia a 27 (UE-27), de um estudo que é evidência do interesse crescente das instituições europeias pelo conhecimento (comparativo) deste setor (Comissão Europeia, 2024), e que usaremos ao longo desta secção³, com a desvantagem de não incluírem dois dos países da nossa análise comparativa, a Noruega e o Reino Unido, que procuraremos colmatar com outras fontes de dados.

Começaremos por apresentar **(1)** os tipos de entidades que existem na UE-27 e **(2)** o seu número, em seguida **(3)** o emprego, que nos dá uma boa medida da dimensão do setor em cada país, depois **(4)** o voluntariado e **(5)** a afiliação como membros, expressão da vitalidade da sociedade e do seu apoio ao setor, seguindo com **(6)** as receitas e o valor acrescentado, terminando com **(7)** as diferentes dimensões das organizações.

1.1 Tipos de entidades

As entidades da economia social na Europa são sobretudo **associações** e estas estão presentes de forma equilibrada em todos os Estados-membro da UE. A identificação do número de fundações nem sempre é possível nalguns países, que as incorporam nos números das associações. As **fundações** na UE são uma realidade importante, até porque na sua versão de *grantgiving* ou doadoras são, nalgumas áreas e em alguns países, financiadores substanciais, mas em número são um grupo comparativamente pequeno.

As **cooperativas** são reconhecidas como entidades com um papel relevante em países como Áustria, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Portugal e Suécia, mas olhadas com alguma desconfiança no leste europeu – em países como Estónia, Letónia, Lituânia e Polónia, onde são identificadas com os anteriores regimes socialistas, ou como fazendo parte do setor privado.

As **mutualidades** apresentam-se de forma muito diversa, tendo um papel chave em países como a Bélgica, França e Alemanha, onde foram bem integradas no sistema público de saúde, ao contrário de outros países onde o seu número tem vindo a diminuir de forma significativa.

Quando ainda na Europa saímos do contexto da UE e nos focamos no Reino Unido, o conceito mais estreito de terceiro setor, sobre o qual é produzida caracterização de referência, é o das *charities*, que exclui as cooperativas e as mutualidades. O mesmo acontece na Noruega, quando reporta sobre as “organizações voluntárias”.

Há países onde existem **outros tipos de entidades da economia social** que não se encontram noutras geografias e que devem ser consideradas parte integrante deste setor: é o caso das Misericórdias em Portugal; as "agrарische Gemeingüter" na Áustria; as “sociedades laborales”,

³ De salientar que a data de referência dos dados para cada país variam e estas encontram-se nas folhas informativas por país.

“cofradías de pescadores”, “sociedades agrarias de transformación” e “entidades singulares” em Espanha, para referir alguns exemplos.

A tipologia de “**empresa social**” não segue a mesma lógica das tipologias anteriores em vários países, quando estes não têm a correspondente figura legal prevista no ordenamento jurídico. Quando é este o caso, a categoria de “empresa social” é cumulativa destas outras tipologias que apresentamos. Isto é, uma empresa social pode ser uma associação, uma cooperativa, uma fundação, etc., e pode até assumir a forma jurídica de uma empresa convencional. Mesmo quando existem figuras jurídicas que se considera serem a concretização da empresa social no quadro legal, existem outras estruturas legais que podem transformar-se em empresas sociais. É o que acontece, por exemplo, no Reino Unido.

Existe uma grande diversidade de realidades de empreendedorismo e empresas sociais na Europa. Em França as associações têm uma grande liberdade para levarem a cabo atividades empreendedoras, na Eslováquia, Chéquia e Eslovénia já existiam outras figuras antes da “empresa social” ser um tema e essas denominações prevalecem. Na Europa Central e de Leste, onde as cooperativas não são bem vistas, é comum a adoção de uma figura de empresa convencional, na Irlanda as *charities* podem operar através de uma figura empresarial especial (*Company Limited by Guarantee – CLG*) que também existe no Reino Unido. Nos casos em que a opção é criar uma empresa convencional, é necessário fazer ajustes não só ao nível do funcionamento da organização, mas também no seu enquadramento formal, por exemplo através da adaptação dos estatutos, comprometendo os seus proprietários com limites à distribuição dos excedentes. Contabilizar o universo das empresas sociais na Europa implica, assim, ter em consideração não só aquelas que têm uma forma jurídica específica correspondente, como aquelas que, assumindo outras formas jurídicas, correspondem no seu propósito e funcionamento ao que se considera ser uma empresa social.

1.2 Número de organizações

Apesar da sua dimensão, a economia social ainda é bastante invisível nas contas nacionais. Portugal é dos poucos países europeus a publicar regularmente a Conta Satélite da Economia Social⁴ e fá-lo com uma cadência próxima da triannual. Os institutos nacionais de estatística europeus produzem contas nacionais que incluem reporte de dados sobre o setor institucional (S15) denominado de NPISH (*Non-profit Institutions Serving Households*) ou ISFLSF (Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias), mas este setor representa apenas uma parcela das organizações sem fins lucrativos, estando as outras organizações deste tipo dispersas pelos outros setores institucionais. A produção de uma conta satélite sobre o setor é uma forma de garantir a existência de dados sobre o setor completo e com uma atualização regular. A referência técnica para a construção de tal conta satélite existe desde que a equipa de Lester Salamon desenvolveu com as Nações Unidas o Manual para a Conta Satélite das instituições sem fins lucrativos e trabalho voluntário (United Nations, 2003, 2020). A adoção deste referencial exige uma decisão e compromisso governamental que a maioria dos países europeus não tem assumido. O relatório da Comissão Europeia já referido, levado a cabo pela EURICSE, pelo CIRIEC, pela Universidade de Valência e pelo CIRIEC Espanha (Comissão

⁴ A Noruega publicou entre 2006-2018, a Polónia publicou a primeira em 2018 e Salamon e Sokolowski (2018) referiram serem seis os países europeus que já a tinham realizado.

Europeia, 2024), evidencia, através dos resultados de grupos de trabalho que dinamizou, que existe na UE uma vontade de evoluir no sentido da produção regular de melhores dados.

A economia social na UE-27 é composta por mais de 4,3 milhões de organizações (OES) distribuídas por cinco categorias – cooperativas, associações, fundações, mutualidades⁵ e outras. Destacam-se em larga medida as associações (Gráfico UE1 e Tabela UE1), refletindo o que acontece a nível nacional em todo os países, com a exceção da Irlanda, em que é muito próximo o número de cooperativas. O segundo tipo de organização é, na maioria dos casos, o da cooperativa, com exceção do Chipre, da Polónia, do Luxemburgo, da Hungria, da Roménia, da Alemanha, da Áustria e da Dinamarca, em que se destaca a fundação. As mutualidades são, na maioria dos casos o tipo de organização com menos expressão numérica, com exceção do Chipre e da Roménia.⁶

Calibrando o número de organizações pela dimensão da população obtivemos o número de organizações por 1 000 habitantes, o que pode dar uma medida da vitalidade do setor, que terá sempre de ser complementado por um conhecimento da realidade, porque pode denunciar uma fragmentação da oferta de serviços que convidaria a uma reflexão sobre a eventual pertinência de fusões entre organizações.

País	Cooperativas	Associações	Fundações	Mutualidades	Outras	Total OES	População (2023)	Nº OES / 1 000 hab
Alemanha	6 966	615 759	24 650	n/d	2 682	650 057	84 358 845	7,71
Áustria	1 655	128 414	3 143	24	3 700	136 936	9 104 772	15,04
Bélgica	641	16 301	231	87	136	17 396	11 742 796	1,48
Bulgária	2 000	5 769	839	0	1	8 609	6 447 710	1,34
Chéquia	12 915	97 574	2 909	0	339	113 737	10 827 529	10,50
Chipre	75	331	190	830	100	1 526	920 701	1,66
Croácia	742	25 941	207	0	82	26 972	3 850 894	7,00
Dinamarca	2 067	122 331	7 533	n/d	147	132 078	5 932 654	22,26
Eslováquia	1 444	48 206	477	0	6 885	57 012	5 428 792	10,50
Eslovénia	407	22 745	264	1	3 561	26 978	2 116 972	12,74
Espanha	23 675	350 089	9 218	226	23 613	406 821	48 085 361	8,46
Estónia	6 045	37 953	398	0	156	44 552	1 365 884	32,62
Finlândia	3 500	16 386	1 432	37	137	21 492	5 563 970	3,86
França	22 600	1 500 000	5 320	620	2 000	1 530 540	68 172 977	22,45
Grécia	6 925	20 203	532	6	96	27 762	10 413 982	2,67
Hungria	3 455	34 811	18 728	49	3 601	60 644	9 599 744	6,32
Irlanda	1 172	1 277	395	46	10 148	13 038	5 271 395	2,47
Itália	55 237	311 423	8 319	n/d	31 730	406 709	58 997 201	6,89
Letónia	1 674	22 863	1 540	0	193	26 270	1 883 008	13,95
Lituânia	343	1 951	213	0	4 967	7 474	2 857 279	2,62
Luxemburgo	7	2 097	36	9	30	2 179	660 809	3,30
Malta	73	2 781	n/d	0	5	2 859	542 051	5,27
Países Baixos	3 285	41 725	n/d	n/d	n/d	45 010	17 811 291	2,53
Polónia	1 300	79 300	16 800	11	57	97 468	36 753 736	2,65
Portugal	2 174	70 315	618	91	376	73 574	10 516 621	7,00
Roménia	2 043	100 775	17 811	5 216	2 331	128 176	19 054 548	6,73
Suécia	78 103	163 364	20 783	9	2 198	264 457	10 521 556	25,13
Total UE-27	272 414	4 586 839	162 629	7 162	123 601	4 330 326	448 803 078	9,65

Tabela UE1: Nº de organizações da economia social (OES) por país da UE-27, por categoria de OES e nº de OES por 1 000 habitantes
Fonte: Comissão Europeia, 2024; Eurostat (dados população); autores do estudo (última coluna)

Notas: Na Bulgária as associações dizem respeito a "entidades sem fins lucrativos de benefício público"; na Dinamarca e nos Países Baixos as associações mutualistas incluem os dados das cooperativas; em Itália os dados das associações mutualistas estão incluídos nas "outras formas legais" exceto as mútuas de seguros que estão incluídas nas cooperativas; em Malta e nos Países Baixos os dados das fundações estão incluídos nas associações; na Croácia os *sheltered workshops* que tenham formas legais diferentes das cooperativas, associações, fundações e associações mutualistas, encontram-se nas "outras".

⁵ A designação no original é “mutual benefit societies” que aqui traduziremos por associações mutualistas ou mutualidades. Podem também incluir as mútuas de seguros, embora alguns países, como assinalado, as incluam noutras categorias.

⁶ Os valores para Portugal no contexto desta fonte correspondem à última conta satélite e ao ano de 2019. Estando nessa mesma conta disponíveis dados de 2020, supomos que a opção pelo ano de 2019 correspondeu a uma aproximação aos anos reportados pelos outros países e por razões de melhor comparabilidade.

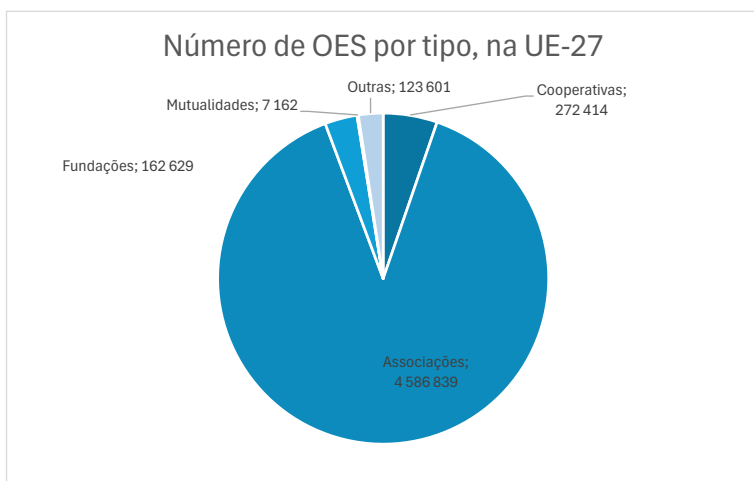


Gráfico UE1: Número de organizações da economia social por tipo, na UE-27
Fonte: Comissão Europeia, 2024

A Estónia destaca-se, largamente, como o país com o maior número de organizações da economia social por 1 000 habitantes, seguido da Suécia, França e Dinamarca. Entre 10 e 15 organizações encontramos a Áustria, a Letónia, a Eslovénia, a Chéquia e a Eslovénia. De destacar, pelo número reduzido, a Bulgária e a Bélgica.

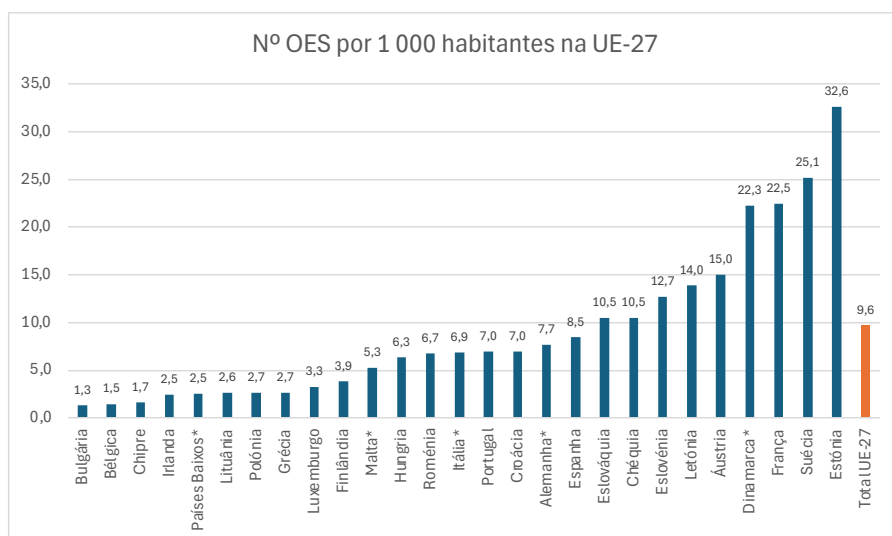


Gráfico UE2: Número de organizações da economia social por 1 000 habitantes na UE-27

Fonte: Comissão Europeia, 2024; Eurostat; autores do estudo

*número poderá estar subvalorizado dada a indisponibilidade de dados para algumas das categorias de OES

1.3 Emprego

O setor da economia social proporciona pelo menos 11,5 milhões de empregos remunerados⁷, o que equivale a 6,3% da população trabalhadora, gerando essa força de trabalho 912,9 mil milhões de euros de receitas na UE-27, mais de 210 mil euros por entidade e mais de 79 mil por pessoa empregada (tabela UE2). O conceito de receitas (ou *turnover*) deve ser distinguido do de valor acrescentado, a apresentar mais à frente, sendo este último o que deve ser utilizado como

⁷ Dados não incluem Malta e Países Baixos.

o contributo para o PIB, uma vez que exclui os custos intermédios de produção evitando as duplas contabilizações das transações.

Cruzando com as receitas, é possível verificar como se destacam valores médios de receitas por entidade tão elevados em países como a Finlândia (que se optou por retirar do gráfico por razões de escala), o Luxemburgo e Irlanda, seguidos de França e Espanha (tabela UE3 e gráfico UE3). Nas receitas por trabalhador juntam-se ao grupo dos países com valores mais elevados a Áustria e a Eslovénia (tabela UE3).

Olhando ao emprego por tipo de entidade, em associações trabalham mais de 6,2 milhões de pessoas e em cooperativas mais de 3,3 milhões (tabela UE3 e gráfico UE4). Na área da saúde e na área social trabalham 3,3 milhões de pessoas, 702 000 na área da educação e 622 000 nas artes, cultura e lazer. São mais de 246 000 as empresas sociais incluídas e estas empregam pelo menos 3,3 milhões de pessoas.

País	Total OES	Pessoas empregadas	Receitas (turnover) (Mio. EUR)	Receitas / entidade (EUR)	Receitas / pessoa empregada (EUR)
Alemanha	650 057	3 426 585	77 041	118 514	22 483
Áustria	136 936	86 827	13 825	100 962	159 228
Bélgica	17 396	592 279	n/d	n/d	n/d
Bulgária	8 609	33 812	n/d	n/d	n/d
Chipre	1 526	4 044	183	119 790	45 203
Chéquia	113 737	112 369	3 139	27 598	27 934
Croácia	26 972	22 946	1 427	52 888	62 168
Dinamarca	132 078	179 598	n/d	n/d	n/d
Eslováquia	57 012	69 700	2 703	47 411	38 780
Eslovénia	26 978	14 686	1 732	64 212	117 956
Espanha	406 821	1 389 937	107 246	263 618	77 159
Estónia	44 552	65 721	281	6 301	4 271
Finlândia	21 492	174 262	44 080	2 050 972	252 950
França	1 530 540	2 590 960	487 700	318 646	188 231
Grécia	27 762	96 500	3 540	127 502	36 681
Hungria	60 644	163 727	9 097	150 008	55 563
Irlanda	13 038	43 520	8 774	672 948	201 606
Itália	406 709	1 534 828	128 931	317 011	84 004
Letónia	26 270	29 619	12	449	398
Lituânia	7 474	68 573	1 052	140 701	15 335
Luxemburgo	2 179	21 221	1 900	871 914	89 529
Malta	2 859	n/d	125	43 792	n/d
Países Baixos	45 010	n/d	n/d	n/d	n/d
Polónia	97 468	250 400	8 736	89 630	34 889
Portugal	73 574	240 382	10 103	137 322	42 030
Roménia	128 176	101 951	1 245	9 711	12 209
Suécia	264 457	196 836	n/d	n/d	n/d
Total UE-27	4 330 326	11 511 283	912 870	210 809	79 302

Tabela UE2: Número de organizações da economia social (OES) por país da UE-27, pessoas empregadas e receitas
Fonte: Comissão Europeia, 2024; Eurostat (dados população); autores do estudo (últimas duas colunas)

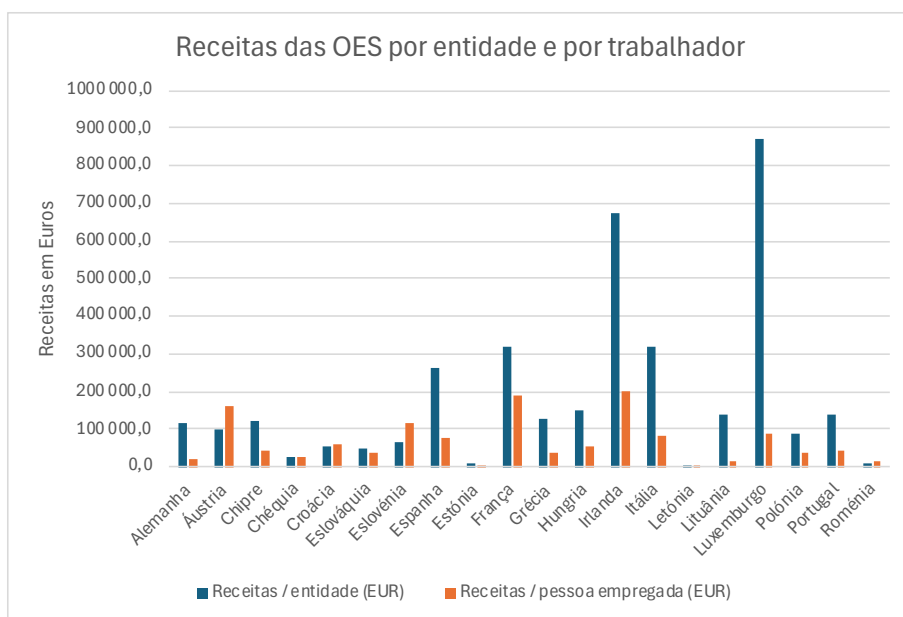


Gráfico UE3: Receitas das OES por organização e por pessoa empregada de seleção de países da UE (para os países com dados disponíveis, tendo sido excluída a Finlândia por razões de escala)

Fonte: Comissão Europeia, 2024; Eurostat; autores do estudo

País	Cooperativas	Associações	Fundações	Mutualidades	Outras formas jurídicas	Total Emprego OES
Alemanha	1 000 276	2 020 579	247 583	n/d	158 147	3 426 585
Áustria	45 988	23 570	6 562	3 040	7 667	86 827
Bélgica	8 935	555 438	7 663	18 187	2 056	592 279
Bulgária	21 095	10 258	2 459	n/d	n/d	33 812
Chipre*	400	1 799	1 820	25	n/d	4 044
Chéquia	46 894	51 861	925	0	12 689	112 369
Croácia	2 285	20 381	280	n/d	n/d	22 946
Dinamarca	33 602	112 059	32 445	n/d	1 492	179 598
Eslováquia	23 800	22 417	406	0	23 077	69 700
Eslovénia	2 694	4 619	115	356	6 902	14 686
Espanha	378 849	522 380	267 005	1 626	220 077	1 389 937
Estónia	8 589	54 480	1 492	0	1 160	65 721
Finlândia	92 000	37 721	24 479	6 594	13 468	174 262
França	320 313	2 024 845	108 345	137 457	n/d	2 590 960
Grécia	33 548	49 833	12 095	n/d	1 024	96 500
Hungria	11 414	37 434	19 871	n/d	95 008	163 727
Irlanda	43 520	n/d	n/d	n/d	n/d	43 520
Itália	1 130 741	167 931	104 863	n/d	131 293	1 534 828
Letónia	4 215	24 324	n/d	0	1 080	29 619
Lituânia	4 588	7 337	851	0	55 797	68 573
Luxemburgo	925	19 076	645	n/d	575	21 221
Malta*	n/d	n/d	n/d	0	n/d	n/d
Países Baixos*	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Polónia	33 500	160 800	56 100	n/d	n/d	250 400
Portugal	24 309	156 034	14 764	4 906	40 369	240 382
Roménia	15 326	64 243	10 791	5 912	5 679	101 951
Suécia	51 991	75 157	25 041	14 984	29 663	196 836
Total UE-27	3 339 797	6 224 576	946 600	193 087	807 223	11 511 283

Tabela UE3: Emprego por tipo de OES na UE-27

Fonte: Comissão Europeia, 2024; Eurostat (dados população); autores do estudo (última coluna)

* dados não disponíveis

Notas: Na Áustria as associações e as fundações são apenas as classificadas como “economicamente ativas” pelo Austria Statistik; na Dinamarca os dados das associações mutualistas estão incluídos nos dados das cooperativas; na Itália os dados das mútuas de seguros estão incluídos nos dados de cooperativas e os dados de associações mutualistas estão incluídos em “outros”; na Letónia os dados das fundações estão incluídos nas associações; no Luxemburgo e na Polónia os dados das cooperativas são parciais, nos termos cobertos pelas respetivas contas satélite; no Luxemburgo os dados das associações mutualistas não são publicados por razões confidenciais.

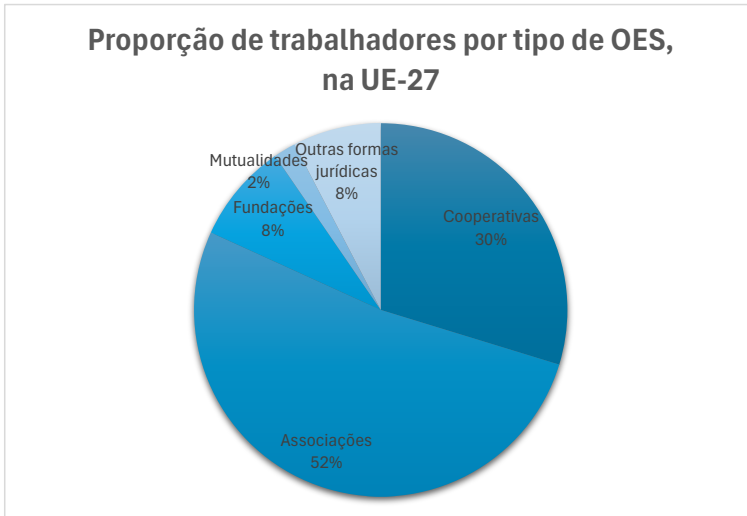


Gráfico UE4: Proporção de trabalhadores por tipo de OES, na UE-27
Fonte: Comissão Europeia, 2024

1.4 Voluntariado

Voluntariado é a atividade de oferta de trabalho sem obtenção de retribuição, seja monetária ou em espécie. No contexto do Eurostat, **voluntariado formal** consiste na realização de trabalho não pago numa organização da economia social, e **voluntariado informal** consiste no apoio a pessoas fora de uma estrutura organizacional, não é estruturado, é normalmente espontâneo e não mediado por qualquer organização formal. Dados do Eurostat (EU-SILC) fornecem percentagens da população europeia que participa em atividades formais e informais de voluntariado: em 2015 a média da UE-27 foi de 18,9% e em 2022 de 12,3%. Tanto no voluntariado formal, como no voluntariado informal, observaram-se quebras no seu exercício neste período em análise, nalguns países com muita expressão. No voluntariado formal é exceção a esta evolução apenas o Chipre, Malta, Roménia e Noruega (gráfico UE5). No voluntariado informal a tendência de decréscimo é idêntica no período coberto, com os mesmos países exceção, a que se junta a Hungria (gráfico UE6). Estes dados merecem reflexão.

Juntando numa mesma representação os dois tipos de voluntariado torna-se evidente que há duas realidades distintas: a dos países em que o voluntariado informal é superior ao formal - como é o caso, por exemplo, de Portugal e da Noruega -, e a situação inversa - como, por exemplo, na Irlanda (gráfico UE7). De notar que o voluntariado informal tem muita expressão nos países nórdicos e nos Países Baixos, em todos eles com uma grande distância em relação ao voluntariado formal, além de também nestes países o número de pessoas a realizar voluntariado ser muito superior ao de todos os outros. Não é uma realidade recente, tem raízes históricas e culturais, e estará relacionada também com a educação, com a riqueza do país e o tempo livre disponível, entre outros fatores.

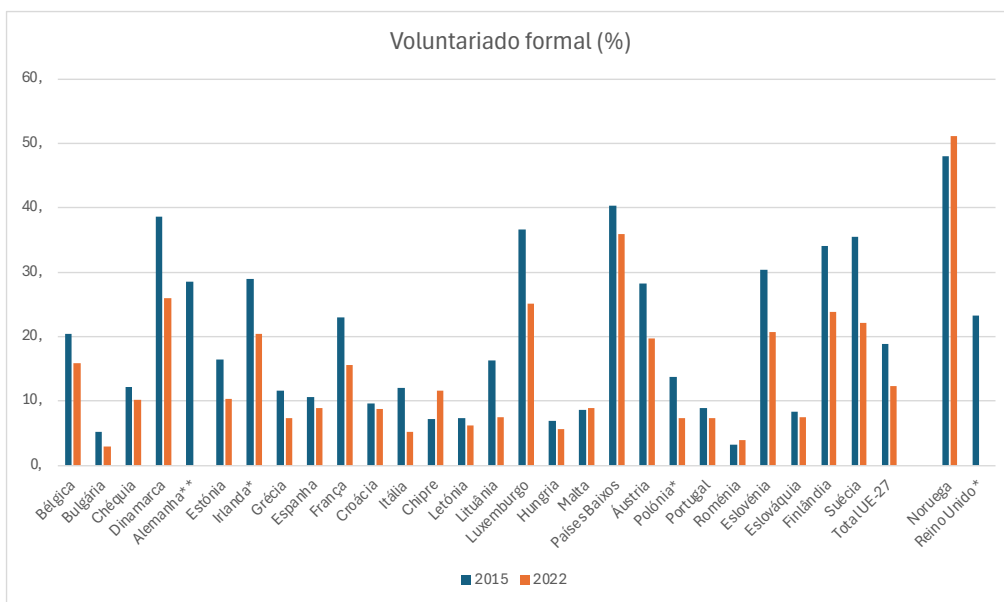


Gráfico UE5: Voluntariado formal na UE-27, Noruega e Reino Unido em 2015 e 2022
 Fonte: Eurostat – EU SILC 2015 e 2022, DOI:10.2908/ilc_scp19

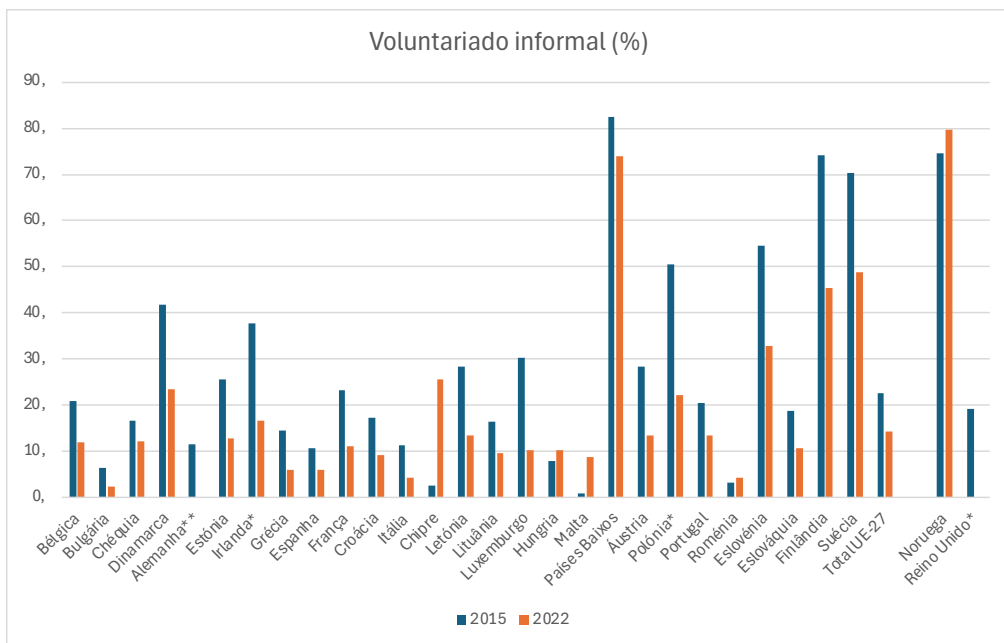


Gráfico UE6: Voluntariado Informal na UE-27, Noruega e Reino Unido em 2015 e 2022
 Fonte: Eurostat – EU SILC 2015 e 2022, DOI:10.2908/ilc_scp19
 *dados pouco fiáveis em 2015; **dados pouco fiáveis em 2015

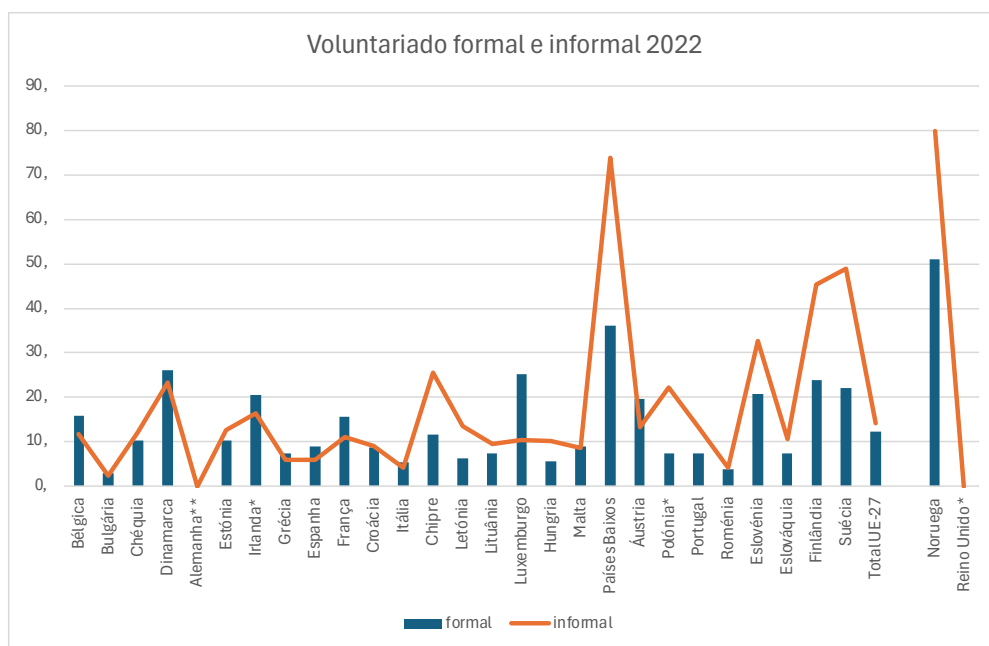


Gráfico UE7: Voluntariado Formal e Informal na UE-27, Noruega e Reino Unido em 2022
 Fonte: Eurostat – EU SILC 2015 e 2022, DOI:10.2908/ilc_scp19

1.5 Afiliação

A **“afiliação”** a uma organização significa ser membro desta. A economia social inclui organizações de membros que tipicamente reúnem as pessoas em torno de uma determinada atividade ou causa. As associações em geral e as cooperativas são organizações de membros.

“Membros” são pessoas ou entidades que são associados da organização e quem lhe dá corpo, participando na tomada de decisão através de um processo democrático e/ou nas suas atividades. Os dados sobre membros são muito relevantes porque nos revelam de uma outra forma a dimensão do setor da economia social, como também a dimensão da interação social e da participação dos cidadãos nas questões societárias. Contudo, existem problemas com os dados: não só a indisponibilidade de dados é grande, como os que existem contêm múltiplas contagens ou afiliações na medida em que uma pessoa ou entidade pode ter múltiplas pertenças. Como atesta a publicação da Comissão Europeia (2024), no contexto da UE, apenas 18 Estados membros têm dados sobre o número de membros das entidades da economia social, e apenas Portugal disponibilizou dados completos dos membros para cada forma institucional para esse estudo. Alguns dos dados em falta foram completados por recurso a múltiplas fontes, mas apesar disso ainda existem muitas lacunas, o que obriga a olhar para os dados com cautela. Com as devidas ressalvas, dadas as limitações dos dados, é de ressaltar o número de mais de 8 000 afiliados por 1 000 habitantes na Chéquia, o indicia a múltipla pertença dos indivíduos numa escala significativa (tabela UE4).

Nas cooperativas existem mais de 95 milhões de membros, nas associações mais de 135 milhões e nas mutualidades mais de 65 milhões. De notar, sublinhamos, que os dados incluem múltiplas afiliações e que algumas das células preenchidas não correspondem à totalidade dos números.

País	Cooperativas	Associações	Mutualidades	Total de afiliações por país	População (2023)	Afiliações por 1000 habitantes
Alemanha	23 000 000	83 833 124	n/d	106 833 124	84 358 845	1266
Áustria	2 595 536	n/d	1 108 397	3 703 933	9 104 772	407
Bélgica	n/d	n/d	n/d	n/d	11 742 796	n/d
Bulgária	n/d	950 000	n/d	950 000	6 447 710	147
Chipre	509 388	n/d	n/d	509 388	10 827 529	47
Chéquia	828 234	6 566 740	n/d	7 394 974	920 701	8032
Croácia	21 462	n/d	n/d	21 462	3 850 894	6
Dinamarca	31 571	n/d	n/d	31 571	5 932 654	5
Eslováquia	433 300	144 618	n/d	577 918	5 428 792	106
Eslovénia	n/d	n/d	818 067	818 067	2 116 972	386
Espanha	8 028 998	n/d	n/d	8 028 998	48 085 361	167
Estónia	70 559	1 481 844	n/d	1 552 403	1 365 884	1137
Finlândia	7 600 000	n/d	5 500 000	13 100 000	5 563 970	2354
França	30 000 000	21 500 000	55 000 000	106 500 000	68 172 977	1562
Grécia	264 229	146	n/d	264 375	10 413 982	25
Hungria	547 000	2 486 532	n/d	3 033 532	9 599 744	316
Irlanda	3 596 068	n/d	n/d	3 596 068	5 271 395	682
Itália	11 451 028	n/d	n/d	11 451 028	58 997 201	194
Letónia	n/d	n/d	n/d	n/d	1 883 008	n/d
Lituânia	160 000	n/d	n/d	160 000	2 857 279	56
Luxemburgo	n/d	n/d	n/d	0	660 809	n/d
Malta	3 943	n/d	n/d	3 943	542 051	7
Países Baixos	n/d	n/d	n/d	0	17 811 291	n/d
Polónia	26 200	6 900	n/d	33 100	36 753 736	1
Portugal	828 454	18 335 430	1 084 363	20 248 247	10 516 621	1925
Roménia	674 500	n/d	2 286 849	2 961 349	19 054 548	155
Suécia	5 000 000	n/d	n/d	5 000 000	10 521 556	475
UE-27	95 670 470	135 305 334	65 797 676	296 773 480	448 803 078	661

Tabela UE4: Afiliações por tipo de OES, por país e por 1 000 habitantes

Fonte: Comissão Europeia, 2024;

* dados não disponíveis; **dados incompletos por indisponibilidade para algumas categorias; ***European Values Study

Notas: (1) optamos, em alternativa à designação de “membros” por utilizar a designação de “afiliações” por permitir melhor corresponder à realidade das múltiplas afiliações. (2) Há células que apesar de estarem preenchidas correspondem apenas a uma parte da realidade. Veja-se o caso das afiliações em associações na Grécia e na Polónia, a título de exemplo.

É interessante cruzar esta informação com a obtida pelo European Values Study (2017), que também diz respeito a membros ou pertença a organizações, embora o conjunto de organizações que cobre corresponda a apenas uma parte da economia social. A questão que é colocada no âmbito desse estudo é: “Para cada uma das seguintes organizações voluntárias, por favor indique a qual, se houver, pertence. Indique se pertence a: Organizações religiosas ou da igreja; Educação, artes, música ou atividades culturais; Sindicatos; Partidos políticos ou grupos; Conservação, meio ambiente, ecologia, direitos dos animais; Associações profissionais; Desporto ou recreação; Organização humanitária ou de caridade; Organização de consumidores; Grupo de autoajuda, grupo de ajuda mútua; Outro grupo; Nenhum.” Com base nestes dados constatamos que são os países nórdicos que se destacam, juntamente com os Países Baixos, a Alemanha e a Eslovénia, seguida do Chipre, Croácia e Áustria, todos com percentagens superiores a 50% (gráfico UE8). A Chéquia perde aqui o lugar de destaque que os números anteriores parecem demonstrar.

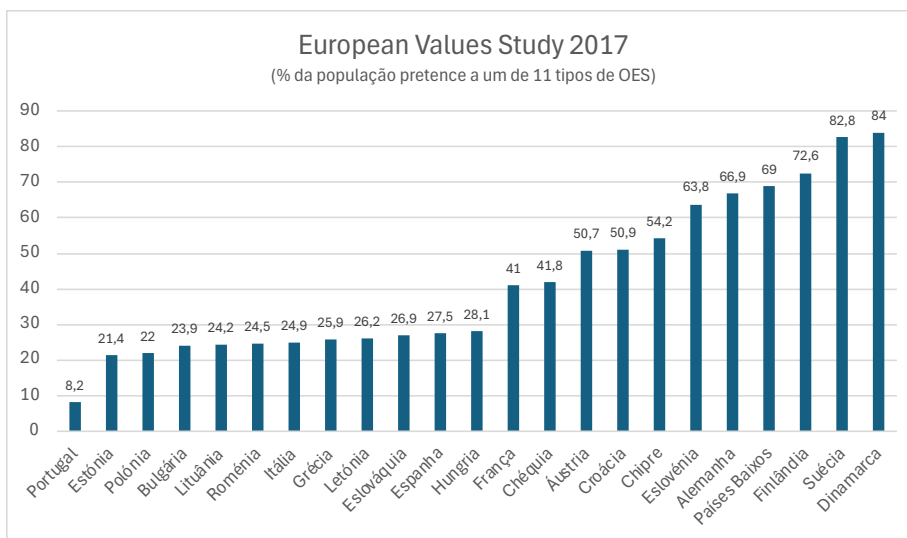


Gráfico UE8: % de Pessoas que pertencem a pelo menos um de 11 tipos de OES
 Fonte: European Values Study, 2017

1.6 Receitas e Valor Acrescentado

Receitas

Conhecer o peso económico do setor permite compreender o seu contributo para um país. Este peso pode ser calculado por dois métodos: o das receitas ou *turnover* e o do valor acrescentado. Enquanto as receitas nos indicam quanto o setor gera, o valor acrescentado mede o real contributo para o PIB excluindo custos intermédios de produção, evitando a dupla contabilização das transações.

A economia social da UE-27 teve um volume de receitas de 912,9 mil milhões, tendo sido França, Itália, Espanha e a Finlândia os países com os maiores subsectores cooperativos, sobressaindo as cooperativas agrícolas, de consumo e de trabalhadores (gráfico UE9 e tabela UE5). França e Alemanha têm o volume de receitas mais elevado nas associações, fundações e mutualidades. No total da UE são as cooperativas que têm maior peso na geração de receitas.

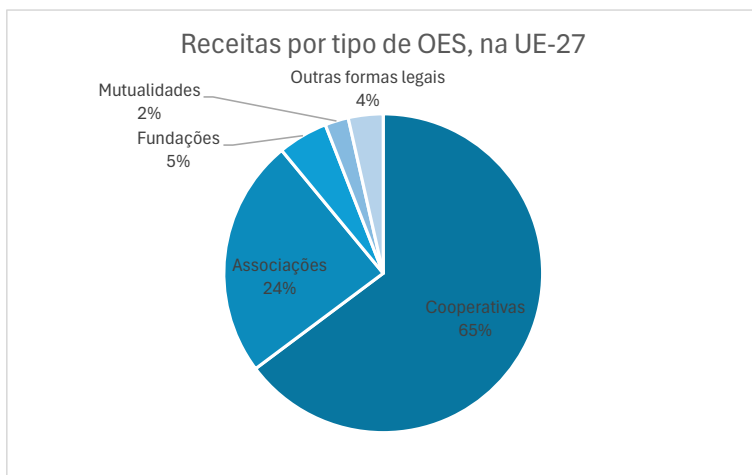


Gráfico UE9: Receitas por tipo de OES na UE-27
 Fonte: Comissão Europeia, 2024

País	Cooperativas	Associações	Fundações	Mutualidades	Outras formas legais	TOTAL
Alemanha	1 452	58 721,7	16 867,1	n/d	n/d	77 041
Áustria	13 288,1	n/d	n/d	413,7	123,5	13 825
Bélgica	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Bulgária	n/d	n/d	n/d	0	n/d	0
Chipre	182,8	n/d	n/d	n/d	n/d	183
Croácia	232,6	1 132,9	61	0	n/d	1 427
Chéquia*	464,4	2 262,6	80	0	331,8	3 139
Dinamarca	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Eslováquia	2 507	n/d	n/d	0	196	2 703
Eslovénia	734,3	553,6	23,7	8,9	411,9	1 732
Espanha	66 509,6	15 188,7	7 754	2 251,9	15 541,4	107 246
Estónia	36,9	174,9	20,8	0	48,1	281
Fintlândia	38 000	3 227,7	35	n/d	2 816,8	44 080
França	329 300	123 700	16 100	18 600	n/d	487 700
Grécia**	3 119,20	383	37,5	n/d	n/d	3 540
Hungria	1 564,4	1 741,7	1 229,5	n/d	4 561,6	9 097
Irlanda	689,1	983,2	290,3	8,8	6 802,6	8 774
Itália**	128 931,10	n/d	n/d	n/d	n/d	128 931
Letónia	n/d	n/d	n/d	0	11,8	12
Lituânia	702,9	115,6	12,7	0	220,4	1 052
Luxemburgo***	42,6	1 763,40	66	n/d	27,8	1 900
Malta**	107,8	17,4	n/d	0	n/d	125
Países Baixos	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Polónia**	878	5 048,50	2 809,60	n/d	n/d	8 736
Portugal	1 867,1	5 824	865,8	491,1	1 055,3	10 103
Roménia	772,6	320,8	45,5	0,7	105,1	1 245
Suécia	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Total UE-27	591 382,50	221 159,70	46 298,50	21 775,10	32 254,10	912 870

Tabela UE5: Receitas por tipo de organização da economia social (Milhões de Euros)

Fonte: Comissão Europeia, 2024;

*nas cooperativas estão incluídas apenas as de habitação; **dados parciais; ***valor das cooperativas é parcial

Valor acrescentado

Os dados de valor acrescentado só estão disponíveis em 11 Estados membros e nesses há países com valores muito incompletos. Este panorama de dados suscita, mais do que a interpretação dos existentes, reflexão sobre a necessidade de investimento na sua geração, dado tratar-se de informação relevante sobre o peso do setor da economia social na economia de um país.

País	Cooperativas	Associações	Fundações	Mutualidades	Outras formas legais	TOTAL
Áustria	4 555,90	n/d	n/d	342,5	n/d	4 898,4
Chéquia**	295,1	961,6	25	0	253,5	1 535,2
Croácia*	20,9	0	n/d	0	n/d	20,9
Eslovénia	14,4	174	4,2	n/d	223	415,6
Espanha	10 566,40	n/d	n/d	n/d	2 115,20	12 681,6
Grécia**	240,9	29,3	1,3	n/d	n/d	271,5
Hungria	398,3	289,1	512,2	n/d	604,5	1 804,1
Itália	40 409,20	n/d	n/d	n/d	n/d	40 409,2
Luxemburgo***	34,3	1 207,20	49,3	n/d	21,9	1 312,7
Polónia	0,5	4 233	0	n/d	n/d	4 233,5
Portugal	715,7	3 534,50	379	319	627	5 575,2

Tabela UE6: Valor acrescentado por tipo de OES para os países com dados disponíveis (Milhões de Euros)

Fonte: Comissão Europeia, 2024;

*valores dizem respeito apenas a organizações orientadas para o mercado; **dados das cooperativas referem-se apenas a cooperativas de habitação; ***dados das cooperativas são parciais

Nota: Dada a ausência de dados para várias categorias, os totais têm de ser interpretados com precaução

1.7 A dimensão das organizações

Atendendo à dimensão, o tecido das organizações da economia social na UE é maioritariamente constituído por Micro organizações⁸. Só na Eslováquia e na Polónia as Pequenas representam mais de 30% do total.

País	Micro	Pequenas	Médias	Grandes
Áustria	78,7	12,9	6,9	1,5
Bélgica	67,2	23,5	6,7	2,6
Bulgária	88,6	11,4	0,0	0,0
Croácia	98,0	1,9	0,2	0,0
Chipre	94,3	4,5	1,2	0,0
Chéquia	98,4	1,3	0,3	0,0
Dinamarca	89,8	1,2	8,9	0,0
Estónia	99,1	0,8	0,1	0,0
Finlândia	93,7	3,3	1,3	1,6
França	80,0	16,1	3,7	0,3
Alemanha	94,0	4,3	1,3	0,4
Grécia	90,0	8,5	1,3	0,1
Hungria	96,1	3,1	0,7	0,1
Itália	94,8	4,0	1,1	0,2
Lituânia	85,7	10,3	4,0	0,0
Luxemburgo	86,8	9,7	2,7	0,8
Polónia	58,3	33,3	8,3	0,0
Portugal	87,4	10,0	2,6	n/d
Roménia	98,3	1,5	0,2	0,0
Eslováquia	47,3	40,7	9,7	2,4
Eslovénia	96,0	3,2	0,8	0,1
Espanha	85,7	11,8	2,1	0,5
Suécia	98,8	1,0	0,2	0,0
UE-27*	93,5	4,6	1,7	0,2

Tabela UE7: As OES por classe de dimensão

Fonte: Comissão Europeia, 2024

*uma vez que nem todos os países têm dados disponíveis estes valores não são para a UE a 27-

Nota: Na Áustria, Croácia, Estónia, Finlândia, França, Grécia não existem estes dados para "outras formas legais"; na Bulgária as Médias foram contabilizadas como Pequenas devido a questões de confidencialidade; na Grécia não existem estes dados para as mutualidades; na Polónia e Eslováquia estes dados só existem para as cooperativas; em Portugal as grandes contaram como Médias devido a questões de confidencialidade; na Eslovénia estes dados não existem para as associações; em Espanha esta informação não existe para as associações, fundações e mutualidades.

Como vimos, a União Europeia tem:

- um **setor da economia social significativo**, constituído por um conjunto de organizações que segue, na maioria, a mesma tipologia: associações, fundações, mutualidades e cooperativas. Mas depois, no terreno, as composições são muito diversas.
- **4,3 milhões de organizações** dispersas pelos vários países, sobretudo de micro dimensão, e a medida do número por 1 000 habitantes fornece-nos uma **visão sobre a vitalidade**, mas porventura também, **sobre a fragmentação** da economia social europeia.
- **11,5 milhões de empregados**, e cruzando com as receitas conseguimos antever, em média, a capacidade produtiva em cada país; melhor medida ainda, seria a do valor acrescentado, mas **escasseiam dados** para que possamos ser conclusivos.
- O **voluntariado e a afiliação** mostram-nos uma realidade muito díspar na Europa, mas mais do que isso, **a sua quebra na maioria dos países convida-nos à reflexão. Porque ocorre este fenómeno? Como sociedade queremos compreendê-lo melhor, lidar com as conclusões e inverter a situação?**

⁸ Os critérios para a afetação de cada OES a cada uma das classes de dimensão segue o critério das PME de acordo com a recomendação da UE: https://single-market-economy.ec.europa.eu/smes/sme-fundamentals/sme-definition_en . Uma Micro tem menos de 10 trabalhadores, uma Pequena menos de 50 e as Médias menos de 250.

2. O enquadramento político e institucional na UE

O setor da Economia Social tem ganho visibilidade e estatuto no contexto da União Europeia e das suas instituições. Teremos de recuar aos anos 80 para encontrar os primeiros passos nesse sentido no contexto desta instituição. Em 1983 é publicada uma Resolução sobre Cooperativas na Comunidade Europeia (CASES, sd). Em 1989, pela primeira vez, a economia social enquanto tal é objeto de uma decisão formal estrutural, com a criação da Unidade Administrativa da Economia Social no âmbito da DGXXIII na Comissão Europeia. Em 1990 foi criado no Parlamento Europeu o Intergrupo da Economia Social (Comissão Europeia, 2024).

Nos anos seguintes foram vários os programas e iniciativas que se puseram em marcha e que foram dando destaque quer ao setor quer a parcelas do mesmo, umas vezes tendo por referência um conceito, outras vezes introduzindo novos, num percurso nem sempre muito claro a um olhar externo, mas que aparenta significar a afirmação crescente da economia social.

Foram algumas as iniciativas relevantes, das quais destacamos, por décadas, as seguintes:

1991-2000: Reconhece-se ao setor a **capacidade para a criação de emprego** e a capacidade das organizações que o integram de fortalecerem a democracia. Reconhece-se sobretudo o papel das associações e das fundações. Publica-se a Resolução sobre o Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia e das outras empresas da economia social em geral (JO C 48 de 25.2.1991, p.114). Denomina-se o setor de **Terceiro Sistema** e cria-se o programa “Terceiro Sistema e Emprego”. Em discurso sobre o tema, em 1998, o Comissário Europeu com Responsabilidade pelo Emprego e os Assuntos Sociais (Padraig Flynn) afirmava: “O terceiro sistema desempenha atualmente um papel importante e diversificado no enriquecimento das nossas economias e sociedades. Recorre a uma gama diversificada de recursos: desde fundos públicos a associações de voluntariado e voluntários individuais. Abrange cooperativas, fundações, parcerias com os sectores público e privado. Nos últimos anos, desenvolveu-se ainda mais, através de ações baseadas em questões e, não menos importante, através de ações intermédias no mercado de trabalho.” (nossa tradução) (Padraig, 1998) No ano 2000 é publicado um estudo realizado pelo CIRIEC para a Comissão Europeia com o título “*The enterprises and organizations of the third system. A strategic challenge for employment*” (CIRIEC, 2000). Ainda em 2000 é lançada a importante Iniciativa Comunitária EQUAL.

Internacionalmente, **Lester Salamon e Helmut Anheier** publicavam em 1992 o artigo “In Search of the Nonprofit Sector I: The Question of Definitions” na revista *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations* (Salamon e Anheier, 1992), onde apresentam a sua **definição estrutural-operacional**, que servirá de base ao levantamento de dados no âmbito do **projeto internacional Comparative Nonprofit Sector** iniciado um ano antes, em 1991, com uma última publicação em 2018. Ainda hoje é necessário recorrer a esses dados para a realização de algumas comparações internacionais – tal é a relevância do trabalho e a inexistência, no presente, de outro comparável que o possa substituir.

2001-2010: A **Iniciativa Comunitária EQUAL** irá desenrolar-se ao longo desta década (2000-2009). Visou “promover novas práticas de luta contra as discriminações e desigualdades de qualquer natureza relacionadas com o mercado de trabalho, num contexto de cooperação nacional, e incentivar a integração social e profissional dos requerentes de asilo.” Era assim que constava na Comunicação aos Estados-Membros de 14 de abril de 2000. Apoiou projetos

inovadores e transnacionais que faziam face à discriminação e desvantagens no mercado laboral e priorizavam o desenvolvimento de **organizações da economia social** que integravam pessoas vulneráveis. Também aconteceu naturalmente em Portugal. Foi muito importante e ainda hoje se comenta o potencial perdido com o fim da iniciativa e a ausência de visão para alavancar o que alguns projetos conseguiram alcançar.

Há interesse nesta fase na figura emergente da **empresa social**. Em 2001 um projeto de investigação da União Europeia culmina na publicação por Carlo Borzaga e Jacques Defourny do livro **“The Emergence of the Social Enterprise”** (Borzaga e Defourny, 2001). Defourny publica ainda no mesmo ano, com Roger Spear e Jean-Louis Laville *“Tackling Social Exclusion in Europe – the Contribution of the Social Economy”* (Spear et al., 2001). O CIRIEC publica nesta fase relatórios temáticos sobre o setor⁹. Ao longo da década reconhece-se progressivamente também o papel das cooperativas: é publicado o Regulamento (CE) n.º 1435/2003 do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativo ao **Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia (SCE)** (JO L 207 de 18.8.2003, p. 1-24) e realiza-se a **Comunicação relativa à promoção das cooperativas na Europa** (COM/2004/18).

Em **2009** dá-se uma mudança significativa quando o Parlamento Europeu adotou o **Relatório Toia (2008/2250)**, reconhecendo a economia social como o parceiro social para o alcance dos objetivos da Estratégia de Lisboa. O relatório sublinhou o papel vital de organizações como as cooperativas, mutualidades, associações e fundações na promoção de emprego, inclusão social e inovação, especialmente em tempos de crise. Apelou ainda a políticas que incentivem o crescimento do setor da economia social, propondo medidas para melhorar o acesso ao financiamento, simplificar os regulamentos e promover o reconhecimento das empresas sociais no mercado interno da UE.

2011-2020: Em 2011 foi lançada a **Social Business Initiative** (Iniciativa de Empreendedorismo Social, em português), uma Comunicação publicada pela Comissão Europeia, que teve como objetivo promover a visibilidade e o reconhecimento das empresas sociais na União Europeia, tendo definido o conceito de “empresa social” (COM/2011/0682): “por «empresa social» a Comissão entende as empresas (1) cujo objetivo social ou de sociedade, de interesse comum, justifica a ação comercial, que se traduz, frequentemente, num alto nível de inovação social; (2) cujos lucros são reinvestidos principalmente na realização desse objeto social; (3) cujo modo de organização ou sistema de propriedade reflete a sua missão, baseando-se em princípios democráticos ou participativos ou visando a justiça social” (nossa numeração adicionada). Em 2015, a 7 de dezembro, numa reunião do Conselho da União Europeia, a economia social é tema e são adotadas conclusões para a sua promoção como motor-chave do desenvolvimento económico e social na Europa. Em 2016 foi lançada a **iniciativa Startup e Scaleup**, focada no apoio às empresas nas suas fases iniciais de vida, incluindo as empresas sociais (COM/2016/733). Em 2018 foi lançada pela Comissão Europeia, em colaboração com a OCDE, a **Better Entrepreneurship Policy Tool**, um instrumento desenvolvido para ajudar na avaliação e melhoria das políticas públicas relacionadas com o empreendedorismo inclusivo e social. Em janeiro de 2020 foi anunciada a intenção de se lançar um Plano de Ação para a Economia Social no ano seguinte. Em novembro de 2020 foi lançado o **Pact for Skills**, com o objetivo de alavancar

⁹ Disponíveis aqui: <https://www.ciriec.uliege.be/en/research/commission-es/themes-en-cours/previuous-researches-and-collective-publications-in-social-economy/>

o envolvimento público e privado no *upskill* e *reskill* da força de trabalho, da transformação verde e digital e a construção de capacidade de inovação, também permitindo reforçar o papel da economia social na integração de pessoas vulneráveis no mercado de trabalho.

2021-2024: O impacto da **Social Business Initiative** nas empresas sociais e na economia social foram avaliados e as conclusões incluídas em documento da Comissão Europeia (2021). Em 2021 foi lançado o **Plano de Ação para a Economia Social**, que reconhece a economia social como relevante para o relançamento da dimensão social da UE, associada ao **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**. Este Pilar, adotado a 17.11.2017, estabeleceu três metas a serem atingidas em 2030 em termos de taxas de emprego, competências e redução da pobreza. Ainda em maio de 2020, a Comissão Europeia lançou a "**Atualização da Estratégia Industrial de 2020**", tendo identificado 14 ecossistemas industriais, entre os quais o da "Proximidade, Economia Social e Segurança Civil". Este ecossistema corresponde a 22,9 milhões de pessoas empregadas, 6,54% de valor acrescentado na UE (791 mil milhões de euros) e 3,1 milhões de entidades (99,9% das quais micro, pequenas e médias). Estes números capturam, no entanto, apenas parte dos conceitos de "economia social" e de "proximidade" porque existem sobreposições com os outros ecossistemas definidos. Em 2022 é criado o **Centro Europeu de Competências para a Inovação Social**. O Parlamento Europeu emitiu ainda uma resolução em 2022 com recomendação à Comissão para um Estatuto para associações europeias (**European cross-border associations and nonprofit organisations**), que a 13 de fevereiro de 2024 votou favoravelmente por larga maioria, a favor da lei para a sua criação. O Estatuto Europeu para Fundações foi proposto pela Comissão Europeia em 2012, mas não foi ainda adotado por terem existido divergências entre os Estados-membros e o debate não ter sido ainda relançado.

Em junho de 2023 foi lançado o **Social Economy Gateway**, uma plataforma da Comissão Europeia com recursos e informações para apoiar o desenvolvimento da economia social na UE.

Têm sido várias as [iniciativas políticas recentes](#), que não estando aqui listadas extensivamente, demonstram que ao setor é reconhecido um papel relevante necessário, e que tem havido vontade de criar condições para que esse possa efetivar-se de forma adequada, proporcional e no interesse das populações.

Esta súpula aqui apresentada deve servir de base de reflexão. Em particular, sobre **a identidade do setor**, com tanta diversidade nacional e tanta diversidade de famílias de organizações, mas que, enquanto setor, é manifestamente distinto do setor privado empresarial e do setor público. Onde chegou a União Europeia com estas iniciativas de política? Qual o rumo? **Será o setor um setor, com um papel próprio**, ancorado numa essência que se aceita ser comum aos terceiros setores das várias nações e às várias organizações que os compõem? **O que querem os europeus que seja o papel deste setor na futura construção europeia?**

3. Análise comparativa dos países selecionados

O trabalho aqui apresentado teve como primeiro objetivo a realização de uma análise comparativa entre os cinco países selecionados pela sua diversidade - Portugal, Grécia, Noruega, Reino Unido e Roménia. Recordamos aqui as questões de investigação que orientaram a recolha de dados e respetiva análise: (1) “**Como é que nos países selecionados se tem desenvolvido o setor das ONG e o seu ecossistema?**” e (2) “**Quais são as razões para as diferenças encontradas?**” Em primeiro lugar iremos contextualizar os cinco países nalgumas variáveis que de alguma forma impactam o terceiro setor - População total, população mais velha, PIB per capita e Imigração. Em segundo lugar, analisaremos a despesa governamental por áreas relevantes para o terceiro setor e, finalmente, veremos como o valor da “confiança” tem expressão diferente em cada país. Depois desta contextualização iremos confrontar diretamente os terceiros setores dos cinco países, nalgumas das dimensões que melhor nos permitem constatar as diferenças e semelhanças entre eles, e para as quais existem dados que nos oferecem alguma confiança de comparabilidade. Essa perspetiva será complementada com uma reflexão à luz da teoria das origens sociais, que nos permitirá compreender algumas razões históricas, nomeadamente as relações de poder que se desenvolveram entre várias classes de pessoas nos cinco países, e que determinaram a forma como o setor das ONG emergiu no contexto das respetivas sociedades.

3.1 Contextualização dos cinco países

População, PIB e Imigração

Os cinco países são muito distintos na **dimensão da população**. O Reino Unido tem uma população cerca de três a seis vezes maior do que os outros países selecionados (tabela C1 e gráfico C1). Este diferencial vai determinar a diferença na dimensão de algumas das realidades a analisar posteriormente, pelo que alguns dos indicadores serão devidamente calibrados para permitir comparações.

Sendo o **envelhecimento** crescente da população europeia um traço transversal nos países europeus em análise, existem diferenças marcantes (gráfico C2). Portugal é o país mais envelhecido, seguido de perto pela Grécia. A Noruega é o que mais se distancia, com uma população relativamente menos envelhecida.

POPULAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Grécia	10 741 165	10 724 599	10 718 565	10 678 632	10 459 782	10 413 982	10 397 193
Noruega	5 295 619	5 328 212	5 367 580	5 391 369	5 425 270	5 488 984	5 550 203
Portugal	10 335 770	10 333 496	10 375 395	10 394 297	10 421 117	10 516 621	10 639 726
Reino Unido	66 273 576	66 647 112	67 025 542	67 026 292	67 596 281	68 265 209	69 025 000
Roménia	19 533 481	19 414 458	19 328 838	19 201 662	19 042 455	19 054 548	19 064 409

Tabela C1: Evolução da população nos 5 países

Fonte: Eurostat, RU: Office for National Statistics UK

Nota: valores de 2024 são estimativas.

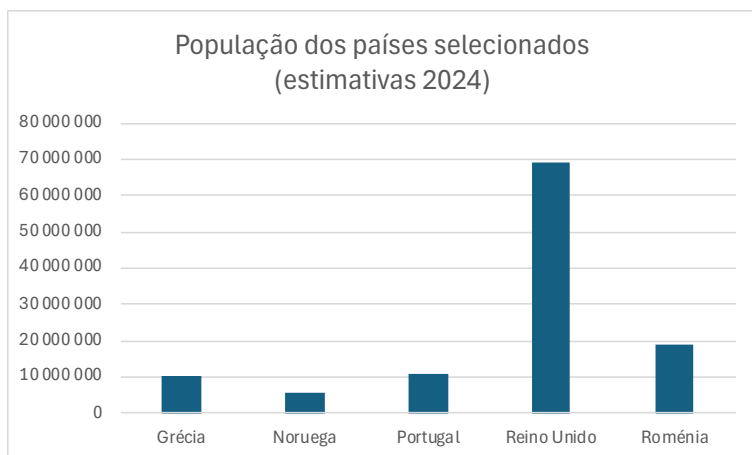


Gráfico C1: População estimada nos 5 países em 2024

Fonte: Eurostat, RU: Office for National Statistics UK

Nota: valores de 2024 são estimativas.

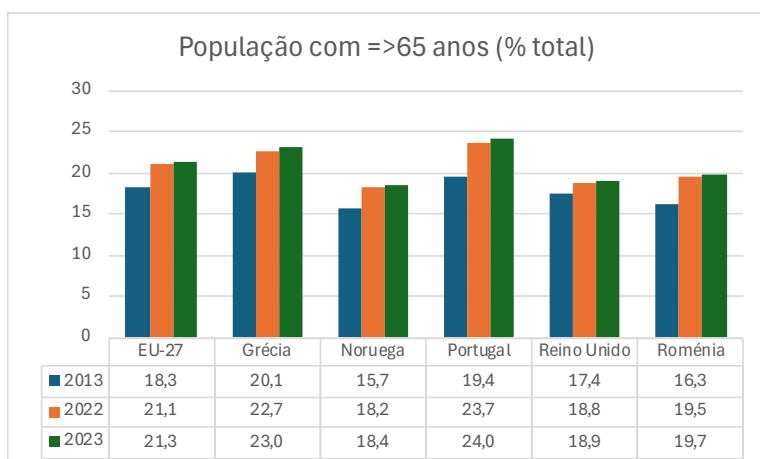


Gráfico C2: População com 65 anos ou mais em % da população total, 2023, 2022, 2023

Fonte: Eurostat, RU: Office for National Statistics UK

Os cinco países são também muito distintos na sua **capacidade para gerar riqueza per capita**, com a Noruega muito destacada de todos os outros, seguida de longe pelo Reino Unido (tabela C2 e gráfico C3). A Grécia e Portugal são, com distância do Reino Unido, próximos nessa capacidade, e a Roménia apresenta um valor que é pouco menos de metade destes. Os valores têm-se mantido estáveis no período considerado, com exceção de uma ligeira quebra em 2020 como consequência da pandemia - mais marcada no Reino Unido -, de que recuperaram no ano seguinte.

PIB REAL PER CAPITA (euros)	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Grécia	17 430	17 780	16 150	17 600	18 690	19 150
Noruega	69 840	70 150	68 850	71 160	72 640	71 870
Portugal	18 190	18 670	17 100	18 090	19 310	19 720
Reino Unido	32 640	32 910	27 966	31 855	33 273	32 058
Roménia	8 910	9 300	9 000	9 600	10 030	10 250

Tabela C2: PIB per capita nos países selecionados

Fonte: Eurostat, RU: Office for National Statistics

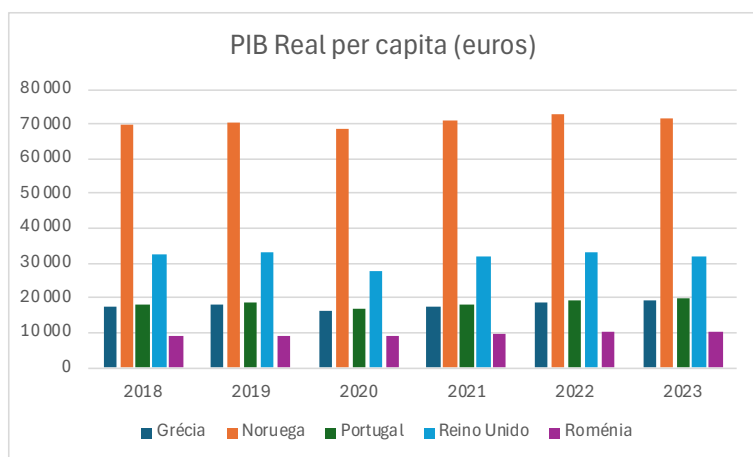


Gráfico C3: PIB per capita nos países selecionados
Fonte: Eurostat, RU: Office for National Statistics

O fenómeno da **imigração**, com muita relevância na última década, toca diretamente as organizações do terceiro setor, sendo as que estão na linha da frente quando se trata de fenómenos como os que temos vindo a assistir desde 2015. A chamada crise migratória europeia afetou, de entre os países aqui considerados, sobretudo a Grécia até 2019, e esse tema será refletido posteriormente na análise sobre o país. Mas a pressão na Europa é inegável, como os números indicam, em todos os países e sem exceção, com a imigração predominante de origens muito diversas, com desafios provavelmente diferentes.

IMIGRAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022
Grécia	119 489	129 459	84 221	57 120	96 662
Noruega	47 864	48 680	36 287	53 947	90 475
Portugal	55 357	95 382	83 654	97 119	167 098
Reino Unido	538 000	592 000	268 000	628 000	1 200 000
Roménia	172 578	202 422	145 519	194 642	293 024

Tabela C3: Imigração para os países selecionados, no período 2018-2022
Fonte: Eurostat; RU: Office for National Statistics 2018-2022 (estimativas)

Despesa governamental

A despesa governamental proporciona uma perspetiva sobre as áreas que os governos mais apoiam, evidenciando as suas prioridades. A análise da despesa governamental em percentagem do PIB torna claro que nos cinco países a proteção social é a que representa uma fatia maior, cerca de duas a três vezes a fatia da saúde, com exceção do Reino Unido em que a despesa na saúde é mais próxima da da proteção social, ainda que inferior.

Focando em cada categoria (tabela C4):

- a Grécia é quem mais gasta em **proteção social**, seguida de Portugal, sendo a Roménia quem menos gasta em função do PIB nacional.
- Em **saúde**, é o Reino Unido que dedica uma fatia mais substancial do PIB, seguido de Portugal.
- Em **educação** os valores são relativamente mais aproximados nos cinco países, com o Reino Unido a apresentar um valor ligeiramente superior e a Roménia o valor mais baixo.
- Em **recreação, cultura e religião** é a Noruega que maior percentagem do PIB gasta e o Reino Unido o que menos gasta – menos de metade da Noruega. Esta preponderância da Noruega compreende-se bem quando se conhece a realidade do terceiro setor norueguês e as prioridades governamentais. É uma das evidências na base dos modelos

de desenvolvimento do terceiro setor que a teoria das origens sociais explora, como vamos ter oportunidade de ver.

- Na **habitação e equipamentos comunitários** é a Roménia quem mais gasta e a Grécia quem menos gasta.
- Na **proteção ambiental** é a Grécia quem mais gasta, seguida de perto pela Noruega.

DESPESA GOVERNAMENTAL, 2022, %PIB	PROTEÇÃO AMBIENTAL	HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS	SAÚDE	RECREAÇÃO, CULTURA E RELIGIÃO	EDUCAÇÃO	PROTEÇÃO SOCIAL
Grécia	1,0	0,3	6,0	1,1	3,8	19,0
Noruega	0,8	0,6	6,7	1,3	3,9	14,3
Portugal	0,7	0,5	7,1	0,9	4,3	17,5
Reino Unido	0,6	0,7	9,6	0,6	4,9	13,5
Roménia	0,6	1,2	4,9	1,0	3,2	13,3

Tabela C4: Despesa governamental em % do PIB em 2022, para categorias relacionadas com o terceiro setor
 Fonte: Eurostat; RU: Office for National Statistics/gov.uk/Institute for Fiscal Studies

Confiança

A confiança é um ativo central para o terceiro setor, quer a confiança interpessoal quer a confiança das pessoas nas organizações do terceiro setor. Sem confiança as organizações deste setor teriam dificuldade em atrair financiamento e voluntariado, em motivar os seus colaboradores e voluntários e em manter os benefícios de que gozam, nomeadamente fiscais. Há estudos que comprovam hoje a relevância da confiança para algumas destas dimensões (por exemplo, para o voluntariado ver Enjolras, 2021).

Confiança interpessoal

A confiança interpessoal é crucial para um terceiro setor forte porque está na base das relações de cooperação e solidariedade entre as pessoas, que são fundamentais para a constituição de organizações de membros, para o apoio às organizações do terceiro setor em geral através de doações e de voluntariado e para o estabelecimento de relações de parceria com outras organizações no desenrolar das atividades. Putnam (2000), no seu livro “Bowling alone” argumentava precisamente que a confiança interpessoal contribui para a construção de redes de cooperação que são essenciais para o funcionamento eficaz das organizações do terceiro setor.

Os cinco países são muito distintos em termos da confiança interpessoal. Com base no questionário do Our World in Data/Integrated Values Survey, a percentagem de pessoas que concorda com a afirmação “a maioria das pessoas é confiável” é superior a 70% na Noruega, o país com a percentagem mais alta dos cinco em análise, seguida do Reino Unido com uma percentagem superior a 40%, a que se segue Portugal, a Roménia e a Grécia, por esta ordem, e como é possível verificar no gráfico (gráfico C4).

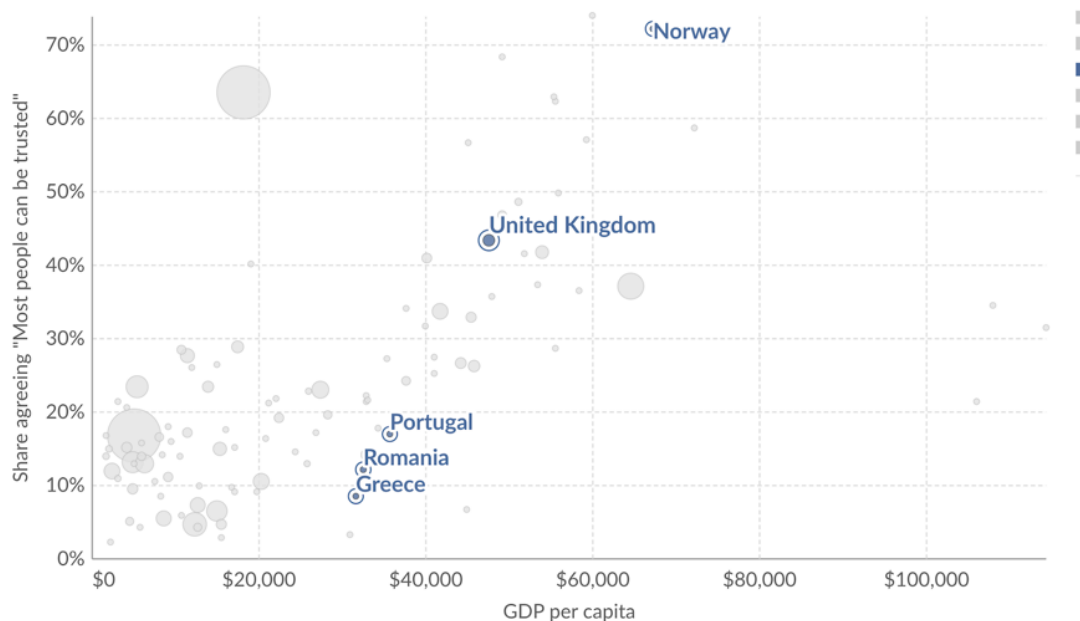


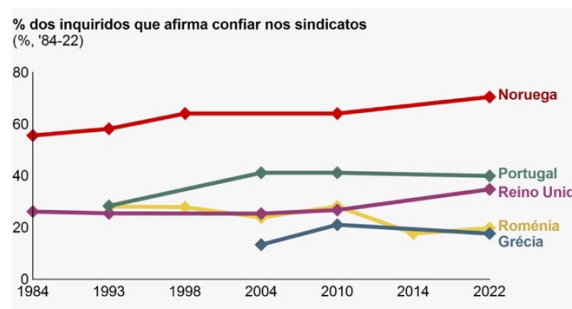
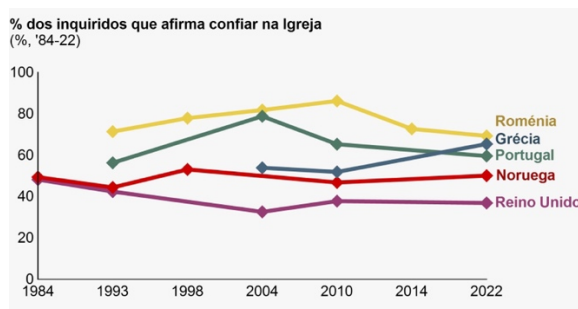
Gráfico C4: Confiança interpessoal vs PIB (2022, em USD)
 Fonte: Our World in Data, Integrated Values Surveys (2022); Banco Mundial (2023)

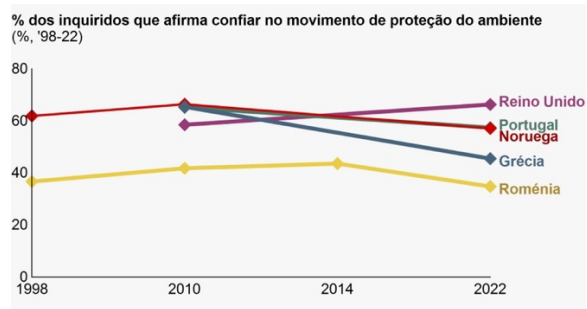
Confiança nalguns tipos de organizações sem fins lucrativos

A confiança é também medida em relação a várias instituições de um país. Seleccionamos, para este efeito, três tipos de organizações que se podem considerar pertencentes ao terceiro setor (embora este entendimento varie entre países) – igrejas, movimentos de proteção do ambiente e sindicatos, para explorar, em áreas concretas, o nível de confiança da população dos cinco países.

Algumas observações a destacar (Gráficos C5):

- **A Noruega** apresenta, de forma geral, padrões mais estáveis ao longo dos anos, com alto nível de confiança nos sindicatos, e um nível relativamente alto de confiança nos movimentos de proteção do ambiente – esta, ainda assim, decrescente.
- **O Reino Unido** demonstra níveis crescentes de confiança, sobretudo nos sindicatos e nos movimentos de proteção do ambiente.
- A **Roménia** tem altos níveis de confiança na igreja, embora decrescente, e dos mais baixos nos sindicatos e o mais baixo nos movimentos de proteção do ambiente.
- **Portugal e Grécia** evidenciam variações mais dramáticas, especialmente na confiança nas igrejas, movimentos ambientais e sindicatos. A confiança na igreja variou em sentido inverso nestes dois países, com Portugal a decrescer e a Grécia a crescer.





Gráficos C5: Confiança em organizações

Fonte: Our World in Data, Integrated Values Surveys (2022); Banco Mundial (2023)

Só existem valores da confiança relativa a organizações caritativas e humanitárias para três dos países, sendo o Reino Unido o que revela valores de mais elevada confiança, em 2022 mais de 72%, valor que compara com 48% da Grécia e 45% da Roménia.

Com pudemos constatar, os cinco países em análise são muito distintos nas dimensões aqui analisadas: população, envelhecimento, PIB e imigração; despesa governamental; e confiança – interpessoal e em tipos de organizações do terceiro setor. Vai ser importante ter conhecimento destas diferenças, como seria porventura de outras dimensões aqui não incluídas, quando olharmos para os números da economia social dos cinco países em análise.

3.2 Variações no terceiro setor dos cinco países

Número de organizações

Os cinco países selecionados apresentam um número muito distinto de organizações do terceiro setor. Com o Reino Unido a destacar-se largamente, segue-se a Roménia e a Noruega (gráfico AC1). Calculando o número de organizações por 1 000 habitantes, para procurar temperar a medida, a Noruega sobressai como o país em que mais organizações existem por pessoa, com 17 por 1 000 habitantes, seguida do Reino Unido, com 13 por 1 000 habitantes, ambas acima da média de 10 da UE-27 (tabela AC1).

Estes dados podem ser base para reflexão sobre as diferenças que existem entre os países ao nível:

- do conhecimento que a população tem do setor, do potencial do setor como solução para problemas sociais, das necessidades sociais e de exemplos de sucesso na sua resolução;
- da burocracia e custos associados à constituição de uma organização deste tipo.

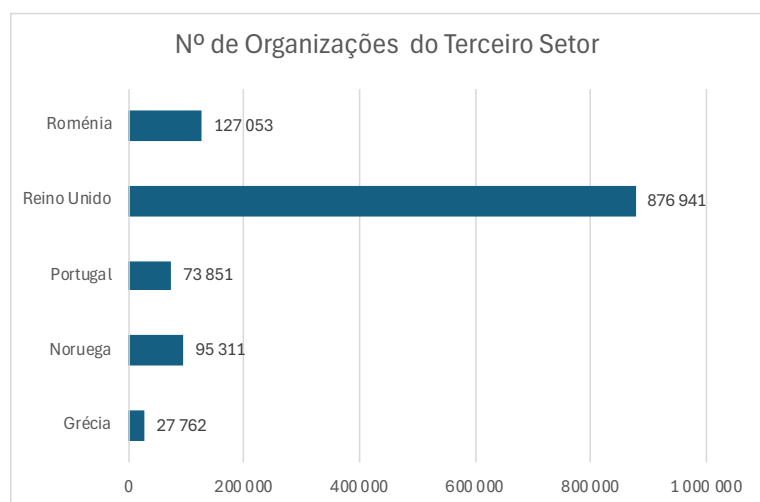


Gráfico AC1: Número de organizações do terceiro setor na seleção de países

Fonte: GR: Comissão Europeia, 2024; NO: Arnesen e Sivesind, 2020; PT: CSES 2020; RU: CIRIEC, 2017; RO: Voicu, 2024

País	Total OTS	População (2023)	Nº OTS / 1 000 hab
Grécia	27 762	10 413 982	3
Noruega	95 311	5 488 984	17
Portugal	73 851	10 516 621	7
Reino Unido	876 941	68 265 209	13
Roménia	127 053	19 054 548	7
Total EU-27	4 330 326	448 803 078	10

Tabela AC1: Número de organizações do terceiro setor por 1 000 habitantes nos países selecionados e UE-27

Fonte: Total OES | GR: Comissão Europeia, 2024; NO: Arnesen e Sivesind, 2020; PT: CSES 2020; RU: CIRIEC, 2017; RO: Voicu, 2024; População | Eurostat, RU: Office for National Statistics UK

Composição do setor

O setor da economia social é composto maioritariamente por associações, fundações, cooperativas e mutualidades. A realidade das associações é dominante na Europa em termos

de número de organizações, mas as cooperativas têm, em termos de trabalhadores remunerados, uma expressão que supera a do número de entidades (gráficos AC2 e AC3).

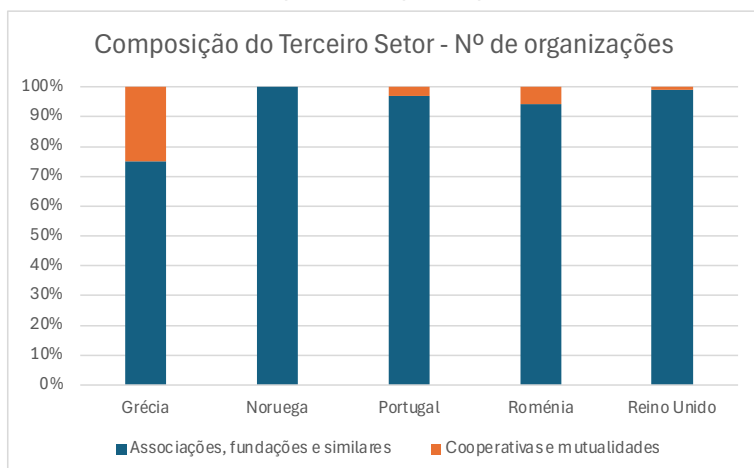


Gráfico AC2: Composição do Terceiro Setor – Nº de organizações, na seleção de países

Fonte: GR: Comissão Europeia, 2024; NO: Arnesen e Sivesind, 2020; PT: CSES 2020; RU: CIRIEC, 2017 e Coop UK (aos dados das *charities* foram somados os dados das cooperativas e mutualidades); RO: Voicu, 2024

Nota: dados das cooperativas para a Noruega não considerados

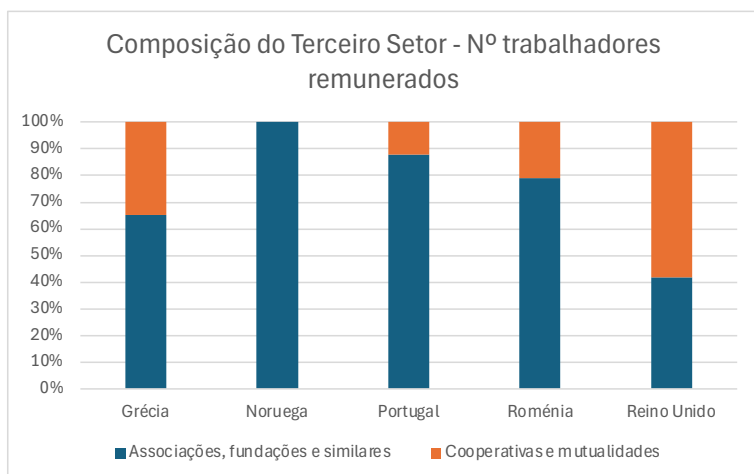


Gráfico AC3: Composição do Terceiro Setor – Nº de trabalhadores, na seleção de países

Fonte: GR: Comissão Europeia, 2024; NO: Arnesen e Sivesind, 2020; PT: CSES 2020; RU: CIRIEC, 2017 e Coop UK (aos dados das *charities* foram somados os dados das cooperativas e mutualidades); RO: Voicu, 2024

Nota: dados das cooperativas para Noruega não considerados

As “empresas sociais” são um tipo de organização que na Europa tem ganho protagonismo, embora o grau de reconhecimento seja muito variável ao nível dos países (tabela AC2). Além disso, a produção de dados sobre esta figura é ainda incipiente na Europa em geral, tendo sido dado recentemente um primeiro passo importante com a publicação pela Comissão Europeia de relatórios nacionais e um relatório síntese sobre as “Empresas sociais e os seus ecossistemas na Europa” (Borzaga *et al.*, 2020). Esses dados apontam para a existência de mais de 30 000 empresas sociais no Reino Unido, dados classificados como “muito fiáveis” e quase 8 000 em Portugal e mais de 6 000 na Roménia (tabela AC2). Um dos grandes desafios na base da produção de dados radica na inexistência em muitos países europeus de uma figura jurídica para a constituição de empresas sociais, podendo estas assumir uma de diversas formas possíveis, desde as formas jurídicas típicas do terceiro setor, até a de empresa.

Grau de reconhecimento	Países
Forte reconhecimento legal e/ou político e grande auto-reconhecimento	Irlanda, Itália, Reino Unido
Reconhecimento de tipos específicos de empresas sociais desafiados pelos conceitos de economia social e/ou economia solidária - que gozam de amplo reconhecimento	Bélgica, Espanha, França, Luxemburgo, Portugal
Reconhecimento de tipos específicos de empresas sociais pela lei, mas moderado auto-reconhecimento das organizações no terreno	Bulgária, Eslovénia, Grécia , Letónia
Apoio político ao desenvolvimento das empresas sociais, mas em princípio um entendimento limitado (integração no emprego); auto-reconhecimento variável	Chéquia, Croácia, Eslováquia, Finlândia, Hungria, Lituânia, Polónia, Roménia
Conceito de empresa social não é commumente usado - espaço limitado devido às instituições tradicionais de bem-estar social	Alemanha, Austria, Dinamarca, Noruega , Países Baixos, Suécia
Aceitação emergente	Estónia, Malta

Tabela AC2: Grau de reconhecimento da Empresa Social em países europeus

Fonte: Comissão Europeia, 2024; Noruega e Reino Unido posicionados pelos autores deste estudo

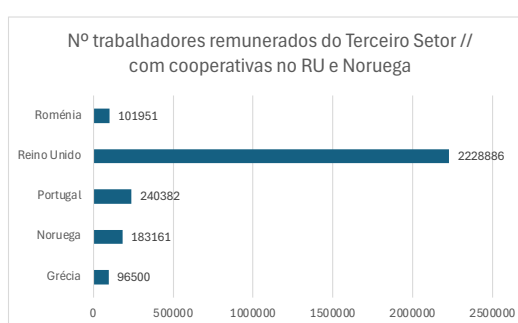
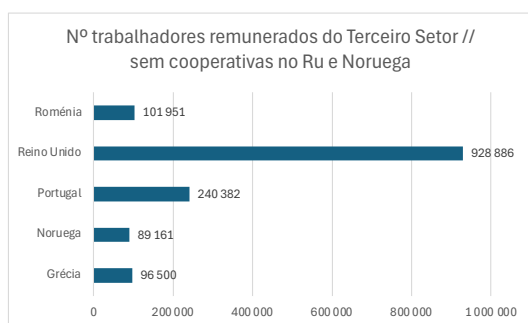
	Nº empresas sociais	Grau de fiabilidade
Grécia	1 148	elevado
Noruega	250	médio
Portugal	7 938	médio
Roménia	6 317	médio
Reino Unido	30 753	muito elevado

Tabela AC3: Número de empresas sociais e grau de fiabilidade dessa informação

Fonte: Borzaga et al, 2020.

Força de trabalho do setor

O número de **trabalhadores remunerados** do terceiro setor colocam naturalmente o Reino Unido na dianteira, mas a ordem dos países seguintes altera-se (gráfico AC4). Portugal surge em segundo lugar, seguido da Noruega e da Suécia. Há várias explicações possíveis, como diferenças ao nível do volume de voluntariado enquanto força de trabalho nas organizações, bem como diferenças no tipo de atividades levadas a cabo pelas organizações, sendo as “de serviço” mais intensivas em mão de obra do que as “de expressão”.



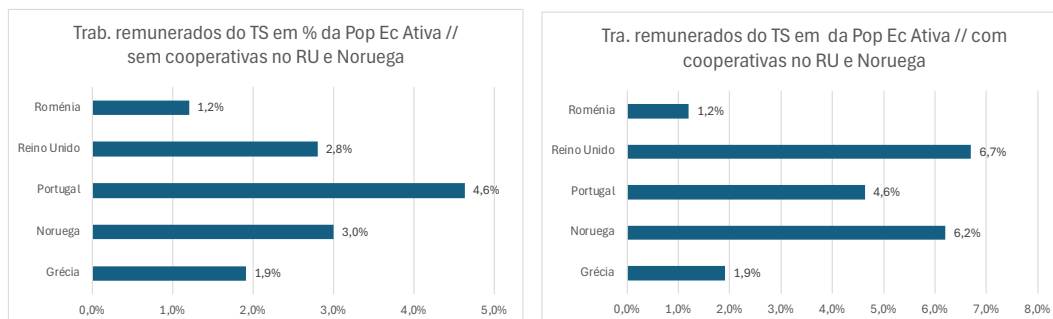
Gráficos AC4: Número de trabalhadores remunerados do terceiro setor na seleção de países; sem e com cooperativas no Reino Unido e Noruega

Fonte: GR: Comissão Europeia, 2024; NO: Arnesen e Sivesind, 2020 e Samvirkene.no; RU: NCVO e Cooperatives uk, 2024

Nota: Na Noruega e no Reino Unido foram adicionados os números dos trabalhadores das cooperativas no 2º gráfico; 94 000 no caso da Noruega e 1 300 000 no caso do Reino Unido. Portugal inclui esses dados na base.

Ao medir a força de trabalho do terceiro setor como percentagem da população economicamente ativa, conseguimos retirar o efeito dos países diferirem em tamanho. Foi possível juntar aos dados as cooperativas no caso da Noruega e do Reino Unido, por uma razão de consistência com a opção portuguesa da sua inclusão na Conta Satélite. Assim, a força de

trabalho no terceiro setor, incluindo trabalho pago e voluntariado, oscila nesse segundo gráfico entre os 6,7% da população economicamente ativa do Reino Unido e os 1,2% da Roménia (gráfico AC5). Embora os números pareçam sugerir alguma relação entre o nível de desenvolvimento económico e social de um país e a dimensão do terceiro setor, existem outros fatores a explicar as diferenças (Salamon *et al.*, 2017).



Gráficos AC5: Trabalhadores remunerados do terceiro setor % da População economicamente ativa; sem e com cooperativas no Reino Unido e Noruega

Fonte: Eurostat; GR: Comissão Europeia, 2024; NO: Arnesen e Sivesind, 2020 e Samvirkene.no; RU: NCVO e Cooperatives uk, 2024
 Nota: Na Noruega e no Reino Unido foram adicionados os números dos trabalhadores das cooperativas no 2º gráfico; 94 000 no caso da Noruega e 1 300 000 no caso do Reino Unido. Portugal inclui esses dados.

No que diz respeito à força de trabalho não remunerada, a Noruega é o país europeu com uma percentagem mais elevada de **voluntariado**, com mais de metade da população com 16 anos ou mais a realizar alguma atividade de voluntariado em contexto de organização (voluntariado formal) (gráfico AC6). São números muito expressivos, com o voluntariado formal a ultrapassar os 51% e o informal a chegar perto dos 80%, valor dos quais os outros países estão muito longe. A um outro nível que também a Noruega se diferencia é no crescimento das três componentes em análise de 2015 para 2022. Com exceção da Roménia no voluntariado formal, em todas as outras dimensões apenas a Noruega cresceu. O voluntariado informal, realizado sem enquadramento numa organização, supera o formal na maioria dos países, com a exceção da Grécia e do Reino Unido em 2022 (e a Roménia em 2015).

Estes valores podem ser base para reflexão:

- Por um lado, pelo caso excepcional da Noruega, que terá razões históricas e culturais, mas que terá com certeza outras que poderão ser alvo de intervenção mais no curto prazo. Existem também hoje estudos no âmbito da UE que identificam tendências ao nível do voluntariado que podem ser aproveitadas pelos países empenhados na promoção do mesmo (EESC, 2022).

- Por outro, pela tendência de quebra que, quando desagregada por faixas etárias, evidencia que os jovens fazem parte das faixas etárias a contribuir para essa quebra. No Reino Unido, desde 2019 que se realiza um levantamento anual sobre voluntariado, de carácter qualitativo, que procura compreender a qualidade da experiência do voluntário – chama-se *Time Well Spent* (NCVO, 2023a). Trata-se de uma iniciativa essencial se queremos compreender o que se passa ao nível do voluntariado e como a experiência poderá ser mais gratificante e ir ao encontro das expectativas de cada faixa etária, entre outros critérios de segmentação. Uma outra área onde tem havido muita investigação relacionada é na do papel dos *social media* na promoção das atividades de voluntariado. É uma área de interesse se se pretender trabalhar na promoção do voluntariado junto dos mais jovens, e não só.

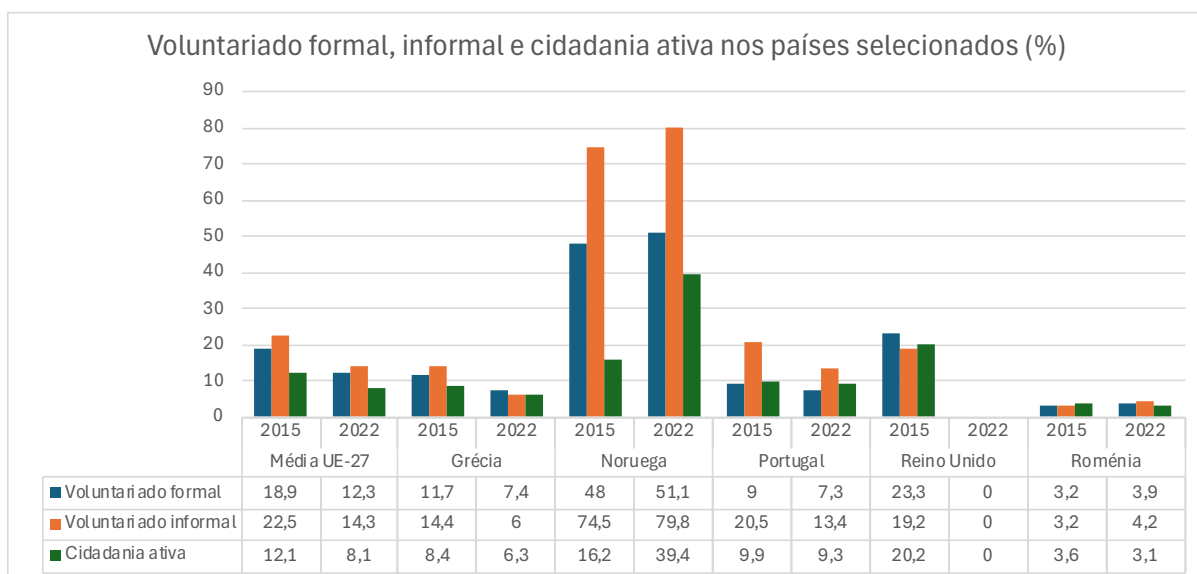


Gráfico AC6: Voluntários em % da população com 16 anos ou mais na seleção de países

Fonte: Eurostat, EU-SILC, 2024

Notas:

. No contexto do EU-SILC, **voluntariado formal** consiste na realização de trabalho não pago no contexto de uma organização sem fins lucrativos; **voluntariado informal** consiste no apoio a pessoas fora de uma estrutura organizacional, não é estruturado, é normalmente espontâneo e não mediado por qualquer organização formal; **cidadania ativa** consiste na participação na vida cívica além de voluntariado (ex. votar, participar em reuniões promovidas na comunidade local, etc.).

. dados não disponíveis para o Reino Unido em 2022

O peso do voluntariado no total da força de trabalho do terceiro é muito distinto entre Portugal e os restantes países (gráfico AC7). Este facto reflete a baixa percentagem de voluntariado no nosso país. A Noruega destaca-se como o país com maior peso do voluntariado na força de trabalho, com 62%, seguida da Roménia (57%) e do Reino Unido (53%).

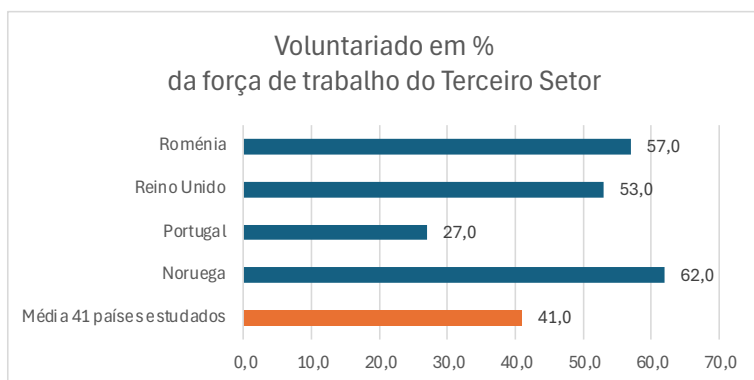


Gráfico AC7: Voluntariado em % do total da força de trabalho (remunerada e voluntária) nos países seleccionados

Fonte: Salamon *et al.*, 2017

Nota: dados comparáveis para a Grécia não disponíveis

Como as dimensões vistas anteriormente, também encontramos grandes variações na distribuição da força de trabalho entre as atividades “de expressão” e “de serviço”. Portugal e Noruega exibem padrões quase simétricos nestes valores, com o primeiro a registar uma elevada percentagem de força de trabalho nos serviços e o segundo com uma elevada nas atividades expressivas (gráfico AC8).

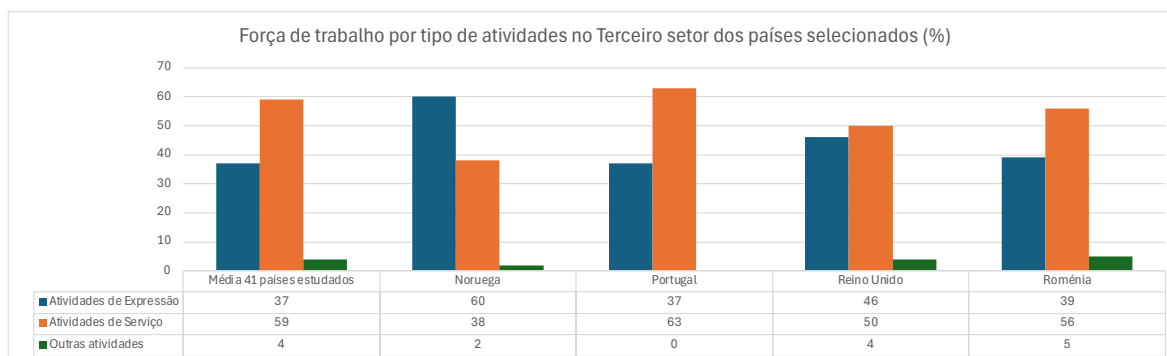


Gráfico AC8: Força de trabalho por tipo de atividades no terceiro setor nos países selecionados

Fonte: Salamon *et al.*, 2017

Notas:

(1) dados comparáveis para a Grécia não disponíveis

(2) Base da atribuição: ICNPO. Atividades de Expressão: Cultura e recreação, religião, proteção cívica e ambiental, representação de interesses empresariais e profissionais. Atividades de serviço: educação e investigação, serviços sociais, saúde, habitação e desenvolvimento. Outras: Filantropia, atividades internacionais e outras não classificadas.

Afiliação

A pertença ou **afiliação** a uma organização do terceiro setor como **membro** é também uma medida da dimensão do setor e da sua vitalidade, enquanto mobilizador da participação da sociedade civil. Segundo o *European Values Study*, que questiona sobre a pertença dos inquiridos a organizações do terceiro setor, em Portugal foram 8,2% as pessoas a confirmar que pertenciam a pelo menos uma das onze listadas, um valor muito inferior ao registado, por exemplo, na Roménia (24,5%) e na Grécia (25,9%) (gráfico UE8). A título ilustrativo, a pertença a associações desportivas e de lazer na Noruega e o Reino Unido registam, no período 2017-2023, percentagens expressivas, de 33% e de 22%, muito diferentes dos 3% em Portugal e 9% na Roménia (tabela AC3). São números que atestam da vitalidade de pertença a organizações do terceiro setor da Noruega, primeiro, seguida do Reino Unido.

País	1990-1993 (%)	1999-2001 (%)	2008-2010 (%)	2017-2020 (%)
Grécia	-	15%	6%	-
Noruega	33%	-	28%	33%
Portugal	14%	9%	5%	3%
Reino Unido	18%	3%	15%	22%
Roménia	3%	2%	3%	9%

Tabela AC3: Proporção de membros em associações desportivas/de lazer na população dos países selecionados, 1981-2020

Fonte: European Values Study

Estrutura de fundos

As estruturas de fundos das organizações do terceiro setor dos países selecionados são também distintas. Enquanto a Noruega e Portugal seguem um padrão “*fee dominant*” em que as receitas próprias (por exemplo: vendas de serviços e de bens, quotas de membros) dominam os recursos das organizações, o Reino Unido e a Roménia seguem um padrão em que dominam os apoios governamentais (gráfico AC9). Um aspeto comum nos quatro países com dados disponíveis é o facto de em nenhum a filantropia ser a fatia maior na estrutura de fundos, muito embora a percentagem no caso da Roménia seja substancial e muito próxima das receitas

próprias. Este padrão torna-a diferente dos outros países analisados. Dados recentes de outra fonte (Statistics Norway), indicam percentagens para os fundos governamentais - nacionais e locais - para o caso norueguês superiores, de cerca de 49% em 2018.

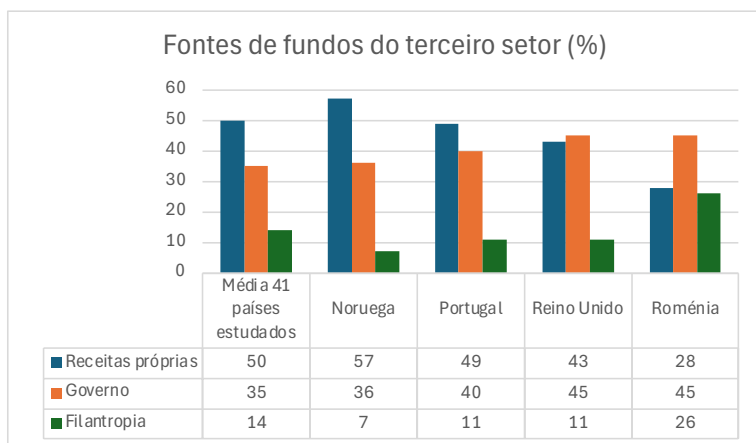


Gráfico AC9: Fontes de fundos no terceiro setor nos países selecionados

Fonte: Salamon *et al.*, 2017

Nota: dados comparáveis para a Grécia não disponíveis

Ambiente filantrópico

O ambiente filantrópico é uma dimensão que tem, por um lado, diretamente a ver com o terceiro setor, na medida em que implica as fundações enquanto organizações filantrópicas, e por outro lado, é contextual porque determinante da disponibilidade de fundos de apoio ao setor. Este “ambiente” foi recentemente alvo de avaliação no contexto de um estudo levado a cabo pela associação europeia de fundações, a Philea, em parceria com a Lilly Family School of Philanthropy (Philea, 2022).

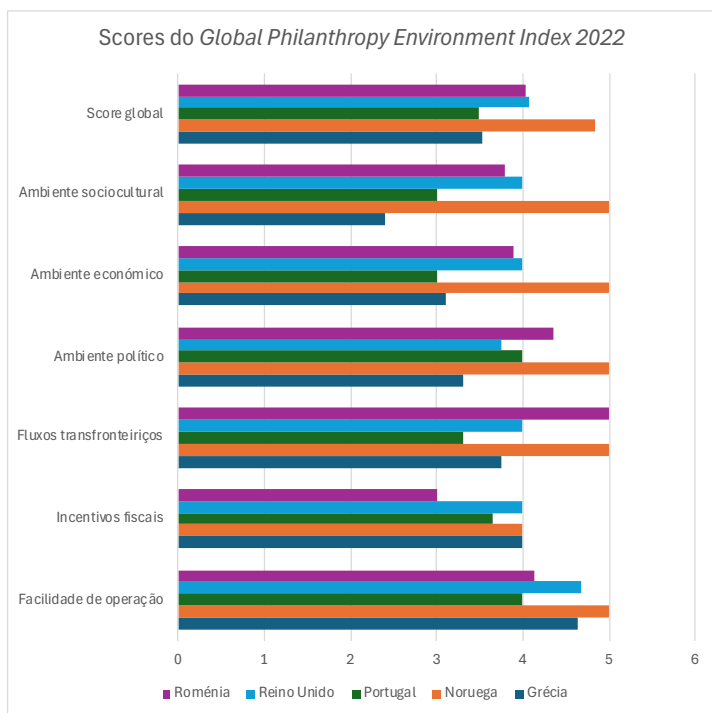


Gráfico AC10: Scores do Global Philanthropy Environment Index 2022 nos países selecionados

Fonte: Philea, 2022 / IU Lilly Family School of Philanthropy

Equipas de investigadores tiveram a oportunidade de avaliar o ambiente filantrópico por referência a seis dimensões às quais atribuíram *scores* conforme o desempenho dos respetivos países (gráfico AC10). A Noruega é o país que obteve *scores* máximos em quase todas as dimensões, com exceção dos incentivos fiscais às doações, com caminho ainda para evoluir. Foi esta a dimensão em que a Roménia também pontuou menos. A Grécia e Portugal foram, de entre os cinco países, os que menos pontuaram em diversas dimensões: no ambiente sociocultural, no ambiente económico e nos fluxos transfronteiriços.

Os investigadores envolvidos foram convidados a produzir recomendações para melhorar o ambiente da filantropia na Europa e estas incidiriam sobre:

- a melhoria do enquadramento legal para o desenvolvimento da filantropia;
- a melhoria do conhecimento e transparência sobre os serviços que as organizações filantrópicas prestam, como usam os fundos e disponibilizam dados sobre a sua atividade;
- mais ênfase na profissionalização e na educação de nível superior nas áreas da filantropia e o setor sem fins lucrativos para tornar as organizações mais eficazes no seu trabalho

(Philea, 2022)

O espaço cívico a ser desafiado?

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos define “espaço cívico” como “o ambiente que permite à sociedade civil desempenhar um papel na vida política, económica e social das nossas sociedades. Em particular, o espaço cívico permite que indivíduos e grupos contribuam para a formulação de políticas que afetam as suas vidas, incluindo: acesso à informação, envolvimento em diálogo, expressão de discordância ou desacordo, e possibilidade de junção para expressar as suas opiniões.”¹⁰

Ao abordarmos este tema estamos a sair do campo da economia social para uma dimensão contextual que lhe diz diretamente respeito e que o pode condicionar. A forma como isto acontece difere de país para país. O estreitamento do espaço cívico na Europa é um assunto relevante, e não é apenas na Europa Central e de Leste, onde alguns sinais foram surgindo no início dos anos 2000 (Bouchet e Wachsmann, 2019). O Reino Unido e a Grécia, por exemplo, sofreram uma desvalorização da sua classificação recentemente no sistema de monitorização da CIVICUS, colocando-os a par de países como a Hungria (tabela AC4).

No caso do Reino Unido emergem as seguintes tendências: (1) Leis cada vez mais restritivas contra protestos e repressão de distúrbios; (2) Protestantes impedidos de mencionar os motivos em tribunal; (3) Controlo do tom das campanhas das *charities*; (4) Pressão sobre as *charities* ligadas aos migrantes; (5) Uso crescente de poderes tipo Henrique VIII (ie. crescente recurso do governo a poderes legislativos especiais que permitem aos ministros alterar ou revogar leis sem precisar de aprovação total do parlamento); (6) verificação e proibição de especialistas. (Bond, 2024; Bouchet e Wachsmann, 2019)

¹⁰ <https://www.ohchr.org/en/civic-space>

	scores 2023	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Grécia	58						
Noruega	94						
Portugal	87						
Reino Unido	58						
Roménia	73						

Tabela AC4: Scores e evolução da classificação no CIVICUS MONITOR – Tracking Civic Space dos países selecionados
Fonte: CIVICUS – monitor.civicus.org

O European Civic Forum (2024) publicou recentemente um relatório sobre o espaço cívico em 15 países europeus, tendo concluído que, em geral, as liberdades cívicas se deterioraram na Europa nos últimos 5 anos. Dos cinco países na nossa análise, o estudo foi realizado na Grécia e na Roménia. O espaço cívico da Roménia foi classificado como se tendo tornado mais estreito, constatação que não encontra, contudo, expressão na análise da CIVICUS. Em 2023, por exemplo, a Comissão Europeia recomendou ao governo romeno a criação de consultas públicas eficazes antes da adoção de legislação, mas os passos dados são avaliados pela sociedade civil como não tendo gerado melhorias. As organizações da sociedade civil continuam a solicitar legislação coerente e apropriada para proteger a liberdade de associação e a legislação que diz respeito a estas organizações é considerada pouco clara, inconsistente e geradora de peso administrativo excessivo. Houve diligências governamentais no sentido de uma proposta de lei para simplificar estes procedimentos legais. Mas também foi aprovada uma nova lei que limita o direito das organizações da sociedade civil de apelarem em tribunal e das organizações ambientais de desafiarem projetos de desenvolvimento imobiliário.

Para o caso grego, o estudo refere a deterioração no rating da CIVICUS, apresentado anteriormente. Refere ainda, entre outros aspetos, a recomendação da Comissão Europeia no que respeita a proteção de jornalistas, área que não tem conhecido avanços. Há também referências no estudo a discriminação de várias minorias e intimidação, criminalização e retórica difamatória das organizações da sociedade civil que trabalham com migrantes e refugiados.

Estas informações, assim como outra evidência sobre o que se passa no espaço europeu em termos de espaço cívico, deve ser motivo de preocupação e de ação.

Constatamos nesta secção as diferenças entre os cinco países nas variáveis escolhidas para a análise comparativa. Exploramos desta forma aqui a resposta à primeira questão de investigação – **“Como é que nos países selecionados se tem desenvolvido o setor das ONG e o seu ecossistema?”**. Mas esta questão continuará a ser respondida na secção que se segue, quando se procurar a resposta à segunda questão, com recurso à Teoria das Origens Sociais e às razões que a história encerra para que no presente, cada um dos países tenha o setor da economia social que tem. Mais detalhe será depois encontrado no ponto 4., em que cada país é tratado com mais profundidade.

3.3 A Teoria das Origens Sociais e os padrões de cada país

“[p]ower is to social science what energy is to thermodynamics”
Anthony Giddens, 1987

A nossa segunda questão de investigação era “**Quais são as razões para as diferenças encontradas?**”. Porque é o terceiro setor diferente nos vários países? A análise comparativa tornou evidentes algumas diferenças, nalguns casos grandes, a vários níveis. Como podemos explicar estas diferenças? Responder a esta questão é essencial para compreendermos melhor o setor e como é que este pode evoluir. Os desafios sociais são cada vez maiores e cada vez mais as organizações sem fins lucrativos são relevantes para as respostas a dar a esses desafios – sozinhas, mas sobretudo em parceria com outras organizações com a mesma natureza ou de outros tipos. E se é verdade que os vários tipos de organizações – empresas, instituições públicas, organizações sem fins lucrativos – se aproximam cada vez mais umas das outras para construir soluções em conjunto, num fenómeno que alguns denominam de hibridização, as organizações sem fins lucrativos são dotadas de competências e experiência de terreno centrais para o desenho e a concretização de soluções.

A Teoria das Origens Sociais (TOS), originalmente proposta por Salamon e Anheier (1998) e abordada posteriormente pelos dois de forma autónoma (Anheier, 2014; Salamon *et al.*, 2017), é o resultado principal do projeto CNP já referido, em termos de construção teórica. Esta teoria remete para o trabalho de Gosta Esping-Andersen (1990), focado nas origens do moderno Estado de bem-estar social.

A TOS assenta no argumento de que os fenómenos sociais complexos não se podem compreender como o produto de um único fator, resultando de inter-relações complexas entre classes sociais e instituições sociais. Foca-se no desenvolvimento histórico das relações de poder num país como o fator central para a determinação da natureza e da força do seu terceiro setor. Isto significa que através da análise histórica de um país, nomeadamente das relações entre o Estado e a sociedade, do papel dos sindicatos, das opções em termos de serviços e apoios sociais, das classes dominantes, conseguimos compreender algumas das características do terceiro setor e as razões para a sua diferença face aos de outros países.

A história recente revela a existência de pelo menos cinco diferentes constelações de relações entre classes sociais e atores, cada uma associada a um padrão de desenvolvimento do terceiro setor com um determinado conjunto de características (Salamon *et al.*, 2017). Estas constelações são tipos ideais, mas o aspeto chave da teoria é que a forma do terceiro setor numa sociedade pode ser prevista a partir da constelação de relações de poder entre as classes sociais e atores dessa sociedade.

Os **padrões das relações de poder e os efeitos no setor das ONG** avançados como **hipótese** e testados por Salamon *et al.* (2017) resultam em cinco padrões: **Tradicional**, **Liberal**, **Welfare partnership** ou **Parceria para o bem-estar**, **Social-democrata** e **Estatista** (tabela TOS1).

Padrão	Hipótese de dimensões do setor				
	Dimensão da força de trabalho	Dimensão do voluntariado na força de trabalho	Função dominante	Fonte de fundos - Governo	Fonte de fundos - Doações
Tradicional	Pequena	Grande	Serviço	Pequena	Grande
Liberal	Grande	Grande	Serviço	Relativamente pequena	Relativamente grande
Welfare partnership	Grande	Nd	Serviço	Muito grande	Nd
Social-democrata	Grande	Grande	Expressiva	Nd	Nd
Estatista	Pequena	Pequena	nd	Pequena	Nd

Tabela TOS1: Hipótese de efeitos no terceiro setor dos padrões de relações de poderes
Fonte: reprodução parcial de Salamon *et al.*, 2017, pp. 84-85

Como referência para as considerações sobre os padrões em cada país analisado, juntamos alguns dados que realçam a posição de cada um:

DIMENSÃO DA FORÇA DE TRABALHO

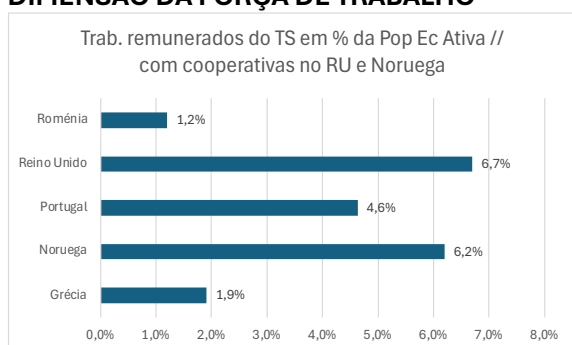


Gráfico TOS1: Trabalhadores remunerados do terceiro setor em % da População Economicamente Ativa
Fonte: Eurostat; GR: Comissão Europeia, 2024; NO: Arnesen e Sivesind, 2020; RU: NCVO e Cooperatives uk, 2024

DIMENSÃO DO VOLUNTARIADO NA FORÇA DE TRABALHO

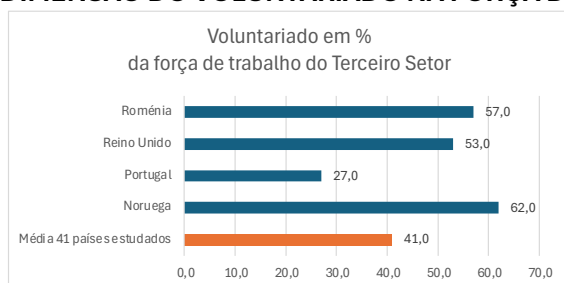


Gráfico TOS2: Voluntariado em percentagem da força de trabalho do terceiro setor
Fonte: Salamon *et al.*, 2017

VOLUME DE DESPESA PÚBLICA NA ÁREA DO BEM-ESTAR SOCIAL

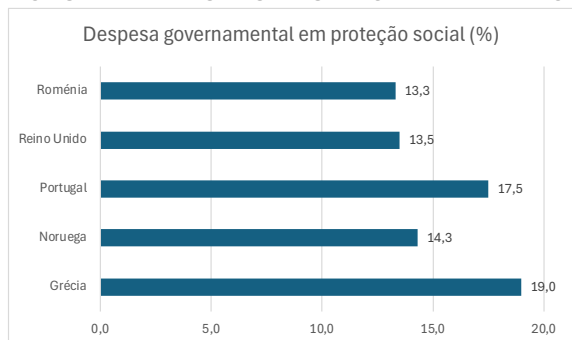
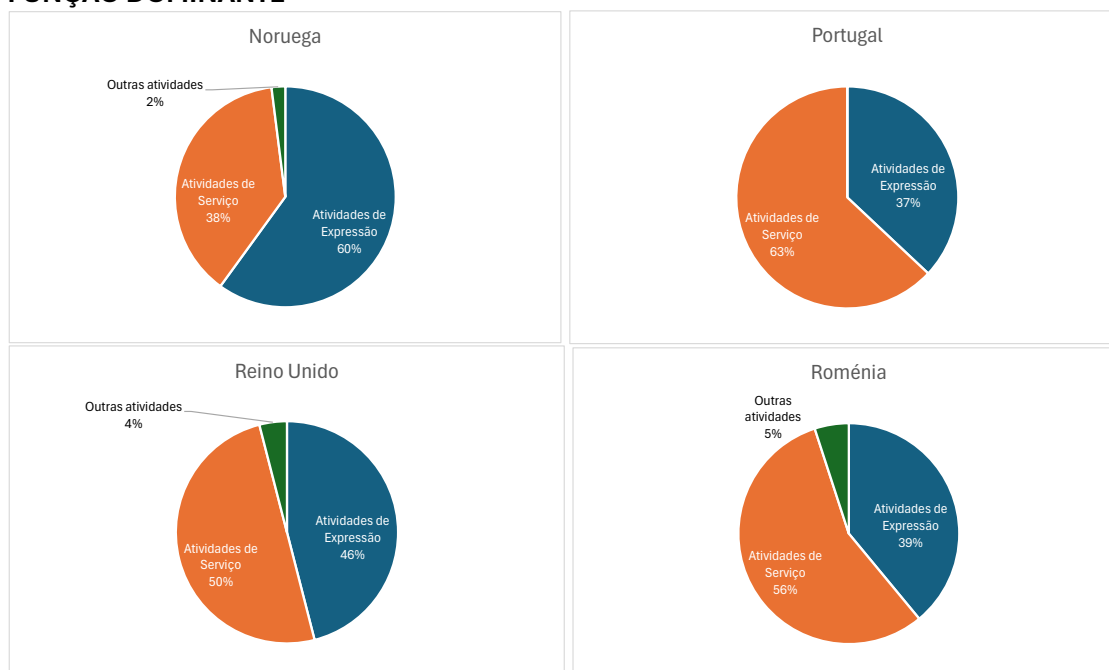


Gráfico TOS3: Despesa governamental em proteção social no total da despesa dos governos (%)
Fonte: Eurostat, exceto dados RU 2021-2023 - Office for National Statistics UK

FUNÇÃO DOMINANTE

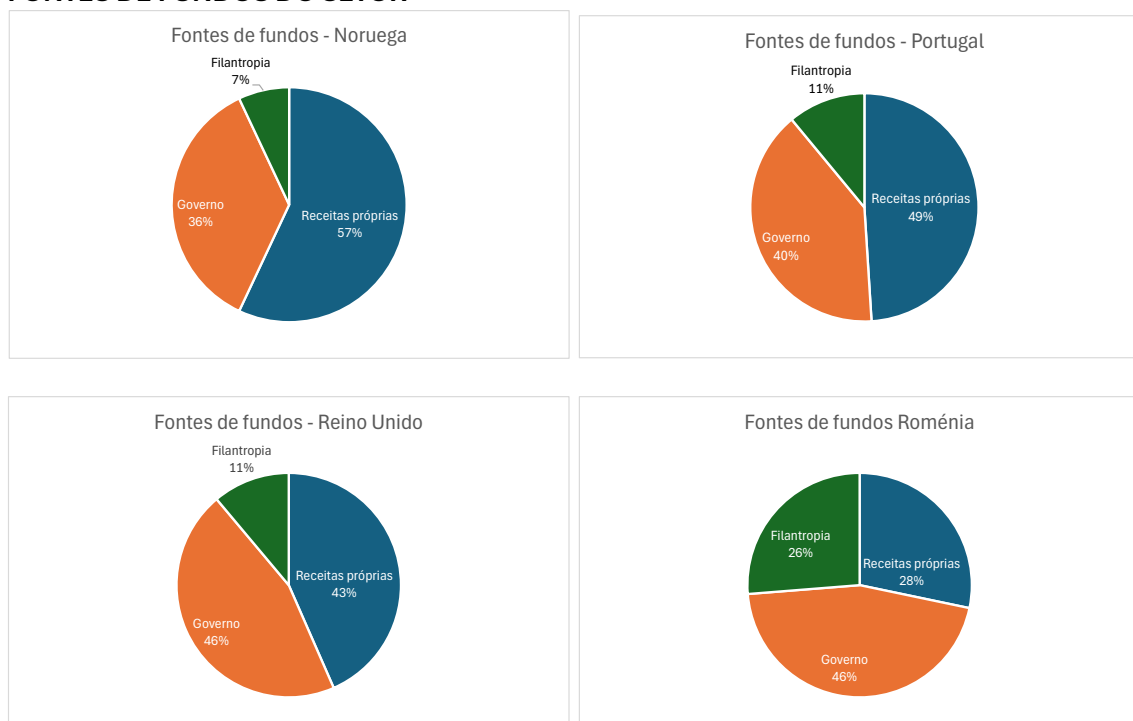


Gráficos TOS4: Função dominante em quatro dos países

Fonte: Salamon *et al.*, 2017

Notas: Atividades de Expressão: Cultura e recreação, religião, proteção cívica e ambiental, representação de interesses empresariais e profissionais. Atividades de serviço: educação e investigação, serviços sociais, saúde, habitação e desenvolvimento. Outras: Filantropia, atividades internacionais e outras não classificadas.

FONTES DE FUNDOS DO SETOR



Gráficos TOS5: Fontes de fundos em quatro dos países

Fonte: Salamon *et al.*, 2017

Um padrão estatista ou em transição, na Grécia?

A Grécia não participou no já mencionado projeto CNP e o seu setor não foi analisado à luz da Teoria das Origens Sociais, tanto quanto a nossa pesquisa permitiu apurar.

Contudo, a análise dos dados recolhidos no nosso estudo permite perceber que:

- O terceiro setor grego é comparativamente mais pequeno, em número de organizações e em trabalhadores remunerados;
- Os níveis de voluntariado são relativamente baixos e com tendência para decrescer. Contudo, a família, na Grécia, sempre desempenhou um papel muito relevante na área do apoio social (Ziomas *et al.*, 2001), o que poderá configurar uma forma de voluntariado informal não capturado nos inquéritos disponíveis;
- O volume de despesa pública em proteção social é o mais elevado dos cinco países.

Informação de carácter qualitativo permite perceber ainda que:

- O terceiro setor grego é mais orientado para atividades de serviço, dados os desafios económicos e sociais do país, mas há uma dimensão crescente de atividades de expressão.
- Há uma enorme dependência de fundos públicos, incluindo os provenientes da UE, que provavelmente representará a grande fatia nas fontes de fundos, seguida da filantropia. Dados de um estudo recente sobre o terceiro setor grego (IOBE, 2023) embora de carácter exploratório e com base num número reduzido de organizações, apontam para um grande peso de fundos públicos e uma atividade de geração de fundos próprios muito residual.

Assim, o setor sem fins lucrativos grego parece revelar características de um setor “estatista” e de um setor “*welfare partnership*”, talvez mais do primeiro do que do segundo, podendo estar em transição de um para outro, como Salamon *et al.* reportaram para o caso português em 2017.

Historicamente, na Grécia, foi grande a intervenção do Estado e da Igreja Ortodoxa na área social, foi reduzido o apoio em fundos públicos ao setor e o voluntariado e a intervenção cívica foram limitados até recentemente. Estas características parecem apontar para um setor de pendor estatista. Ao mesmo tempo, e apesar de acontecer mais tarde do que na maioria dos países europeus, o setor está em crescimento, sobretudo a partir de 2009, há expectativas crescentes da sociedade de que este setor dê resposta aos desafios sociais e existe um enquadramento legal do setor, nomeadamente da dinâmica de empreendedorismo social, embora seja recente. A recessão económica em 2009/10 ameaçou o financiamento do setor, mas a crise da migração e os consequentes fundos mobilizados nacional e internacionalmente para as organizações sem fins lucrativos que abraçaram o problema foram chave e podem significar uma alteração mais acelerada nos padrões. Como contraponto, estão ainda por apurar os efeitos que a progressiva retirada desses apoios irá ter no setor e na sociedade grega.

A Noruega e o padrão social-democrata

No contexto da Teoria das Origens Sociais, a Noruega é usualmente classificada como um padrão “social-democrata”, juntamente com a Áustria e a Suécia (Salamon *et al.*, 2017).

A análise dos dados recolhidos permite perceber que:

- O terceiro setor norueguês tem, no conjunto dos cinco países, uma força de trabalho remunerada elevada;
- Tem uma força de voluntariado muitíssimo expressiva, quer na sua dimensão formal, quer na sua dimensão informal e, ao contrário dos outros quatro países, ambas as dimensões revelam uma tendência de crescimento;
- O volume de despesa pública em proteção social é média no conjunto dos países;
- Ao contrário dos outros, a Noruega tem as atividades de expressão como função dominante, fator que se compreende bem olhando à história do país e ao seu terceiro setor;
- Como fontes de fundos, as receitas próprias ultrapassam os 50%, mais do que em qualquer dos outros países, seguindo-se os fundos públicos.

Assim, o padrão confirma-se como sendo o social-democrata, caracterizado, precisamente, por uma presença muito forte do setor público na prestação de serviços de bem-estar social, deixando pouco espaço, nessa área, para as organizações voluntárias. Isto em paralelo com uma força de trabalho relativamente grande nas ONG, maioritariamente composta por voluntários e fortemente orientada para funções “de expressão”, ligadas à cultura, ao desporto, à recreação, à proteção ambiental, à expressão política, à defesa de causas, aos sindicatos e às associações profissionais e empresariais. O predomínio do voluntariado é uma característica exclusiva deste padrão e ausente dos outros, mas ligada a esta área de expressão e não à de serviços de bem-estar (Salamon&Sokolowski, 2001). Além disso, o setor voluntário é financiado sobretudo por receitas próprias do setor.

Segundo a teoria, e na análise de Salamon *et al.* (2017), este padrão emerge em situações em que o poder tanto das elites estabelecidas como da burguesia foi neutralizado de forma eficaz pelas classes mais baixas, conduzindo ao alargamento do financiamento público dos serviços de bem-estar e ao fornecimento destes serviços por entidades públicas em vez de entidades privadas com ou sem fins lucrativos. O domínio da classe trabalhadora é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento do padrão social-democrata, sendo necessário verificar o papel de eventuais amplificadores dos interesses da classe, nomeadamente no contexto político, por exemplo através dos sindicatos. É um padrão que se verifica na Noruega, assim como na Suécia e na Áustria, por exemplo.

É de salientar, contudo que parecem existir indícios de retração do setor público no fornecimento de serviços sociais, ainda, no entanto, muito na infância (Zimmer e Pahl, 2018). Na linha da implementação da filosofia do *New Public Management* um pouco por toda a Europa, nos países nórdicos tem vindo a desenvolver-se um mercado de serviços sociais com contratação pública competitiva, que tem tido suporte porque há uma convicção crescente de que dessa forma a qualidade dos serviços aumentará. Na Noruega, e por causa da produção de petróleo que a torna menos vulnerável a crises financeiras, os três setores (público, privado com e privado sem fins lucrativos) estão ainda em crescimento, mas a fatia do setor público está em decréscimo (Zimmer e Pahl, 2018). É possível que no longo prazo, avançam Zimmer e Pahl (2018), isto danifique a reputação do terceiro setor e haja alguma retração no modelo social-democrata.

Portugal, um padrão ainda em transição para o welfare partnership?

Aquando a análise de Salamon *et al.* (2017), Portugal não correspondia a nenhum dos padrões de desenvolvimento do setor das ONG previsto, o que foi uma surpresa no contexto da Europa Ocidental onde se encontravam o padrão liberal e de *welfare partnership*. Portugal foi então classificado como um padrão em transição.

A análise dos dados recolhidos permite perceber que:

- O terceiro setor português tem uma força de trabalho média no conjunto dos cinco países, a terceira mais significativa;
- O voluntariado tem a menor expressão quando em função da força de trabalho em comparação com os outros três países em que essa informação está disponível; e tem uma expressão de voluntariado na sociedade que é média no contexto dos cinco países em análise, estando em retração;
- O volume de despesa pública em proteção social é expressivo, o segundo país dos cinco em análise;
- As atividades de serviço são as que predominam, com uma intensidade não observada em nenhum dos outros três países com dados disponíveis, tendo no projeto CNP surpreendido pela novidade no contexto europeu;
- As receitas geradas pelo próprio setor predominam nas fontes de fundos, seguidas dos apoios públicos, tendo a filantropia um valor reduzido, mas igual ao Reino Unido e superior ao da Noruega.

A classificação do modelo de desenvolvimento do terceiro setor português como estando em transição tem uma explicação radicada na história que consta de Franco *et al.* (2017). A análise das relações de poder antes da adesão do país à UE clarificou a interpretação dos resultados. O fim da ditadura de Salazar - que se arrastava desde 1933 -, com a Revolução do 25 de Abril, empurrou Portugal em duas direções diferentes: uma, que criou espaço à sociedade civil e à constituição de uma miríade de associações em diversas áreas, e outra que obrigou à entrega ao Estado dos serviços de saúde nas mãos das Misericórdias. A adesão de Portugal à então Comunidade Europeia acelerou a parceria entre o Estado e o setor da economia social no fornecimento de serviços públicos, colocando o país no caminho de um modelo de *welfare partnership*. Assim, Portugal é classificado na transição entre o modelo estatista e o de *welfare partnership*, mas mais próximo deste último dado o elevado peso dos serviços sociais no terceiro setor e o nível considerável de apoio público que recebe.

O padrão liberal do Reino Unido

O Reino Unido segue um padrão liberal de desenvolvimento do terceiro setor, unânime na literatura, mas com derivações recentes que iremos comentar, assente numa reduzida despesa pública, suportado sobretudo por fundos privados – como vendas e filantropia – e por uma forte componente de voluntariado.

A análise dos dados recolhidos permite perceber que:

- O terceiro setor do Reino Unido tem a maior força de trabalho remunerada dos cinco países analisados;

- O voluntariado tem alguma expressão na população, sendo o segundo país com números superiores, mas longe da realidade norueguesa; enquanto percentagem da força de trabalho apresenta um valor superior a 50% mas é o terceiro país dos quatro com dados disponíveis;
- O volume de despesa pública com a proteção social é o segundo mais baixo dos cinco países;
- As atividades de serviço são apenas ligeiramente superiores às de expressão, sendo o país com a distribuição mais equilibrada entre as duas funções;
- Também nas fontes de fundos são bastantes próximos os pesos dos fundos públicos e das receitas próprias, com ligeiro predomínio dos primeiros.

O padrão liberal tem raízes históricas antigas. Como o Estado se formou relativamente cedo na história deste país, a Igreja Protestante desempenhou um papel reduzido na área do bem-estar social, ao contrário da Igreja Católica nos modelos “corporativistas” do Estado de Bem-estar social (Spear, 2001). A criação do *National Health Service* no pós-guerra, foi muito informada por ideias democráticas, de universalismo e fornecimento de serviços por atores que não do mercado. Por isso, na área da saúde o setor voluntário tem uma presença reduzida, sendo relativamente grande nas áreas dos serviços sociais, educação e investigação, cultura e recreação.

Como Salamon et al (2017, p. 100) explicam, existem razões históricas ancoradas nas relações de poder entre vários grupos sociais, que justificam este padrão e as características do setor voluntário. A transformação da agricultura no Reino Unido dos séculos XVI e XVII deu origem a uma elite rural assente na exportação de bens, como a lã, que forçou o campesinato a abandonar as terras através do movimento de cercamentos (*enclosure movement*). A atividade comercial desenvolvida por uma classe média urbana forte, que procurava libertar-se do controlo da economia pela Coroa, conseguiu quebrar este poder com o apoio de interesses capitalistas durante a guerra civil de 1642-1651. A classe trabalhadora dividia-se por regiões e religião, e era deferente às classes médias dominantes até às guerras mundiais. Com o estabelecimento de uma tradição protestante, estabeleceu-se um forte etos de individualismo e de responsabilidade individual, muito diferente de como a tradição católica marcava o etos de solidariedade social nos países da Europa continental. Uma burguesia poderosa opôs-se à expansão maior das proteções sociais através do Estado, que conduziria, antecipavam, ao maior peso fiscal. Todas estas condições, argumentam os defensores da Teoria das Origens Sociais, levaram à emergência de um padrão liberal do terceiro setor no Reino Unido.

Apesar de ter tido historicamente este padrão de desenvolvimento do terceiro setor, o estado de bem-estar social do Reino Unido adotou algumas características de um modelo social democrata até se tornar um beneficiário da filosofia política da “Terceira Via” na era Blair, que levou à adoção de características de um modelo de *welfare partnership*, com o governo a confiar cada vez mais no terceiro setor para o fornecimento de serviços sociais (Zimmer e Phal, 2018). O Estado assumiu aqui uma postura passiva de facilitador, mas não de prestador, e as grandes organizações do setor aprenderam a lidar com os desafios de contratação em detrimento de uma resposta mais especializada às necessidades da comunidade. Com o Governo trabalhista e a Comissão Deakin firmou-se o “Compact” entre o governo e o terceiro setor em 1998, que consistiu no estabelecimento de princípios e diretrizes para promover a cooperação entre as

duas partes, que acabou por não ser bem sucedido. É com a entrada do governo conservador de Cameron e a iniciativa Big Society, cujo objetivo era reduzir a dependência das comunidades em relação ao governo e promover uma maior participação dos cidadãos na gestão de serviços locais, estimulando o voluntariado, a criação de organizações comunitárias e o fortalecimento do terceiro setor, que se voltou ao modelo liberal de um terceiro setor mais independente de financiamento. Os serviços de bem-estar social abrem-se ao mercado, alargam-se os quase-mercados e ocorrem grandes cortes no financiamento público local, uma importante fonte de financiamento para o terceiro setor.

A Roménia, um padrão estatista ou em transição?

Na análise de Salamon *et al.* (2017) a Roménia emergiu como um caso-fronteira. Encaixou em dois critérios do modelo estatista, a reduzida dimensão do setor e o reduzido apoio governamental, mas acima do valor de voluntariado esperado para esse padrão. Contudo, este último valor acaba por ser desvalorizado por parecer corresponder a uma leitura menos ajustada do voluntariado.

A análise dos dados recolhidos permite perceber que:

- A Roménia tem a menor força de trabalho do terceiro setor, em percentagem da população economicamente ativa, dos cinco países;
- O voluntariado em percentagem da força de trabalho do setor tem uma percentagem expressiva, mas trata-se do valor descartado por Salamon *et al.* (2017) como não relevante. De facto, os valores para o voluntariado realizado pela população romena são os mais baixos de entre os cinco países analisados;
- O volume de despesa pública em proteção social é o mais baixo dos cinco;
- A função dominante do terceiro setor é nos serviços;
- As fontes de fundos são as que apresentam uma distribuição mais distinta, com a filantropia com uma fatia muito próxima das receitas próprias e os fundos públicos com um peso predominante.

A Roménia, sendo uma sociedade rural e pouco desenvolvida economicamente durante a maior parte do século XX, passou por uma era de ditadura comunista opressora (1945-1989), marcada pela completa subordinação das organizações ao Estado. Durante este período, cooperativas e mutualidades foram absorvidas pelo regime comunista, deixando de ser independentes e passando a servir diretamente os interesses do partido comunista e do Estado, em vez de responderem aos seus membros. Este controlo estatal sobre as cooperativas e mutualistas foi central para o regime, fazendo delas um pilar económico, juntamente com as empresas públicas.

Após a queda do comunismo em 1989, iniciou-se uma tentativa de relançamento do terceiro setor. No entanto, a herança comunista criou desafios significativos: o enquadramento legal era inadequado e a confiança e participação dos cidadãos eram limitadas. Além disso, as cooperativas enfrentaram um colapso, porque continuavam a ser percebidas como símbolos do regime comunista. Este colapso foi exacerbado por devoluções aos antigos proprietários, dificuldades de mercado, questões de *governance* e uma crise de imagem pública. As

cooperativas não participaram dos debates sobre a economia social e o terceiro setor, sendo marginalizadas. Sobretudo a partir de 1996 o setor consolida-se com o apoio de financiamento internacional e de organizações públicas e privadas (como a Fundação Soros, a EU e os EEA Grants). No início de 2000 começa a preparação da adesão da Roménia às UE e o sistema de proteção social misto começa a desenvolver-se, com o apoio da economia social. Com a entrada na UE em 2007 as organizações da economia social têm sido parceiras nas reformas políticas estruturais. Mas o caminho é desafiante.

A experiência romena demonstra como o controlo estatal sobre o terceiro setor durante o comunismo moldou profundamente o seu desenvolvimento posterior, justificando a visão de um modelo de terceiro setor estatista, no qual o Estado assume um papel preponderante na orientação e regulação das organizações, mesmo após a transição para uma economia de mercado.

Em síntese, graficamente:

	% Emprego no Setor em % da Pop Economicamente Ativa	% Voluntariado na Força de Trabalho	% Serviço na Força de Trabalho	% Governo nas fontes de fundos	% Filantropia nas fontes de fundos	vol desp ação social	
Grécia	*	*	S	**	**	***	estatista -> welfare partnership
Noruega	***	***	E	**	*	**	sócio-democrático
Portugal	**	*	S	**	*	***	estatista -> welfare partnership
Reino Unido	***	**	S/E	**	*	*	liberal
Roménia	*	*	S	***	**	*	estatista

Tabela TOS2: Uma classificação dos países de acordo com os critérios de Salamon *et al.*, 2017

Fonte: autores do estudo

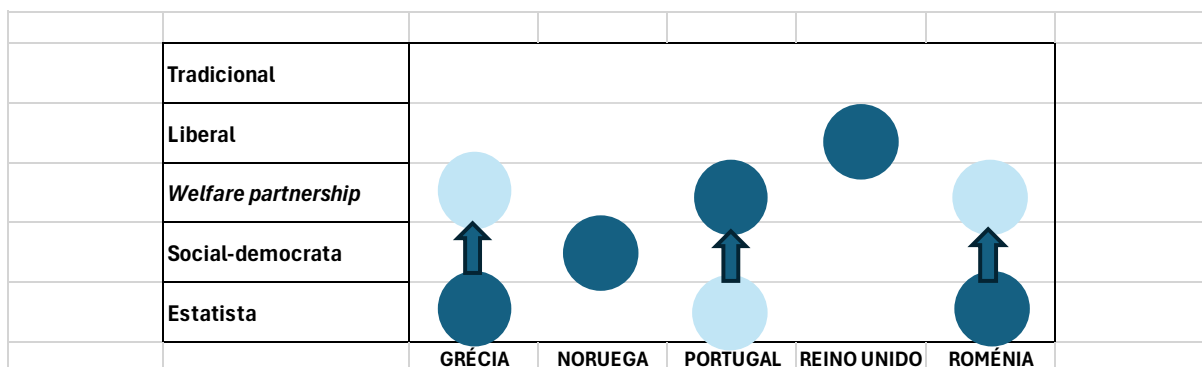


Figura TOS1: Uma representação do posicionamento dos cinco países na Teoria das Origens Sociais

Fonte: autores do estudo

4. O terceiro setor em cada país selecionado

A diversidade de terceiros setores na Europa é enorme e os quatro países selecionados para a análise comparativa com Portugal – a Grécia, a Noruega, o Reino Unido e a Roménia - são evidência disso, como vimos na secção anterior. Nesta apresentaremos uma caracterização mais extensa de cada país, primeiro por recurso a diversos dados e indicadores, depois por recurso a uma descrição histórica de momentos marcantes, seguida de uma reflexão sobre o terceiro setor no tempo presente. A partir do momento em que, em cada país, clarificamos a denominação mais utilizada e o âmbito dos dados, será essa a expressão que utilizaremos ou a de terceiro setor.

4.1 O terceiro setor em Portugal

Caracterização do terceiro setor português

Denominação

A denominação mais comum para o setor em análise é, no nosso país, Economia Social. Apesar da Constituição portuguesa fazer referência ao setor cooperativo e social (art. 82º), a Lei de bases é “da Economia Social” e a Conta Satélite publicada pelo INE é também “da Economia Social”. É um termo dominante, apesar de serem utilizadas outras denominações como “terceiro setor” e “organizações sem fins lucrativos”. Nos últimos anos a designação de “setor social” é comum, mas tanto é utilizada para designar toda a abrangência de terceiro setor, como apenas o seu subsetor social, o que não contribui para a clarificação ou para a afirmação do setor como um todo.

Os dados do terceiro setor português aqui apresentados e que constaram da análise comparativa, representam a economia social, que engloba as associações, as fundações, as cooperativas e as associações mutualistas (e “outras”).

Tipo de entidades jurídicas

O Código Civil português consagra as figuras de associação e de fundação. Existem diversos tipos de associação, a destacar as associações mutualistas pelo papel que desempenharam, historicamente, no desenvolvimento do setor. As cooperativas são outro tipo, com um papel histórico também relevante, sendo enquadradas por lei própria, aliás como diversas outras tipologias de organizações da economia social. As Misericórdias são um tipo de organização específico português, muito antigo (a primeira foi fundada em 1498), do género associativo na essência, que nasceu das vontades de uma monarca – a Rainha D. Leonor - e de um religioso – Frei Miguel Contreiras. As Misericórdias mantiveram sempre uma forte ligação à Igreja e à sociedade civil. Nalguns dos dados apresentados nesta secção, as Misericórdias serão reportadas de forma autonomizada. A Conta Satélite produz dados também do subsetor comunitário e autogestionário. Em Portugal não existe a figura jurídica de “empresa social”, mas existem várias empresas sociais a operar como empresas, associações, cooperativas, ou outras figuras, por vezes a partir de duas entidades em simultâneo. Existem ainda estatutos jurídicos relevantes, que algumas organizações podem requerer se cumprirem determinados requisitos – o estatuto de utilidade pública, o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social

(IPSS) e vários estatutos para ONG, por exemplo na área da cooperação para o desenvolvimento, ou na área do ambiente ou outras. O estatuto de IPSS é cumulativo com a figura jurídica de base – associação, fundação ou cooperativa.

É possível encontrar uma extensa lista do tipo de organizações da economia social no [site da CASES](#).

Número e tipo de organizações, antiguidade e distribuição territorial

O setor da economia social português era constituído em 2020 por 73 851 organizações (um acréscimo de 0,37% face a 2019, ou de 277 organizações), maioritariamente associações, sendo as da área da cultura, da recreação e desportivas as que mais peso numérico têm neste conjunto (tabela P1). A religião e os serviços sociais são as duas áreas que se seguem em termos de número de organizações.

Estes são os dados mais recentes em Portugal, publicados pelo INE, que em 2023 tornou públicos dados de 2019 e 2020 (INE 2023). Os dados utilizados na Análise Comparativa da secção anterior são os relativos a 2019, que foram os utilizados no estudo da Comissão Europeia (2024) que usamos também para a Grécia e a Roménia, para aproximar a referência de data das desses outros países. Aqui optamos pela maior atualidade dos dados nacionais – apenas a tabela P2 retratará o setor com dados de 2019 da Conta Satélite e do estudo para a Comissão Europeia (2024).

As cooperativas têm um peso de aproximadamente 3% no número de organizações. As associações mutualistas¹¹ têm um peso reduzido, mas têm mantido um número relativamente estável nos últimos anos. Estima-se que existam cerca de 8 000 empresas sociais (tabela P2).

Em termos de fase da vida, ou antiguidade, mais de 40 000 organizações são “estabelecidas”, com uma idade entre 10 e 49 anos (tabela P3). De ressaltar que temos 618 organizações “centenárias”, realidade que se deve às Misericórdias.

Em termos de distribuição territorial, o maior número de organizações situa-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mas as restantes estão distribuídas por todo o território (gráfico P1).

¹¹ A designação pode ser de associações mutualistas, de socorros mútuos ou mutualidades: (<https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/associacao-mutualista-socorros-mutuos-ou-mutualidade>)

	Cooperativas	Associações Mutualistas	Misericórdias	Fundações	Associações com Fins Altruísticos	Subsetores Comunitário e Autogestionário	Total
Cultura, comunicação e atividades de recreio	317	1	0	127	32 618	0	33 063
Educação	155	0	2	62	4 596	0	4 815
Saúde	53	23	314	108	1 901	1	2 400
Serviços sociais	164	44	55	161	6 182	0	6 606
Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	22	0	0	4	663	167	856
Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	282	0	0	9	2 341	2	2 634
Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	3	0	0	17	5 537	4	5 561
Filantropia e promoção do voluntariado	0	0	0	58	282	0	340
Religião	0	0	3	31	8 509	0	8 543
Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	24	2	1	0	3 760	472	4 259
Serviços profissionais, científicos e administrativos	91	0	0	33	2 326	0	2 450
Outras atividades	1 042	21	1	8	281	971	2 324
Agricultura, silvicultura e pesca	265	0	0	1	76	924	1 266
Indústria	283	0	0	1	8	2	294
Alojamento, restauração e similares	17	0	0	1	86	1	105
Comércio	284	0	0	1	10	0	295
Atividades de transporte e armazenagem	76	0	0	0	22	0	98
Atividades financeiras e de seguros	88	16	1	0	6	0	111
Atividades imobiliárias	17	0	0	0	1	9	27
Atividades das famílias empregadoras	0	0	0	0	0	0	0
Outras atividades	12	5	0	4	72	35	128
Total	2 153	91	376	618	68 996	1 617	73 851

Tabela P1: Número de organizações da economia social em Portugal

Fonte: INE, 2023

	Número de Organizações	das quais empresas sociais	Pessoas empregadas	Trabalhadoras do sexo feminino	Volume de negócios (milhões EUR)	Nº Voluntários (média anual)	Número de Afiliações
Cooperativas	2 174	435	24 309	13 200	1 867,10	n/d	828 454
Mutualidades	91	91	4 906	2 993	491,1	n/d	1 084 363
Associações	70 315	7 117	156 034	111 211	5 824,00	502 098	18 335 430
Fundações	618	331	14 764	11 334	865,8	n/d	121 327
Outras formas legais	376	376	40 369	34 260	1 055,30	n/d	116 434
TOTAL	73 574	8 350	240 382	172 998	10 103	502 098	20 486 008

Tabela P2: Organizações, emprego, volume de negócios e afiliações na economia social portuguesa – inclui dados da Conta Satélite 2023 / dados 2019 e outros

Fonte: Comissão Europeia, 2024

	Cooperativas	Associações Mutualistas	Misericórdias	Fundações	Associações com Fins Altruísticos	Subsetores Comunitário e Autogestionário	Total
Nova (< 5 anos)	259	0	1	44	10 455	206	10 965
Emergente (>=5 e < 10 anos)	197	3	0	63	9 749	188	10 200
Estabelecida (>=10 e <50 anos)	1 402	11	108	388	38 229	679	40 817
Madura (>=50 e <100 anos)	257	39	127	104	8 683	2	9 212
Centenária (>=100 anos)	38	38	140	12	390	0	618
Sem informação	0	0	0	7	1 490	542	2 039
Total da Economia Social	2 153	91	376	618	68 996	1 617	73 851

Tabela P3: Número de organizações da economia social em Portugal por fase da vida

Fonte: INE, 2023

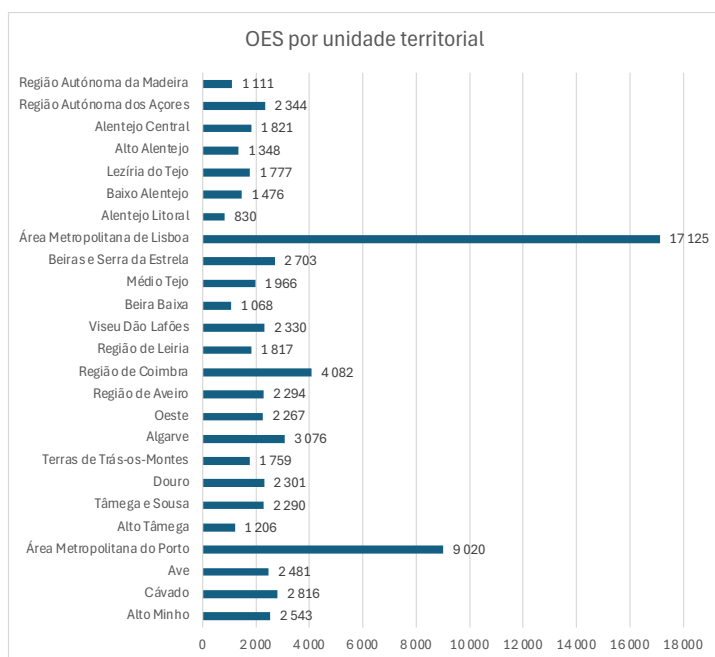


Gráfico P1: Número de organizações da economia social por unidade territorial em Portugal
Fonte: INE, 2023

Emprego e remunerações

A economia social em Portugal emprega 256 618 trabalhadores remunerados¹², que correspondem a 5,2% do emprego nacional (tabela P4). A maioria (32,9%) está no setor da saúde, seguida dos serviços sociais, e a uma maior distância a educação. A remuneração média na economia social é inferior à da economia nacional em cerca de 700 euros anuais. O subsetor com melhor remuneração média é o dos serviços profissionais, científicos e administrativos, seguido das organizações empresariais, profissionais e sindicatos e da filantropia e promoção do voluntariado.

Por tipo de organização, são as associações que se destacam em peso no emprego no setor. A remuneração média anual oscila entre os 38 mil euros das associações mutualistas e os 19 mil das associações (tabela P5).

	Emprego (Equivalente a tempo completo - ETC)	% emprego na Ec Social	Remunerações (10 ⁶ euros)	Remuneração média anual (euros)
Cultura, comunicação e atividades de recreio	12 526	5,1%	258,8	20 661,0
Educação	31 276	12,7%	738,1	23 599,6
Saúde	80 920	32,9%	1 307,4	16 156,7
Serviços sociais	73 124	29,8%	1 301,7	17 801,3
Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	726	0,3%	13,9	19 146,0
Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2 359	1,0%	60,8	25 773,6
Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	2 869	1,2%	62,6	21 819,4
Filantropia e promoção do voluntariado	152	0,1%	4,0	26 315,8
Religião	8 665	3,5%	151,3	17 461,1
Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	7 382	3,0%	200,9	27 214,8
Serviços profissionais, científicos e administrativos	7 912	3,2%	263,1	33 253,3
Outras atividades	17 706	7,2%	538,2	30 396,5
Total da Economia Social	245 618	100,0%	4 901,1	19 954,2
Total da Economia	4 701 371		97 123,6	20 658,6

¹² Valores incluem uma pequena parcela de “não remunerados”, que não correspondem a voluntários.

Tabela P4: Emprego (ETC – Equivalente a tempo completo) e Remunerações nas organizações da economia social por ICNPO em Portugal

Fonte: INE, 2023

	Emprego ETC	% emprego na Ec Social	Remunerações (10 ⁶ euros)	Remuneração média anual (euros)
Cooperativas	24 026	10%	610,4	25 405,8
Associações Mutualistas	4 949	2%	188,7	38 128,9
Misericórdias	41 308	17%	657,7	15 921,9
Fundações	14 516	6%	355,0	24 455,8
Associações com Fins Altruísticos e Subsetores Comunitário e Autogestionário	160 819	65%	3 089,3	19 209,8
Total da Economia Social	245 618	100%	4 901,1	19 954,2
Total da Economia	4 701 371		97 123,6	20 658,6

Tabela P5: Emprego ETC e Remunerações por tipo de organização da economia social em Portugal

Fonte: INE, 2023

Voluntariado

O peso do voluntariado informal é muito maior do que o formal em Portugal, cerca do dobro (tabela P6). Entre os dois períodos disponíveis – 2015 e 2022 – registou-se uma quebra com algum significado, sobretudo ao nível do voluntariado informal. De acordo com o Inquérito ao Trabalho Voluntário (INE, 2018), o total de voluntários foi de cerca de 695 mil pessoas, 7,8% da população residente com 15 ou mais anos. Deste, o voluntariado formal envolveu 569 201 pessoas (tabela P7), tendo a maioria realizado atividade na área dos serviços sociais, seguida da religião e da cultura, comunicação e atividades de recreio em quase igual medida.

	Voluntariado formal (%)		Voluntariado informal (%)	
	2015	2022	2015	2022
Portugal	9,0	7,3	20,5	13,4

Tabela P6: Voluntariado formal e Informal em Portugal

Fonte: Eurostat

	Nº de voluntários
Cultura, comunicação e atividades de recreio	89 099
Educação	30 626
Saúde	54 461
Serviços sociais	206 200
Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	21 734
Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	17 514
Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	44 703
Filantropia e promoção do voluntariado	4 451
Religião	89 393
Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	3 108
Serviços profissionais, científicos e administrativos	1 491
Outras atividades	6 421
Total de trabalho voluntário formal	569 201

Tabela P7: Número de voluntários em voluntariado formal em Portugal

Afiliação

O *European Values Study* (2017), já antes referido, que mede a percentagem da população que pertence a um de 11 tipos de organizações da economia social, apurou o valor de 8,2% para Portugal. Este valor corresponde ao mais baixo em toda a UE-27 (gráfico UE8). Contudo, levanta algumas questões, se comparada esta percentagem com o número de afiliações apuradas no estudo da Comissão Europeia (2024), superior a 20 milhões, sendo cerca de 18 milhões em associações (tabela P2).

Valor Acrescentado Bruto e peso no PIB

A economia social em Portugal tem um peso de 3,2% no PIB nacional, com as associações a tomar a dianteira nesse contributo, dado o elevado peso numérico que têm (tabela P8).

	Valor Acrescentado Bruto	
	10 ⁶ euros	% da Economia
Cooperativas	725,3	0,4
Associações Mutualistas	326,9	0,2
Misericórdias	659,8	0,4
Fundações	370,1	0,2
Associações com Fins Altruísticos e Subsetores Comunitário e Autogestionário	3 515,3	2,0
Total da Economia Social	5 597,4	3,2
Total da Economia	174 768,0	//

Tabela P8: Emprego ETC por tipo de organização da economia social em Portugal
Fonte: INE, 2023

Fontes de fundos

As receitas próprias são a principal fonte de fundos da economia social em Portugal (49%), com os fundos públicos a assegurar a fatia seguinte (40%). A filantropia é de 11%. (gráfico TOS4)

Legislação

É vasta a legislação referente à Economia Social em Portugal. A [Lei de Bases da Economia Social](#) existe desde 2013 e é o documento enquadrador do setor. Existe para cada tipo de entidade legislação específica, num amplo quadro normativo que se encontra em todo o seu detalhe no [site da CASES](#).

Registos

A única fonte de dados sobre o setor da economia social é a Conta Satélite já referida, produzida pelo INE, e outros inquéritos realizados de forma regular ou pontual pelo INE e outras entidades, como a CASES. Alguns destes inquéritos não estão disponíveis de forma pública. Não existe mais nenhuma fonte de dados assegurada por nenhuma outra entidade pública, que permita saber-se que organizações compõem o setor. Existirão registos mantidos por entidades

públicas, para efeitos formais, ou privadas para efeitos de lista de membros (ex. nas estruturas federativas), mas não são públicas ou atualizadas, tanto quanto nos foi possível apurar.

Contextualização histórica

Na análise do padrão de desenvolvimento do setor da economia social à luz da Teoria das Origens Sociais, em que se posiciona Portugal como estando em transição para um *welfare partnership*, tivemos de recuar na história à procura das raízes para este posicionamento. Ao fazê-lo encontramos no passado uma “nação bifurcada” (Franco *et al.*, 2017, p. 257) – por um lado, um país feudal dominado por uma aristocracia ligada à monarquia, e por outro, uma operação marítima de exploradores que acaba por dominar as grandes rotas comerciais entre a Europa, a Ásia, África e o Sul da América.

O império colonial trouxe riqueza substancial à coroa e à classe média de comerciantes ligados a essas rotas. A Igreja Católica era também poderosa e suportava através de obras caritativas as mulheres e as crianças que ficavam para trás, nomeadamente através das Misericórdias. Ao mesmo tempo, os trabalhadores organizavam-se em confrarias, corporações e organizações de apoio mútuo. A queda do império a partir de meados do século XVIII, sob a pressão de poderes externos, o terramoto de Lisboa e a perda do Brasil resultaram em instabilidade política, e Portugal tornou-se vulnerável a nações externas, como França, tendo sofrido as invasões napoleónicas. A revolução liberal viria estabelecer a monarquia constitucional e diminuir o poder à aristocracia e à Igreja, por um lado, e a industrialização permitiria a emergência de uma burguesia industrial.

O século XIX e o início do século XX viram o conceito de “economia social” nascer em Portugal, inspirado em modelos e experiências externos, destacando-se aqui a França. O cooperativismo e o mutualismo assumiram o protagonismo nesta construção, tendo sido forças motoras da mobilização da sociedade civil. Formaram-se nesta altura muitas associações mútuas pelas mãos da classe trabalhadora urbana, pequenos agricultores e mesmo da classe média urbana, profissionais liberais e mercadores. No século XIX estabeleceram-se também associações comerciais e empresariais. Era uma altura efervescente em termos da formação de organizações sem fins lucrativos.

Mas a instabilidade política mantinha-se, e em 1926 dá-se um golpe militar que dá início a uma longa ditadura, cortando o ímpeto do setor voluntário e de auto-ajuda, controlando umas e levando ao encerramento de outras. É um período de resistência das organizações e dos seus membros, perante um Estado corporativista que ora as persegue, ora as alicia para o sistema numa perspetiva utilitarista porque delas precisa. A sociedade civil portuguesa sofrerá com os cinquenta anos de asfixia e adormecimento, vendo a sua capacidade de ação enfraquecida no longo prazo. Só com o 25 de abril de 1974 se restabelece a liberdade de associação, o que dá lugar a um forte crescimento do terceiro setor. A adesão de Portugal à Comunidade Europeia reforça o clima favorável e coloca o país no caminho de afastamento de um modelo estatista para o padrão típico de uma *welfare partnership*.¹³

¹³ O livro de Álvaro Garrido é uma referência relevante para compreender a história da economia social (Garrido, 2023). Encontra-se também, uma breve resenha histórica aqui: https://josemanuelfernandes.eu/wp-content/uploads/2022/04/AF_JMF_ECONOMIA_LIVRO_ISSU.pdf

O terceiro setor português na última década

O setor da economia social português continua a crescer e a desenvolver-se, mas não é uma em si uma realidade una, nem se move pela mesma visão. As cooperativas e as associações mutualistas, que no século XIX e início do século XX iniciaram a construção da moderna economia social, construída em cima de um sistema assistencialista e caritativo nas mãos da Igreja e de associações de autoajuda criadas pela sociedade civil, não têm hoje a mesma força do passado. A CASES tem acompanhado com estudos a evolução da criação e extinção de cooperativas, e desde 2011 até 2022 foram 8 os anos em que o saldo foi negativo.

O subsetor dos serviços sociais, com mais de 5 000 IPSS tem vindo a manter a sua política de proximidade com os sucessivos governos, no sentido de procurar não perder os recursos financeiros necessários para continuar a prestar os serviços que o Estado português nelas delega pagando. É um setor com um caráter bastante assistencialista ainda, preso em diversas debilidades que, não raras vezes, se justificam por uma débil capacidade de gestão. Os desafios e as oportunidades foram já amplamente explanados na parte I deste relatório.

O breve quadro não ficaria completo se não aludíssemos à outra face da economia social, que normalmente nem se revê nesta denominação – o da inovação e do empreendedorismo social. E esta refere-se ao setor, muitas vezes, como setor social.

Portugal é reconhecido no contexto europeu como tendo um ecossistema de empreendedorismo social sem igual, com uma estrutura de missão que é uma entidade pública, a promover a causa canalizando para esta fundos europeus – é a Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, que completa agora 10 anos de existência. Tem sido precursora no financiamento de projetos socialmente inovadores pelo país fora, em histórias que se contam às centenas. Portugal tem também inovado, através da criação de Títulos de Impacto Social, de entidades, como fundações, a abraçar a inovação social e os movimentos de investimento social e de impacto que também se desenrolam noutros pontos da Europa e do mundo.

Mas há ainda muito por fazer. Quer no sentido da profissionalização da gestão, quer no conhecimento dos problemas, quer no financiamento das iniciativas quando querem escalar, quer na promoção do voluntariado, quer na criação de parcerias intersectoriais.

4.2 O terceiro setor na Grécia

Caracterização do terceiro setor grego

Denominação

Economia Social e Economia Solidária são as denominações incluídas na legislação que consagra o sector na Grécia. O termo Organizações da Sociedade Civil é utilizado num dos mais recentes estudos sobre o terceiro setor grego (IOBE, 2023).

Tipo de entidades jurídicas

Na economia social grega as figuras jurídicas principais são de associações, fundações, cooperativas e mutualidades.

Número e tipo de organizações

São 27 762 as organizações da economia social na Grécia, sendo a maioria associações, seguidas das cooperativas (tabela G1). A maioria das organizações são de muito pequena dimensão, seguindo aliás o padrão dos outros países analisados (tabela G2). As artes criativas e o entretenimento representam a maior parcela de organizações, seguida da agro-alimentar (cooperativas, sobretudo), representando as áreas da saúde e dos cuidados sociais parcelas muito pequenas (tabela G3).

	Número de Organizações	das quais empresas sociais	Pessoas empregadas	Empregados a tempo parcial	Volume de negócios (milhões de EUR)	Número de Afiliações
Cooperativas	6 925	3 261	33 548	964	3 119,18	264 229
Mutualidades	6	6	n/d	n/d	n/d	481 400
Associações	20 203	27	49 833	32	383,02	146
Fundações	532	0	12 095	n/d	37,53	n/d
Outras formas jurídicas	96	96	1 024	121	n/d	0
Total	27 762	3 390	96 500	1 117	3 540	745 775

Tabela G1: Organizações, emprego, volume de negócios e afiliações na economia social grega
Fonte: Comissão Europeia, 2024

	Cooperativas	Mutualidades	Associações	Fundações	Outras formas legais	Total
Micro	4 226	n/d	9 429	367	n/d	14 022
Pequena	541	n/d	657	131	n/d	1 329
Média	67	n/d	111	29	n/d	207
Grande	5	n/d	8	5	n/d	18
Total	4 839	6	10 205	532	96	15 576

Tabela G2: Número de organizações da economia social na Grécia por dimensão e tipo
Fonte: Comissão Europeia, 2024

	Cooperativas	Mutualidades	Associações	Fundações	Outras Formas Legais
Agroalimentar	1 470	0	29	3	n/d
Indústria	0	0	0	0	n/d
Energia e utilidades	2012	0	14	0	n/d
Construção e imobiliário	84	0	8	7	n/d
Transportes	35	0	25	0	n/d
Comércio a retalho	836	0	16	4	n/d
Alimentação e Alojamento	99	0	2	1	n/d
Serviços financeiros e de seguros	122	n/d	11	0	n/d
Limpeza e atividades paisagísticas	27	0	0	0	n/d
Educação	112	0	523	20	n/d
Atividades de saúde humana	52	0	87	7	n/d
Cuidados sociais e residenciais	49	0	392	195	n/d
Artes criativas e entretenimento	67	0	10 784	47	n/d
Outros setores	1 057	0	8 340	248	n/d
Total	6 022	0	20 231	532	96

Tabela G3: Número de organizações da economia social na Grécia por área de atividade e tipo
Fonte: Comissão Europeia, 2024

Emprego

Cerca de 90 000 pessoas trabalham na economia social grega, a maioria em associações (tabela G4), o que corresponde a cerca de 2% do emprego nacional na Grécia.

	Cooperativas	Mutualidades	Associações	Fundações	Outras formas legais	Total
Micro	6 811	n/d	17 482	989	n/d	25 282
Pequena	10 957	n/d	12 517	2 742	n/d	26 216
Média	6 113	n/d	9 822	2 391	n/d	18 326
Grande	4 294	n/d	10 012	5 973	n/d	20 279
Total	28 175	n/d	49 833	12 095	1 024	90 103

Tabela G4: Volume de emprego na economia social na Grécia por dimensão e tipo de organização
Fonte: Comissão Europeia, 2024

Voluntariado

Nos números do Eurostat o voluntariado formal na Grécia é de 7,4% e o informal de 6% (tabela G5). Estes números, registados para 2022, mostram uma quebra substancial desta atividade.

	Voluntariado formal (%)		Voluntariado informal (%)	
	2015	2022	2015	2022
Grécia	11,7	7,4	14,4	6,0

Tabela G5: Voluntariado formal e Informal em Portugal
Fonte: Eurostat

Afiliação

Os dados do *European Values Study* (2017) apontam para 25,9% de pertença da população grega a uma ou mais de 11 organizações da economia social o que a coloca num segundo patamar de países da UE-27 com percentagens entre os 21-28% (gráfico UE8).

Peso no PIB

Reportando sobre o subsector das Contas Nacionais que diz respeito a uma parcela do setor da economia social (a designação em inglês é NPISH – *Nonprofit Institutions Serving Households*), o peso no PIB foi de 1,6% em 2021 (IOBE, 2023).

Fontes de Fundos

Tanto quanto foi possível apurar não existem na Grécia dados públicos sobre as fontes de fundos do setor da economia social. É possível entrar registos qualitativos que referem a enorme dependência de fundos públicos, incluindo os provenientes da UE, e uma atividade de geração de fundos próprios muito residual.

Legislação principal

As principais referências legais do setor da economia social grega são as seguintes:

Lei 4019/2011 – “Economia Social e Empreendedorismo Social”: esta lei consistiu no primeiro reconhecimento da economia social na Grécia e teve como objetivo fornecer um enquadramento para a criação e operação de empresas sociais. Explicita o que é uma cooperativa, com objetivos sociais e natureza comercial. A sua implementação enfrentou vários desafios dada a falta de clareza de algumas das disposições. (Douvitsa, 2023, Nasioulas, 2011).

Lei 4430/2016 - “Economia Social e Solidária”: com o objetivo de abolir o enquadramento regulamentar anterior, esta legislação procurou redefinir os limites e a constituição da economia social e solidária na Grécia, reformando o escrutínio público sobre as empresas sociais cooperativas, alargando o acesso ao financiamento público de organizações relacionadas e contribuindo para o empoderamento para a regulamentação do setor. (Nasioulas, 2016)

Registos

Não foram encontrados registos públicos de organizações da economia social na Grécia. Existirão registos mantidos por entidades públicas para efeitos formais. Foi encontrada, por exemplo, uma menção em Geormas (2018).

Contextualização histórica

A história do setor da economia social na Grécia tem raízes profundas, como nos restantes países aqui analisados. Podemos recuar à Idade Média e ao domínio otomano, que se estendeu dos séculos XV ao XIX, para encontrar sobretudo instituições de caridade que emergiram no seio da Igreja Ortodoxa grega. A diáspora também apoiou a carenciada população grega com o financiamento de escolas, hospitais e igrejas neste período.

Um ponto de viragem foi a Guerra de Independência Grega (1821-1829), finda a qual se assistiu à emergência de associações de beneficência e outras. Eram por vezes fundadas por filantropos da diáspora.

Depois da segunda guerra mundial e da Guerra Civil grega (1946-1949) o país atravessou uma profunda crise, económica e social, em que as organizações da economia social lutavam para sobreviver. Durante a ditadura militar (1967-1974) as organizações foram muito restringidas – ou fechadas ou integradas no setor público.

Em 1974, com o fim da ditadura, mas sobretudo com a adesão à UE em 1981, aumentou de forma significativa o número de associações, sobretudo criadas para aproveitar os fundos europeus para o desenvolvimento regional e social. Estes vieram criar oportunidades às organizações da economia social e solidária, mas vários escândalos relacionados com apropriação indevida de fundos em projetos de desenvolvimento fora da Grécia, foram um duro golpe para o ecossistema emergente, com baixos níveis de envolvimento cívico (confirmados pelo CIVICUS Survey de 2005 – que mostrava uma apatia generalizada e uma influência limitada das OSC); pelos níveis mais baixos de capital social na Europa, em conjunto com outros dois países, nas ondas de 2008 e 2010 do *European Social Survey*; pelos baixos resultados no Eurobarómetro (em conjunto com outros 4 países), no qual uma maioria dos inquiridos indicou que “os cidadãos europeus não precisam de ONG” e 46 % que não confiavam em associações (o 3º maior número na UE). (Valvis et al, 2021).

O terceiro setor grego hoje

Como retratam Valvis et al. (2021), na crise económica de 2009/10, apesar do setor da economia social grega estar em crescimento, a imagem pública continuava pouco favorável. Continuava a desconhecer-se o número de organizações ativas e o enquadramento regulamentar era fraco e fragmentado. O facto do Estado não ser capaz de fornecer certos serviços sociais obrigou a que as famílias assumissem essa função, assim como as organizações da economia social. Surgiram novas formas de mobilização social e as pessoas passaram a dedicar mais tempo e dinheiro ao ativismo social.

É inevitável retratar os tempos mais recentes da economia social na Grécia focando sobretudo no desafio da imigração. Em plena crise económica e financeira, a Grécia teve de enfrentar a partir de 2015 uma entrada massiva de imigrantes, sobretudo vindos da Síria, Iraque e Afeganistão. O acordo da UE com a Turquia permitiu uma diminuição significativa do fluxo de migrantes, e em 2017 a situação estava significativamente melhor em termos de condições de vida para os refugiados e migrantes (Valvis et al., 2021).

Esta crise de refugiados afetou o ecossistema das organizações da economia social gregas, embora o impacto, que foi tanto positivo como negativo, tivesse variado muito conforme o tipo de organização (Valvis et al., 2021). As mais pequenas e as médias foram as mais afetadas. O aumento do financiamento levou-as a uma alteração de prioridades, embora a maioria delas já tivesse trabalhado no apoio a grupos vulneráveis, incluindo refugiados e migrantes. Para as antes de 2015 sofriam de escassez de financiamento, quer público quer privado, além de terem de fazer face a necessidades crescentes, o financiamento para o apoio aos refugiados era irresistível.

A crise de 2010 tinha trazido algum financiamento às organizações da economia social, não só de origem pública, mas também de empresas, fundações e indivíduos de elevados rendimento, e para nenhum setor em específico. A crise dos refugiados trouxe um financiamento explosivo para organizações de alguma forma associadas às necessidades destas populações, o que foi positivo uma vez que muitas enfrentavam constrangimentos financeiros graves. Além disso foi positivo o efeito na aceitação estas organizações pelo público.

Apesar do financiamento ter sido exclusivamente dirigido para a crise dos refugiados, o que naturalmente pode ter empurrado algumas ONG a mudar as suas prioridades, essa mudança não foi dramática.

O impacto da presença de ONG internacionais foi variado, com algumas das que estavam já presentes no território a construírem pontes e a colaborar com a organizações da economia social nacionais, mas as novas, chegadas e com foco na crise humanitária a evitar a criação de laços. Além disso houve impactos negativos, com as ONG internacionais, com mais capacidade económica a revelarem-se mais atrativas para peritos e pessoal especializado grego, também melhor recompensados monetariamente. Com a saída destas organizações estas pessoas, com know how adquirido, regressaram às ONG nacionais, com os ganhos subsequentes.

A disponibilidade de financiamento teve algum contributo para a profissionalização do setor. Mesmo em ONG menos organizadas e mais informais, as necessidades de desenvolvimento de capacidades foram descobertas e embora não tenham sido consideradas uma prioridade, foram feitas tentativas de melhoria.

Uma outra mudança aconteceu ao nível do voluntariado, tendo a crise dos refugiados mobilizado um enorme número de voluntários, quer gregos quer estrangeiros, fenómeno que foi potenciado pela resposta desadequada inicial do Estado. Em todo o caso, uma vez que o pessoal das organizações aumentou dramaticamente, o impacto dos voluntários diminuiu em grande medida.

Em 2021, Valvis *et al.* aventaram que o desafio que se poderá vir a colocar está ligado à cultura de dependência criada pelo acesso fácil ao financiamento para apoio aos refugiados. Se, por um lado, as organizações estão a ser forçadas a encontrar formas alternativas de financiamento, a profissionalização, o *networking* e a modernização que foi alcançada com a crise dos refugiados, se forem bem usados, pode emergir uma nova era no ecossistema. Caso contrário, as pequenas e médias enfrentarão uma crise existencial semelhante à que sofreram na altura da crise económica.

4.3 O terceiro setor na Noruega

Caracterização do terceiro setor norueguês

A economia norueguesa é muito estável devido à economia petrolífera e a um fundo soberano que é o maior do mundo. A sociedade norueguesa é uma sociedade de elevada confiança, com baixa corrupção e apoio a relações abertas com outros países, encorajando o comércio e o investimento. A Noruega não é membro da UE, mas faz parte do Espaço Económico Europeu e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e é atualmente membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com uma longa tradição de apoio aos direitos humanos e à ajuda ao desenvolvimento. A ajuda estatal por pessoa é das mais elevadas do mundo e a maior parte é canalizada através de associações voluntárias e organizações multilaterais. (Sivesind, 2022)

A Noruega tem a vantagem de ter alguns dados sobre o setor produzidos ininterruptamente de 2006 a 2018 (estes últimos publicados em 2020) pelo Instituto Nacional de Estatística para a Conta Satélite, mas, entretanto, as publicações pararam, sendo anunciada no site da instituição nova publicação, após revisão profunda, no início de 2025. A Noruega não foi incluída no estudo da Comissão Europeia de 2024 por este se focar exclusivamente na UE-27. Assim, os dados aqui constantes serão predominantemente da Conta Satélite nacional, no horizonte temporal 2006-2018.

Denominação

“Organizações sem fins lucrativos e organizações voluntárias” é a denominação escolhida para a referida Conta Satélite para o setor. A [Autoridade Fiscal norueguesa](#) também usa as duas designações, mas em termos governamentais podemos encontrar [uma miríade de denominações](#). O *Institute for Social Research*, um importante instituto de investigação independente de Oslo, realiza investigação sobre o tema e refere-se à “sociedade civil” e ao “setor voluntário” como sendo uma tradição de estudo no instituto, nomeadamente através do *The Centre for Research on Civil Society and Voluntary Sector* de que é parceiro. Várias publicações sobre o setor, da autoria de investigadores noruegueses usam sobretudo, mas não exclusivamente, a denominação de “organizações voluntárias”. A Noruega considera o setor das organizações sem fins lucrativos e das organizações voluntárias como o *core* do terceiro setor. Não inclui as cooperativas. Vamos aqui cingir-nos a esse *core*, tendo na análise comparativa juntado por vezes o mundo das cooperativas, conforme assinalado.

Tipo de entidades jurídicas

Associações, Fundações, Cooperativas, Empresas, “Empresas de responsabilidade limitada”, *Trusts*, (Sivesind, 2022) – isto num sentido alargado de setor.

Número e tipo de organizações

A Conta Satélite mencionada não inclui dados sobre o número de organizações tanto quanto foi possível apurar. Uma estimativa de Arnesen & Sivesind (2020) aponta para a existência de 95 311 organizações voluntárias locais (ver tabela N1) e 3 875 organizações voluntárias nacionais (ver tabela N2), num total de 99 186 organizações voluntárias em 2019. De acordo com o Instituto de Estatística norueguês, as organizações voluntárias empregaram em 2018 quase 90 000 pessoas (ETC = Equivalente a Tempo Completo), 3,6% do emprego no país. Geraram um valor acrescentado de mais de 60 mil milhões de coroas norueguesas (NOK), que correspondeu a 1,7% do PIB da Noruega. O financiamento destas organizações foi assegurado sobretudo pelas

famílias (44,9%), seguidas do financiamento pelo governo central (26,6%) e pelo governo local (16,7%). Contudo, quando agregado este financiamento público, o seu peso supera o das famílias. Dada a forma como os dados são disponibilizados não é possível distinguir nestes dados a filantropia das receitas próprias.

De acordo com *The Norwegian Gambling and Foundation Authority*, incluídas neste universo estão cerca de 6 385 fundações – das quais 802 são fundações corporativas –, com um capital de 220 milhares de milhões de coroas norueguesas, cerca de 20 mil milhões de euros. Mas os valores que as fundações gerem, conforme indica, são muito superiores a isso. De acordo com a mesma instituição, o governo norueguês vê as fundações como uma boa forma de propriedade a longo prazo e estimula a sociedade a criá-las.

Tomando por base a tabela N1 é possível perceber que a cultura e lazer é a área de atividade que representa 50% das organizações voluntárias locais. O tema da habitação e da economia, que abarca as associações de bairro e comunidades locais e as associações empresariais e profissionais é a segunda área mais importante. Entre 2009 e 2019 há crescimento no número de organizações em quase todas as grandes áreas, com exceção da área da religião, que registou o desaparecimento de mais de 4 000 organizações. O peso relativo das áreas manteve-se ou subiu ligeiramente – no caso da Habitação e Economia, mas reduziu-se na Religião.

Nas organizações voluntárias nacionais (tabela N2) é a área da habitação e economia que continua a destacar-se em termos de peso relativo, embora tenha perdido organizações, sobretudo associações empresariais.

Categoria	2009 (Estimativa)	2009 (%)	2019 (Estimativa)	2019 (%)	Diferença (Estimativa)	Diferença (%)
Cultura e lazer	42 925	49%	47 964	50%	5 039	1%
- Arte e cultura	13 417	15%	15 680	16%	2 263	1%
- Desporto	14 145	16%	15 324	16%	1 179	0%
- Hobbies e lazer	15 363	18%	16 960	18%	1 597	0%
Bem-estar	3 095	4%	4 031	4%	936	0%
- Educação	149	0%	444	0%	295	0%
- Saúde, socorro e salvamento	1 509	2%	1 763	2%	254	0%
- Serviços sociais	1 437	2%	1 824	2%	387	0%
Sociedade civil	10 082	12%	11 812	12%	1 730	0%
- Natureza, meio ambiente e vida selvagem	799	1%	958	1%	159	0%
- Direitos, leis e justiça	4 959	6%	6 116	6%	1 157	1%
- Partidos políticos	3 345	4%	3 166	3%	-179	-1%
- Promoção do voluntariado	248	0%	573	1%	325	0%
- Atividades internacionais	731	1%	999	1%	268	0%
Habitação e economia	18 008	21%	22 863	24%	4 855	3%
- Associações de bairro e comunidades locais	10 148	12%	12 624	13%	2 476	2%
- Associações empresariais e profissionais	7 860	9%	10 239	11%	2 380	2%
Religião e espiritualidade	12 495	14%	8 059	8%	-4 435	-6%
Outros	121	0%	581	1%	460	0%
Total	86 725	100%	95 311	100%	8 586	

Tabela N1: Número e percentagem de Organizações voluntárias locais na Noruega por categoria, 2009-2019.

Fonte: Arnesen, D. & Sivesind, K. (2020)

Nota: totais correspondem aos da versão original, embora os somatórios tenham um pequeno desvio na 2ª coluna.

Categoria	2013	2013	2019	2019	Diferença	Diferença
	(Número)	(%)	(Número)	(%)		
Cultura e lazer	779	23%	949	25%	170	2%
- Arte e cultura	178	5%	226	6%	48	1%
- Desporto	187	6%	199	5%	12	0%
- Hobbies e lazer	414	12%	524	14%	110	1%
Bem-estar	154	5%	224	6%	70	1%
- Educação e investigação	35	1%	64	2%	29	1%
- Saúde, socorro e resgate	56	2%	72	2%	16	0%
- Serviços sociais	63	2%	88	2%	25	0%
Sociedade civil	861	25%	1 123	29%	262	4%
- Ambiente e vida selvagem	71	2%	102	3%	31	1%
- Direitos e advocacia	531	16%	625	16%	94	0%
- Promoção do voluntariado	5	0%	6	0%	1	0%
- Atividades internacionais	254	7%	390	10%	136	3%
Habitação e economia	1 353	39%	1 295	33%	-58	-6%
- Habitação e comunidades	48	1%	40	1%	-8	0%
- Associações empresariais	1 305	38%	1 255	32%	-50	-6%
Religião e espiritualidade	215	6%	230	6%	15	0%
Outros	33	1%	54	1%	21	0%
Total	3 395	100%	3 875	100%	480	

Tabela N2: Número e percentagem de Organizações voluntárias nacionais na Noruega por categoria, 2013 e 2019

Fonte: Arnesen, D. & Sivesind, K. (2020)

Nota: totais correspondem aos da versão original, embora os somatórios tenham um pequeno desvio

Emprego

É crescente a tendência de evolução do número de trabalhadores no setor das organizações voluntárias na Noruega, com uma ligeira quebra no último ano disponível. Em 2018 a Noruega registava 178 322 trabalhadores remunerados no setor. A discriminação do emprego por área de atividade, seguindo a classificação internacional para as organizações sem fins lucrativos (INCPO), revela um peso significativamente maior da área dos serviços sociais, que segue a mesma tendência do emprego global. A área da educação e investigação e a área da saúde são as seguintes no que respeita o peso do emprego.

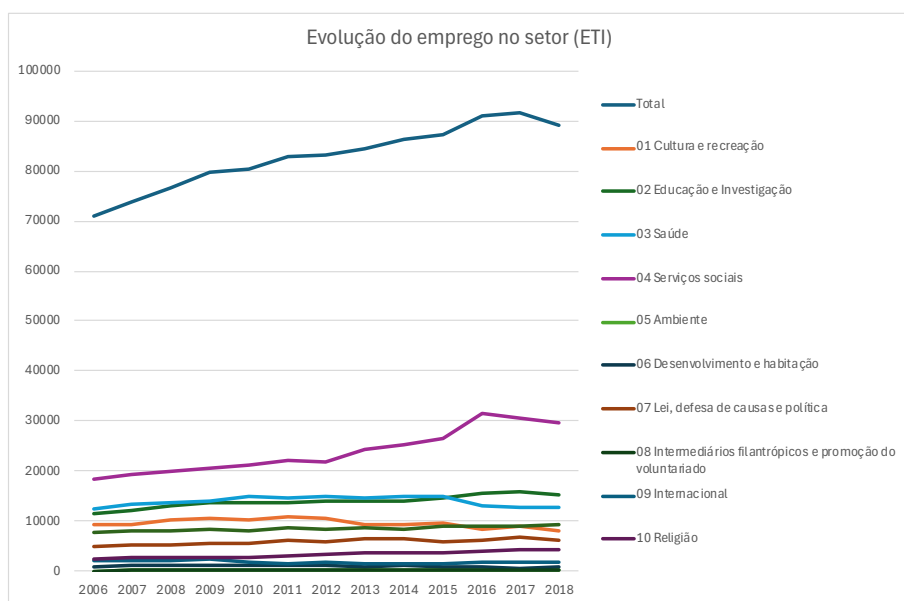


Gráfico N1: Evolução do volume de emprego nas organizações voluntárias na Noruega 2006-2018

Fonte: Statistics Norway, Conta Satélite para organizações sem fins lucrativos e organizações voluntárias

Voluntariado

Do início dos anos 1990 a meados da década de 2010, os níveis de participação em voluntariado foram elevados e estáveis nos países nórdicos – com destaque para a Noruega e a Suécia -, muito acima do observado internacionalmente, com uma ligeira tendência de subida. (Qvist *et al.*, 2019) Esta tendência crescente foi, pelo menos parcialmente, um resultado da expansão da educação nestes países. (Qvist *et al.*, 2019)

Mais de metade da população na Noruega (com 16 anos ou mais) voluntaria-se formalmente, numa organização, tendo a percentagem subido, de 48% em 2015 para 51,1% em 2022 (tabela N3). Dados do Instituto de Estatística norueguês reportam, para o mesmo ano de 2022, uma percentagem ainda ligeiramente superior, relativa a todo o ano de 2022: 51,6%. Na modalidade informal, o voluntariado é realizado por 8 em cada 10 noruegueses.

	Voluntariado formal (%)		Voluntariado informal (%)	
	2015	2022	2015	2022
Noruega	48,0	51,1	74,5	79,8

Tabela N3: Voluntariado formal e informal na Noruega em 2015 e 2022
Fonte: Eurostat

A tendência crescente de evolução do voluntariado na Noruega, com alguma estabilização registada nos anos 2017 e 2018 pode observar-se no gráfico N2, sendo a área da cultura e da recreação a que mais contributo dá para esta atividade. Em 2018 a Noruega registava 284 127 voluntários.

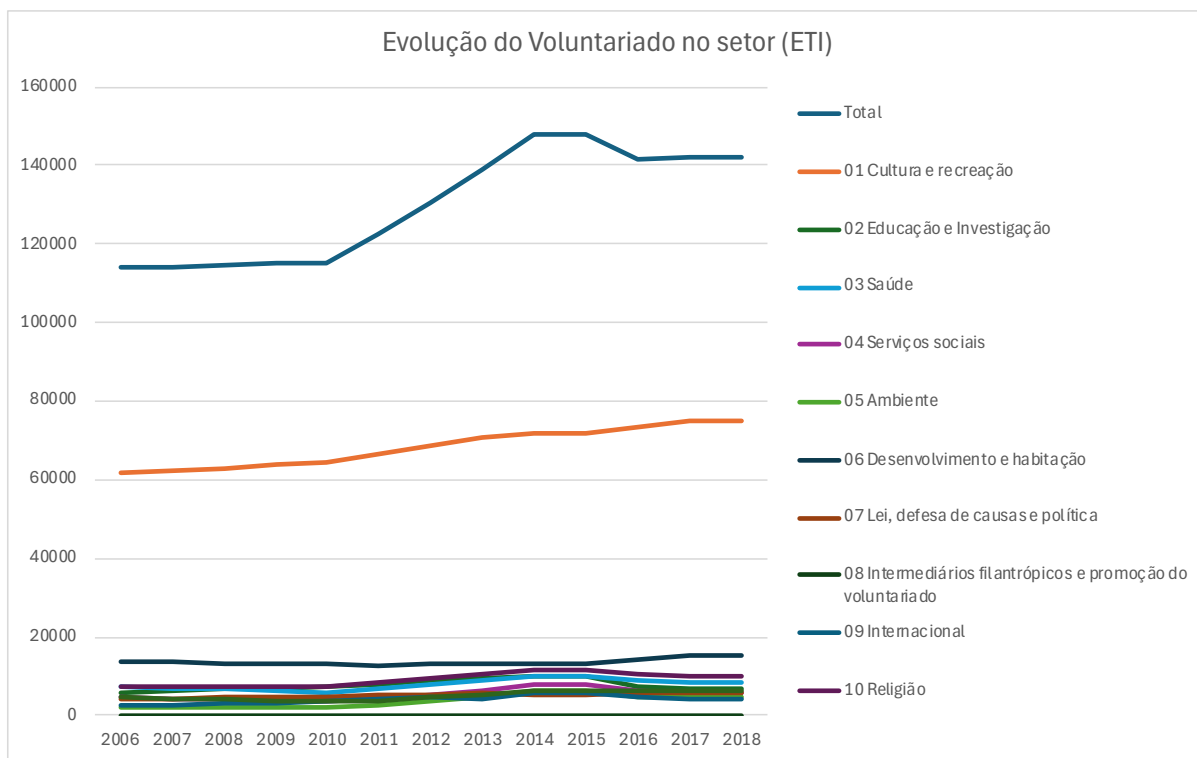


Gráfico N2: Evolução do Voluntário nas ONG na Noruega, por área de atividade

Fonte: Instituto de Estatística da Noruega, Conta Satélite para organizações sem fins lucrativos e organizações voluntárias.

A afiliação é um preditor significativo do tempo dedicado ao voluntariado (Qvist *et al.*, 2019) e é o tema seguinte.

Afiliação

Uma ampla afiliação é uma das características constitutivas do modelo do movimento de massas (Sivesind *et al.*, 2020). Dada a herança, na Noruega, dos movimentos populares, a participação em organizações voluntárias é muito elevada quando comparada com outros contextos. As pessoas podem ser membros de uma ou mais organizações, ao mesmo tempo que se voluntariam e fazem doações. Das afiliações representadas na tabela N4 ressalta que 8 em 10 dos inquiridos pertence a pelo menos uma organização, e quase 5 em 10 a duas ou mais organizações. O peso maior observa-se na filiação em sindicatos, seguida à distância pela pertença a uma equipa desportiva. Observam-se no período uma quebra maior na pertença a uma organização religiosa, seguida da pertença a uma organização de direitos humanos ou questões humanitárias.

	Pessoas (%)			
	2011	2014	2017	2020
Empregado e membro de sindicato	54	53	51	54
Empregado e membro de organização comercial, associação comercial ou corpo profissional	23	19	19	22
Membro de partido político	8	7	7	8
Membro de equipa desportiva	27	25	25	26
Membro de organização de atividades ao ar livre	15	15	14	15
Membro de organização de música, teatro ou arte	13	11	11	10
Membro de organização de pacientes ou de familiares, ou de outra organização de saúde	11	8	9	9
Membro de uma organização voluntária que trabalha com direitos humanos, questões humanitárias ou outra forma de ajuda	17	16	16	14
Membro de organização voluntária em questões ambientais ou de direitos dos animais	.	.	.	5
Membro de associação religiosa	.	8	6	5
Membro de organização de crença não religiosa	3	3	3	3
Membro de outra organização	12	12	11	10
Não é membro de nenhuma organização	21	22	23	22
Membro de duas ou mais organizações	49	47	47	48
Número de trabalhadores que responderam	3246	5039	4114	3995
Número total de respondentes	4864	7373	6179	6035

Tabela N4: Evolução da percentagem de membros entre pessoas com 16 anos ou mais, por tipo de organização

Fonte: Statistics Norway

Quando desagregado por sexo, é interessante verificar algumas diferenças entre mulheres e homens. As mulheres têm valores superiores de afiliação nos sindicatos, em organizações de música, teatro ou arte, em organizações de saúde e em organizações de direitos humanos e humanitárias. Os homens pesam mais em equipas desportivas e em organizações de atividades ao ar livre. A pertença a duas ou mais organizações já teve o protagonismo dos homens, mas nos últimos números, em 2020, a situação inverteu-se.

		Pessoas (%)			
		2011	2014	2017	2020
Empregado e membro de sindicato	Total	54	53	51	54
	M	62	60	59	61
	H	47	47	45	47
Empregado e membro de organização comercial, associação comercial ou corpo profissional	Total	23	19	19	22
	M	20	16	17	21
	H	25	22	20	23
Membro de partido político	Total	8	7	7	8
	M	6	6	6	7
	H	9	8	8	8
Membro de equipa desportiva	Total	27	25	25	26
	M	21	19	20	21
	H	33	31	30	31
Membro de organização de atividades ao ar livre	Total	15	15	14	15
	M	11	10	11	12
	H	20	19	18	18
Membro de organização de música, teatro ou arte	Total	13	11	11	10
	M	15	13	12	12
	H	12	10	9	8
Membro de organização de pacientes ou de familiares, ou de outra organização de saúde	Total	11	8	9	9
	M	13	10	11	11
	H	9	6	6	7
Membro de uma organização voluntária que trabalha com direitos humanos, questões humanitárias	Total	17	16	16	14
	M	19	19	19	17
	H	15	13	13	11
Membro de organização voluntária em questões ambientais ou de direitos dos animais	Total	.	.	.	5
	M	.	.	.	6
	H	.	.	.	4
Membro de associação religiosa	Total	.	8	6	5
	M	.	8	5	6
	H	.	7	6	5
Membro de organização de crença não religiosa	Total	3	3	3	3
	M	2	3	3	4
	H	3	3	3	3
Membro de outra organização	Total	12	12	11	10
	M	11	11	9	8
	H	13	13	13	12
Não é membro de nenhuma organização	Total	21	22	23	22
	M	22	22	23	22
	H	19	22	24	23
Membro de duas ou mais organizações	Total	49	47	47	48
	M	46	46	45	49
	H	52	49	48	47
Número de trabalhadores que responderam	Total	3246	5039	4114	3995
	M	1440	2323	1897	1841
	H	1806	2716	2217	2154
Número total de respondentes	Total	4864	7373	6179	6035
	M	2274	3547	3014	2884
	H	2590	3826	3165	3151

Tabela N5: Evolução da pertença de homens e mulheres, por tipo de organização
Fonte: Statistics Norway

Quando analisadas as afiliações por grupos etários (16-24, 25-44, 45-66, 67+) as taxas de afiliação mais baixas são ou do grupo mais jovem ou do grupo dos mais velhos. Os jovens têm menor afiliação comparativa nos sindicatos, organizações ligadas à atividade empresarial ou profissional, organizações de música, teatro ou arte, de saúde, de direitos humanos e questões humanitárias. O grupo dos mais velhos tem afiliação inferior nas atividades desportivas e ao ar livre. As organizações com mais altas taxas de afiliação são os sindicatos, enquanto as de menores taxas nas várias faixas etárias são as ligadas à religião ou a outras crenças e as ligadas ao ambiente. Em vários tipos de organizações a afiliação aumentou em 2020, contrariando uma tendência de queda face a 2011 que se parecia desenhar em quase todos os tipos de organizações.

		Pessoas (%)			
		2011	2014	2017	2020
Empregado e membro de sindicato	16-24 anos	30,00	26,00	26,00	29,00
	25-44 anos	55,00	51,00	52,00	54,00
	45-66 anos	60,00	62,00	58,00	60,00
	67 anos ou +	47,00	45,00	41,00	50,00
Empregado e membro de organização comercial, associação comercial ou corpo profissional	16-24 anos	10,00	8,00	9,00	10,00
	25-44 anos	24,00	20,00	19,00	22,00
	45-66 anos	25,00	21,00	20,00	24,00
	67 anos ou +	29,00	28,00	33,00	28,00
Membro de partido político	16-24 anos	10,00	7,00	6,00	6,00
	25-44 anos	6,00	5,00	5,00	5,00
	45-66 anos	8,00	8,00	8,00	9,00
	67 anos ou +	9,00	9,00	11,00	10,00
Membro de equipa desportiva	16-24 anos	31,00	27,00	29,00	31,00
	25-44 anos	29,00	28,00	27,00	28,00
	45-66 anos	29,00	28,00	27,00	26,00
	67 anos ou +	15,00	14,00	16,00	18,00
Membro de organização de atividades ao ar livre	16-24 anos	12,00	12,00	11,00	11,00
	25-44 anos	15,00	15,00	14,00	15,00
	45-66 anos	19,00	18,00	18,00	18,00
	67 anos ou +	9,00	11,00	11,00	13,00
Membro de organização de música, teatro ou arte	16-24 anos	10,00	9,00	8,00	9,00
	25-44 anos	11,00	8,00	6,00	6,00
	45-66 anos	17,00	14,00	13,00	12,00
	67 anos ou +	13,00	15,00	14,00	14,00
Membro de organização de pacientes ou de familiares, ou de outra organização de saúde	16-24 anos	4,00	2,00	2,00	3,00
	25-44 anos	8,00	5,00	6,00	6,00
	45-66 anos	13,00	10,00	10,00	11,00
	67 anos ou +	19,00	14,00	16,00	15,00
Membro de uma organização voluntária que trabalha com direitos humanos, questões humanitárias	16-24 anos	13,00	12,00	12,00	9,00
	25-44 anos	14,00	15,00	16,00	12,00
	45-66 anos	20,00	17,00	16,00	16,00
	67 anos ou +	20,00	19,00	18,00	17,00
Membro de organização voluntária em questões ambientais ou de direitos dos animais	16-24 anos	.	.	.	4,00
	25-44 anos	.	.	.	6,00
	45-66 anos	.	.	.	5,00
	67 anos ou +	.	.	.	4,00
Membro de associação religiosa	16-24 anos	.	8,00	5,00	6,00
	25-44 anos	.	7,00	6,00	5,00
	45-66 anos	.	7,00	5,00	5,00
	67 anos ou +	.	10,00	7,00	6,00
Membro de organização de crença não religiosa	16-24 anos	3,00	3,00	3,00	4,00
	25-44 anos	2,00	2,00	2,00	3,00
	45-66 anos	3,00	4,00	3,00	3,00
	67 anos ou +	2,00	2,00	3,00	3,00
Membro de outra organização	16-24 anos	5,00	7,00	6,00	6,00
	25-44 anos	10,00	9,00	9,00	7,00
	45-66 anos	13,00	13,00	13,00	11,00
	67 anos ou +	20,00	17,00	17,00	17,00
Não é membro de nenhuma organização	16-24 anos	33,00	35,00	37,00	35,00
	25-44 anos	19,00	22,00	25,00	23,00
	45-66 anos	16,00	15,00	16,00	17,00
	67 anos ou +	28,00	26,00	26,00	23,00
Membro de duas ou mais organizações	16-24 anos	32,00	31,00	29,00	31,00
	25-44 anos	50,00	47,00	47,00	47,00
	45-66 anos	57,00	56,00	54,00	56,00
	67 anos ou +	41,00	43,00	45,00	47,00
Número de trabalhadores que responderam	16-24 anos	333,00	579,00	443,00	387,00
	25-44 anos	1413,00	2000,00	1665,00	1641,00
	45-66 anos	1424,00	2294,00	1870,00	1822,00
	67 anos ou +	76,00	166,00	136,00	145,00
Número total de respondentes	16-24 anos	604,00	962,00	784,00	732,00
	25-44 anos	1639,00	2221,00	1855,00	1848,00
	45-66 anos	1848,00	2873,00	2347,00	2280,00
	67 anos ou +	773,00	1317,00	1193,00	1175,00

Tabela N6: Evolução da pertença de diferentes faixas etárias, por tipo de organização
Fonte: Statistics Norway

Valor Acrescentado

O gráfico N3 atesta o enorme contributo do setor da cultura e da recreação para o valor acrescentado do conjunto das organizações voluntárias, seguida dos serviços sociais, estes também com uma tendência crescente, embora menos pronunciada.

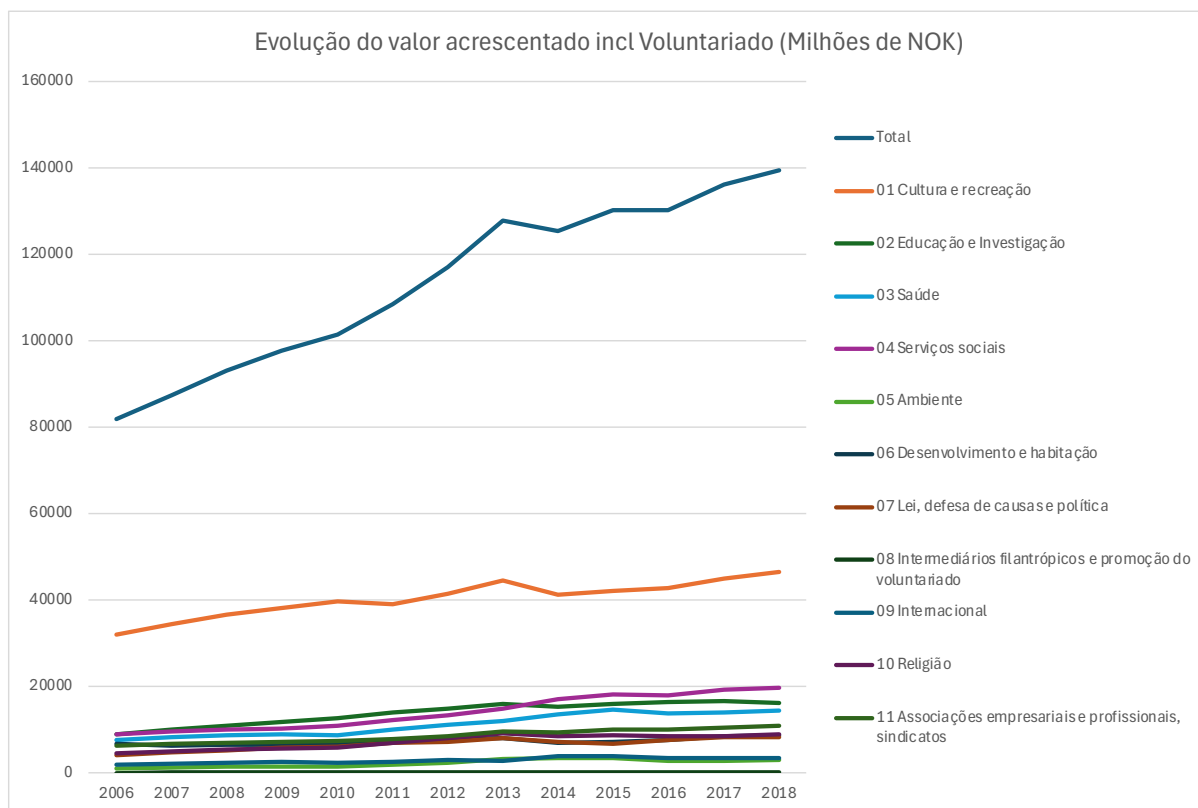


Gráfico N3: Evolução do Valor Acrescentado, em milhões de coroas norueguesas, por tipo de atividade (ICNPO), a preços correntes
Fonte: Statistics Norway

Fontes de fundos

O peso das famílias no financiamento às ONG tem aumentado (gráfico N4). Com exceção do ano de 2013, o financiamento público superou sempre o financiamento pelas famílias. Conforme pode ser observado nos gráficos seguintes, as áreas de apoio dos três grupos diferem (gráficos N5).

O agregado da fonte “famílias” contemplará quer as receitas próprias (compras das famílias) quer as doações provenientes das famílias. De outras fontes, sabe-se que as doações do setor público são sobretudo nas áreas da saúde, dos serviços sociais, da religião e da ajuda internacional. São mais reduzidas as doações na área da cultura (Sivesind, 2022). Também no que respeita as fontes públicas, incluirá transferências (subsídios) e aquisições. Assim, não se pode a partir destes dados realizar a tradicional divisão entre doações, receitas próprias e fundos públicos.

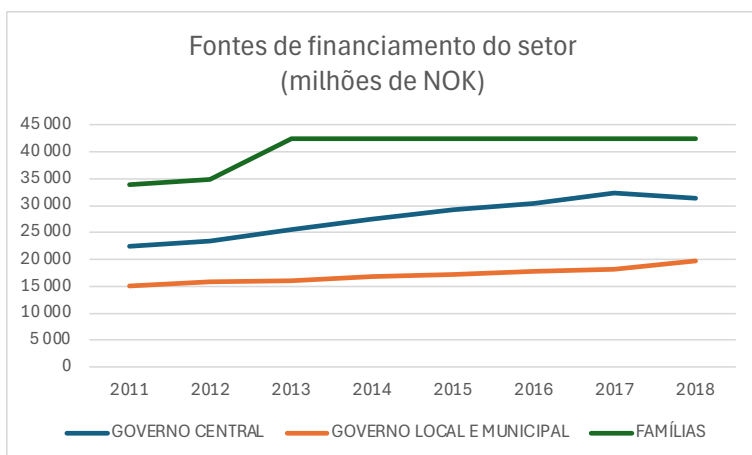
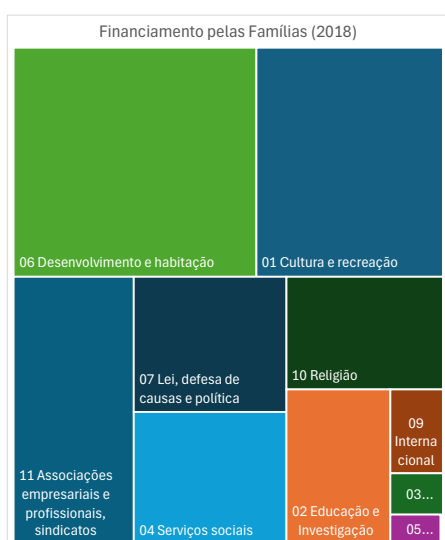
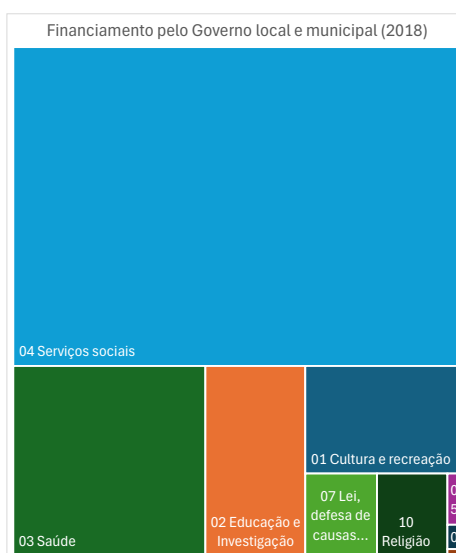
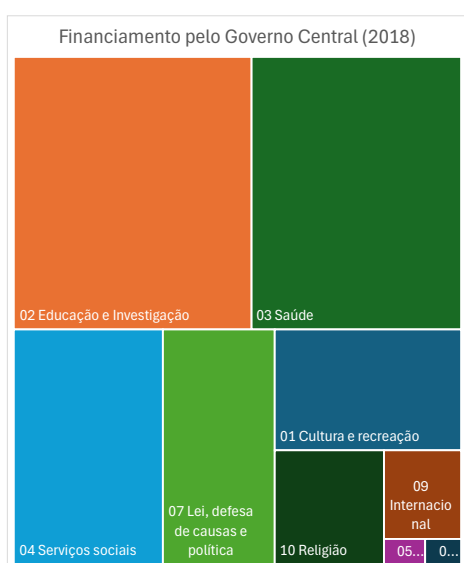


Gráfico N4: Evolução do peso das fontes de fundos nas organizações voluntárias na Noruega
 Fonte: Statistics Norway, Conta Satélite para organizações sem fins lucrativos e organizações de voluntariado.



Gráficos N5: Peso do financiamento por área de atividade e por fonte de fundos das ONG na Noruega
 Fonte: Statistics Norway, Conta Satélite para organizações sem fins lucrativos e organizações de voluntariado.

Legislação

Não existe na Noruega uma lei para o setor como um todo. Mas existe legislação específica para tipos de organizações pertencentes ao setor, como a seguinte:

- Lei das Fundações - [Stiftesloven](#)
- Lei das Cooperativas (2007) - [Lov om samvirkeforetak](#), que veio pela primeira vez regular de forma universal as cooperativas, com a exceção das cooperativas de habitação e das mútuas de seguros que têm legislação específica.
- Lei relativa a organizações de cariz religioso - [Lov om tros- og livssynssamfunn](#)

Registos

Existem vários registos para as ONG na Noruega (Sivesind, 2022), como os seguintes principais:

- Embora não seja obrigatório o registo de uma ONG na Noruega, muitas escolhem ser incluídas no **Registo Central de Entidades Legais** de forma a terem um número que lhes permite, entre outras coisas, ter uma conta bancária.
- Existe um **Registo público de ONGs** – o [Frivillighetsregisteret](#) - estabelecido em 2009, com a finalidade de simplificar a interação entre as ONG e as autoridades públicas, e junto do qual se podem registar apenas associações, fundações e empresas de responsabilidade limitada que distribuem fundos para atividades sem fins lucrativos. Apesar de ser voluntário (e gratuito) o número de registos tem aumentado porque é requisito para as ONG acederem a apoios do jogo ([Norsk Tipping](#)), compensação ao nível do IVA e outros benefícios. Em janeiro de 2022 estavam registadas 62 717 organizações. Em 2021, registou-se uma média de 230 novas organizações por mês. (Regjeringen, 2023). Houve muito debate e audições antes do estabelecimento deste registo, o que é evidência do apoio político à liberdade de organização e para evitar burocracia desnecessária. Não está isento de críticas, tendo havido queixas de ONG do excesso de burocracia e de custos a que as ONG estão sujeitas, bem como dos custos anuais na adesão ao Registo, entretanto eliminados. (Selle *et al.*, 2018)
- As Fundações têm de estar registadas no **registo de fundações** - o [Stiftelsesregisteret](#), que permite que o público, as próprias fundações, os académicos, os políticos os media e outros possam obter informação sobre as fundações norueguesas. A Autoridade Norueguesa do Jogo e da Fundação supervisiona as fundações e as lotarias, de maneira a garantirem que as receitas são canalizadas para o objetivo previsto.
- As **organizações que angariam fundos** apesar de não terem de se registar, podem fazê-lo junto de uma fundação privada ([Innsamlingskontrollen](#)) criada em 1991 pelas organizações filantrópicas. Esta organização estabeleceu um código de conduta, monitoriza as contas auditadas e os relatórios anuais das registadas, mantém uma lista pública das mesmas e atribui um selo de acreditação às organizações aprovadas. O registo implica um custo fixo e uma quota de membro em função das despesas operacionais da ONG.

Contextualização histórica

Nos países nórdicos – Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia – o Estado desempenhou um papel importante na formação do setor das organizações voluntárias. Grandes movimentos de base popular que emergiram no **século XIX**, colocaram em contacto os seus membros com a política nacional. Estes movimentos forneciam aos seus membros serviços, representação política e atividades recreativas. É neste contexto de uma infraestrutura existente, de organizações de membros, que o Estado de Bem-Estar Social emerge, passando este a assumir o fornecimento de vários serviços. (Anheier *et al.*, 2020)

O que se passou na Noruega em concreto?

Os movimentos populares do século XIX

Sivesind *et al.* (2018) e Selle *et al.* (2018) proporcionam uma interessante resenha histórica do setor voluntário norueguês até ao tempo presente, servindo-nos aqui de espinha dorsal e de que dispensaremos menção para não pesar a leitura. Estas referências serão complementadas por outras fontes que serão explicitadas quando usadas.

O setor voluntário norueguês moderno tem as suas raízes nos movimentos populares que emergiram no contexto da luta pela independência e democratização da Noruega depois do país ter sido libertado do domínio dinamarquês em 1814. A essa libertação seguiu-se, contudo, a entrega da Noruega à Suécia, subjugação à qual a Noruega resistiu, tendo inclusive adotado a sua própria Constituição. Ainda assim, e apesar da Noruega gozar de bastante autonomia, foi submetida a uma união pessoal, com o monarca sueco a ser também o da Noruega, e a política externa a ser controlada pela Suécia. Esta situação prolongou-se até 1905 mas, entretanto, despontava já o setor voluntário.

De facto, **a partir dos anos 1840** o associativismo norueguês floresceu através de grupos locais, que evoluíram depois para movimentos populares que procuravam mudanças sociais e políticas. Foram vários estes movimentos populares, que incluíram causas como a língua norueguesa, a moderação e abstinência do consumo de álcool, o movimento missionário e religioso focado em missões internas e externas e o movimento pelos direitos dos trabalhadores, entre outros. Os vários movimentos populares foram um modelo cultural dominante para a estruturação e operação das organizações voluntárias na Noruega **até aos anos 1980**. Orientavam-se para o bem comum e tinham relações próximas com o sistema político e administrativo, operando instituições que forneciam serviços sociais e não só.

O **primeiro elemento definidor** dos movimentos populares era a sua **ideologia**, no sentido de que estes movimentos assumiam valores explícitos, que estavam muitas vezes em oposição radical com a ordem social dominante. O **segundo elemento definidor** era a **estrutura** segundo a qual cada movimento se organizava, tipicamente hierárquica, com organizações locais ligadas a uma organização nacional, com frequência ligadas também por organizações regionais. Esta forma de organização permitia um alcance territorial grande, que proporcionava uma ampla base para recrutamento de membros, tornando esses movimentos importantes para a integração social dos noruegueses. Além disso, facilitavam o envolvimento das pessoas no processo de tomada de decisão local e mesmo em níveis superiores, proporcionando aos membros um sentimento de pertença a uma causa maior. O **terceiro elemento definidor** era o **papel** que estes movimentos tinham como **integradores sociais**, ao proporcionarem afiliação tantas vezes muito alargada. Podemos considerar um **quarto elemento definidor**, como sendo

a **integração do setor voluntário com o Estado**, que era bastante institucionalizada em diversos órgãos. Estas características vão modificar-se com a transformação da sociedade norueguesa e o do setor voluntário norueguês como veremos mais à frente.

O arranque do Estado de Bem Estar Social

Com a independência e autonomização da Suécia **no princípio do século XX**, a Noruega iniciou a construção do seu Estado de Bem-Estar Social, com o estabelecimento de seguros obrigatórios de acidentes (1896) e seguros de saúde para os trabalhadores com salários mais baixos (1909). Era um Estado fraco, que não tinha ainda parceiros para a construção de um moderno Estado industrial: não havia uma aristocracia fundiária, o setor empresarial era pobre e a filantropia era limitada, não existindo uma classe alta ou média com capacidade para sustentar quaisquer tipos de instituições. Foram então emergindo organizações voluntárias, que durante as décadas seguintes se estabelecem a fornecer serviços de educação na área da saúde pública, a criar hospitais e clínicas, a tratar doentes e deficientes e a facilitar a participação pública. Construía-se desta forma na Noruega o que foi apelidado de “sociedade amiga do Estado (*state-friendly society*)”, uma relação entre o setor voluntário e o Estado, caracterizada por uma comunicação próxima, sendo a dependência em termos financeiros e o controlo pelo Estado características menos proeminentes nesta fase.

O Estado de Bem-Estar Social norueguês foi construído e institucionalizado em lei **nos anos 1960. Nesta década e na primeira metade da década de 1970** deu-se um grande enfraquecimento institucional e ideológico das organizações voluntárias nas áreas da saúde e serviços sociais, que diminuiu a sua importância relativa. O cuidado profissionalizou-se, sendo cada vez menos assente em trabalho voluntário, e este era encarado cada vez mais como uma forma de tirar emprego às pessoas.

Um setor voluntário dividido em dois

Com o boom do pós-segunda guerra surgiu uma sociedade mais rica, em que as pessoas tinham de trabalhar menos horas para garantir o mesmo nível de vida. O aumento das horas de lazer conduziu ao aumento de atividades e a um crescimento de associações locais de cultura, desportos e lazer, como coros e bandas, futebol e ski, atividades sociais e hobbies e grupos de mulheres. A partir dos finais dos anos 1960, o setor ficou, assim, dividido em dois:

- O de **pequena escala**, orientado para o **lazer e as atividades**, que era bem acolhido por todos e que não ameaçava o Estado. Os movimentos dos anos 1970 perdiam força e o setor voluntário afastava-se da ênfase na ideologia e na defesa de causas, focando-se em atividades de integração social em que as escolas se tornaram cruciais.
- O de **grande escala**, dedicado **à saúde e aos serviços sociais**, foi perdendo o interesse, começando a ser encarado como uma forma ineficaz e inaceitável de caridade. Cada vez mais as pessoas achavam natural que a prestação de serviços passasse por serviços públicos, mas, sobretudo, que fossem de qualidade. Estas instituições, que tinham sido chave na construção do Estado de Bem-Estar Social norueguês, várias delas diaconais, acabaram por perder a autonomia, e depois por encolher.

A consciência das autoridades para a importância do setor, sobretudo na cultura

Até aos anos 1970 as organizações voluntárias são um dado adquirido, mas eram raramente mencionadas em documentos de política. É nas décadas de 1970 e 1980 que as autoridades se tornam cientes da sua **importância na área do lazer e da cultura**, consciência que não se

estendeu às organizações de larga escala dedicadas à área social. Enquanto as primeiras são utilizadas para a implementação de nova política pública neste período, o mesmo não aconteceu com as segundas. Nos anos 1990 procurava-se uma política para a integração social e a democracia e a área do lazer e da cultura eram relevantes para esse efeito. As várias alterações que ocorreram nesta altura ao nível do Estado incluíram também uma **crescente orientação para o mercado**.

Noutros países novos tipos de acordo entre o Estado e o setor voluntário eram assinados, como o Compact no Reino Unido em 1998, acordos que também aconteceram noutros países nórdicos como a Dinamarca e a Suécia. Na Noruega este passo dá-se um pouco mais tarde. Em 2005 foi criada uma plataforma denominada Declaração de Soria Moria (mais tarde Soria Moria II, em 2009), que conteve como uma das declarações centrais uma “nova e abrangente política para o setor voluntário”. A acompanhar, **creceu também a consciência sobre o setor**.

A crise financeira na Europa, que não atingiu fortemente a Noruega, e reformas mais recentes na administração pública, trouxeram um interesse renovado no aumento do voluntariado, em estimular uma participação mais ampla e em desenvolver nossos espaços de encontro entre os setores público, privado e voluntário. Além disso, houve um foco crescente no empreendedorismo social, na inovação social e na empresa social, inspirado em desenvolvimentos de política nalguns países europeus, como o Reino Unido com o conceito de “Big Society”.

A vontade de uma política abrangente

O desejo de uma nova e abrangente política para todo o setor voluntário expressa na Declaração Soria Moria I concretizou-se com o Relatório Parlamentar (*Frivillighetsmeldinge*) publicado em 2007 com o título “Voluntariado para todos” (*Frivillighet for alle*). Este incluía como principais estratégias (1) melhores condições de enquadramento para o setor voluntário; (2) maior foco nos recursos para atividades locais e atividades de pequena escala; (3) maior sensibilização para a inclusão e a integração; e (4) mais conhecimento e mais investigação.

No sentido da criação de uma nova e abrangente política para o setor voluntário, foram realizadas uma série de alterações ao enquadramento do setor.

- Uma delas foi a criação do **Registo Público de ONG norueguesas**. O objetivo era dar estatuto acrescido ao setor. Mas o que pode ser entendido como dar autonomia tem também o outro lado – o da integração progressiva nas estruturas públicas, uma vez que a integração no registo implica a definição de quem pode e não registar-se. Além de ser relevante para a criação de política, o registo era encarado também como uma base para a criação de conhecimento de suporte à investigação. Um benefício da adesão ao registo é a participação no *Grass Roots Share* – introduzido em 2009 como parte da reestruturação da política relativa à lotaria nacional. O benefício associado só pode ser atribuído às organizações que constarem do registo e que tenham atividade local na área das artes e recreação, serviços sociais, preservação da natureza e ambiente, dotações e promoção do voluntariado, organizações internacionais, organizações de fé e filosofia de vida, organizações para crianças e jovens, ou organizações que trabalham questões de diversidade e inclusão. Há outros tipos de organizações excluídas. Em 2023, a parcela da Lotaria que coube à *Grass Roots Share* foi de 795 milhões de coroas norueguesas (Norsk Tipping, 2024). Era expetativa que estimulasse a diversidade local, mas na prática

tornou-se sobretudo numa fonte de fundos para clubes de futebol local e associações desportivas.

- Outra forma de promover a economia no setor foi um sistema de reembolso do IVA, estabelecido em 2010, de forma a compensar as organizações pelos custos incorridos com compras de bens e serviços. Também só alguns tipos de organizações se podem candidatar a estes benefícios.
- Houve alterações à legislação fiscal para as organizações voluntárias, nomeadamente isenções de impostos para as doações.

A gestão pública do setor

Até 2005 os vários ministérios tinham a sua parte de gestão das questões com o setor voluntário. Nesse ano, as responsabilidades passaram a ser assumidas na íntegra pelo Ministério da Cultura e das Questões da Igreja, e a partir de 2010 pelo Ministério da Cultura. Isto aconteceu com a criação de um departamento totalmente dedicado ao setor voluntário dentro deste ministério. Os outros ministérios mantiveram, no entanto, responsabilidade pela atividade das organizações nas suas áreas, o que dificultou a ambição de uma política abrangente para o setor.

A vontade de política única teria de ser acompanhada de um reforço do conhecimento e da investigação sobre o setor. Foi então criado, em 2008, o *Centre for Research on Civil Society and Voluntary Sector* por um período de 5 anos, que tem sido estendido sucessivamente. A Conta Satélite também arrancou por esta altura, tendo a primeira edição incidido sobre dados de 2006.

Uma mudança significativa operou-se também no setor com a criação da Associação das ONG (*Frivillighet Norge*), que teve um antecessor, a Frisam, fundada em 1995 (fora colocada sob a alçada do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais). A Associação é porta voz do setor e um parceiro significativo na cooperação e negociação com o Estado. Com a passagem da responsabilidade pelo setor para o Ministério da Cultura, a Frisam foi encerrada, o que separou de forma mais distinta os representantes do setor da administração pública. Em 2016 esta associação tinha mais de 280 membros. Apensar de ter tido como ambição a representação do setor, na prática representa as grandes organizações nacionais.

As ONG norueguesas na última década

Em 2015 “A Declaração de Voluntariado” (*Frivillighetserklæringen*), veio estabelecer os princípios gerais e os objetivos para a cooperação entre o governo e o setor voluntário. Mas não se avançou para um acordo global com todo o setor voluntário. Tem-se procurado uma aproximação dos municípios ao setor voluntário, tendo sido publicada uma [declaração de princípios](#) para a interação e a cooperação entre o setor voluntário e municipal. São avanços que mostram a vontade em contrariar a natureza fragmentada e focada em determinados setores da política.

Terão desaparecido as características definidoras dos movimentos populares?

Hoje o setor das organizações voluntárias na Noruega continua um setor com dois grandes grupos – o das grandes organizações nacionais, que tem crescido nos últimos anos e que tem um pendor de interesse público; e o das pequenas organizações locais. Será que desapareceu por completo na história a essência dos movimentos populares noruegueses?

A primeira das características dos movimentos populares de massa que vimos atrás, a sua **ideologia**, era ancorada em valores muitas vezes contrários à ordem dominante, orientados para a mudança social. A este nível, as mudanças que se operaram estão intimamente ligadas com as alterações ao nível das outras duas características. Ao nível governamental têm-se criado plataformas de ligação às organizações voluntárias, garantindo a sua possibilidade de participação na definição de política. Esta realidade não só altera a necessidade de outras formas de expressão dos valores e das vontades, como altera a própria estruturação do setor (segunda característica). Ainda, as redes sociais não só têm determinado alterações na afiliação e voluntariado (terceira característica), como iremos ver, como alteram a forma como se expressam hoje os valores.

A segunda das características, a da **estruturação hierárquica**, com as organizações locais ligadas a uma nacional, com regionais no meio, está a desvanecer-se. Este tipo de organizações tem perdido terreno tendo emergido novas tendências: (1) o aumento do número de organizações-chapéu, federando organizações de um setor; (2) organizações mais descentralizadas, evoluindo-se para um setor com dois níveis: organizações nacionais sem ramos locais e organizações locais que não estão afiliadas em organizações nacionais.

A terceira característica estava relacionada com a **afiliação** e também aqui têm acontecido mudanças. Afiliações de longo prazo têm sido substituídas por voluntariado limitado no tempo. A internet e as redes sociais têm permitido a ligação entre os simpatizantes e as organizações e as suas causas, além de permitirem às organizações nacionais desempenharem o seu papel com custos muito mais baixos do que no passado. Estas organizações de âmbito nacional têm conseguido, por isso, proporcionar à sociedade aquilo que tipicamente apenas as organizações locais conseguiam: promover os direitos sociais e proporcionar condições para o exercício ativo da cidadania. Podem não ter muitos membros, mas conseguem mobilizar amplo apoio público para as suas causas.

A quarta característica constitutiva do modelo dos movimentos populares de massa era a sua **integração com o Estado**, que marcava uma estrutura bastante institucionalizada de cooperação, com conselhos, *boards* e comissões públicas. Já nos primórdios dos anos 1900 as organizações humanitárias identificavam problemas sociais e desenvolviam soluções que depois o governo ou assumia ou ajudava a financiar – aconteceu, por exemplo, com as organizações de deficiência. Este padrão mudou, dando aso à dúvida se as organizações voluntárias ainda serão o canal privilegiado entre cidadãos e políticos. Embora haja evidência de que diminuiu a presença nesses órgãos por parte das organizações voluntárias, e de que existem outras formas de influência (ex. lobbying), as de grande dimensão continuam a estar muito envolvidas no sistema de decisão. Embora com menos expressão, as organizações locais também mantêm contacto com as autoridades locais, mas tipicamente com as de nível municipal.

O sentido de um setor voluntário com duas esferas

Como Selle *et al.* (2018) questionam, “Porque é que as grandes organizações do setor voluntário são tão fracas e as de pequena escala no setor da cultura e do entretenimento tão fortes? Porque é que a legitimidade das soluções de mercado está a aumentar tão rapidamente na Noruega (e na Suécia), quando não se vê isso acontecer noutros países da Europa continental, ou os EUA?”

O setor voluntário na Noruega não tem hoje a mesma força ideológica que tinha no passado. A forma como o setor público norueguês abraçou o *New Public Management*, entre outros desenvolvimentos, determinou uma grande diferença com outros países europeus, onde uma parte importante das organizações sem fins lucrativos são prestadoras de serviços de saúde, proteção social e educação e são um setor da sociedade, reconhecido como tal, e encarado como uma alternativa aos setores privado e público.

As grandes organizações voluntárias nas áreas da saúde e dos serviços sociais foram na Noruega movimentos sociais fortes e desempenharam um papel importante tanto como geradores de ideias e construtores institucionais, como enquanto prestadores de serviços. Contudo, essa importância tem esmorecido recentemente. Selle *et al.* alertam, admitindo que alguns possam discordar, que estas mudanças parecem ocorrer como resultado da fraqueza do setor, que o Estado integra, definindo toda esta área de atividade.

Nas últimas décadas têm acontecido outras alterações (Traetteber e Fladmoe, 2020):

- O fornecimento de serviços tem-se profissionalizado com pessoal remunerado.
- As empresas ganharam relevância na prestação de serviços sociais, umas mais outras menos financiadas por fundos públicos.
- A sociedade civil tem sido dominada por organizações ligadas ao lazer.
- Apesar das organizações voluntárias terem perdido importância no fornecimento de serviços sociais, ainda eram há poucos anos responsáveis por cerca de 80%.
- O setor das organizações voluntárias tem crescido com a expansão do setor social. O crescimento do mercado (das empresas) tem acontecido à custa do setor público.
- A equidade na qualidade do serviço é historicamente uma das características centrais do modelo nórdico. As estratégias-chave para a garantir são o financiamento público, a regulação e o fornecimento público de alguns serviços sociais centrais. Portanto, os privados são altamente subsidiados e regulados.
- Nos países nórdicos existe um elevado nível de participação em organizações voluntárias, medida em número de membros e em voluntários. As organizações voluntárias continuam a ter um papel importante na integração e na promoção da igualdade.

Foram duas décadas em que se procurou desenvolver uma política para o setor e em que foram crescentes as expectativas do setor sobre os seus contributos, num contexto de cada vez maior importância e legitimidade do mercado como fornecedor de soluções na área social. Isto num contexto de um Estado forte, de uma sociedade que acolhe bem essa força, com um setor de organizações voluntárias historicamente também forte. Como vimos, neste setor existem as organizações de pequena escala, sobretudo ligadas à cultura e ao lazer, a par de organizações de grande dimensão ligadas à área da saúde e social, que foram sendo marginalizadas apesar da sua importância prevaiente nessas áreas. A grande questão que levantam Traetteber e Fladmoe (2020) é se estamos a assistir na Noruega ao desaparecimento do Estado de Bem-Estar social democrata, em que o Estado e o mercado se encontram no fornecimento de serviços sociais, levando ao “crowding out” das organizações voluntárias.

A filantropia

A Noruega não recebe muitas doações do estrangeiro, estas não implicam custos adicionais e a regulamentação é escassa. Em 2021 houve uma alteração à legislação para as organizações de

cariz religioso, que exige que as doações do estrangeiro constem das contas como suplemento aos relatórios obrigatórios para o Ministério. O objetivo é o de mapear as contribuições de países que não apoiam os direitos humanos ou a liberdade de religião. Mas não há limitações às transferências.

Têm aumentado os benefícios fiscais para as doações. No passado, o Governo complementou com apoios públicos os donativos privados de pelo menos 3 milhões de coroas norueguesas ou NOK (340 000 dólares americanos) destinados à “investigação básica a longo prazo” a 25% do montante doado. Este acordo foi encerrado em 2011, reintroduzido em 2014 e novamente encerrado em 2021 por não servir o objetivo. O sector cultural, incluindo os museus, a música, a literatura, as artes cénicas e visuais e os edifícios culturais, continua a beneficiar de um reforço público dos donativos. O quadro total aumentou de 10 milhões de NOK (1,13 milhões de USD) em 2014 para 70 milhões de NOK (7,88 milhões de USD) em 2020. Uma grande parte dos donativos que são complementados pelo Estado provêm de fundações, que doariam de qualquer forma.

Em todo o caso, a filantropia só recentemente se tornou uma força significativa na Noruega. Apesar do voluntariado e das doações em espécie serem a forma mais relevante da população apoiar as organizações voluntárias, o número de pessoas que doa dinheiro aumentou de 51% da população em 1998 para mais de 70% em 2019. Sivesind *et al.* (2018) avançam que esta evolução será o resultado das deduções fiscais relativas às doações, bem como da profissionalização da angariação de fundos no setor. Ainda, nesta que é uma economia baseada no petróleo, pessoas cada vez mais ricas doam dinheiro a fundações *grantgiving*.

Existem algumas oportunidades para o setor, que tem ainda margem para crescimento:

- Há margem para o sector crescer em doações. Existem poucos limites legais ou burocráticos às doações, mas não existem muitos incentivos, nomeadamente para as empresas fazerem doações. O montante dedutível duplicou, mas as doações das empresas ainda são reduzidas. A área onde haverá mais espaço para crescimento das doações é na área da cultura.
- O governo continua a fazer o *matching* das doações à cultura em 25%, mas este tipo de apoio não tem atraído mais doadores – as doações são tipicamente realizadas por fundações que as fariam de qualquer modo.
- As organizações que angariam fundos deveriam promover a utilização responsável dos recursos. Existem algumas organizações que não têm fins legítimos e é cada vez mais difícil aos doadores reconhecerem quais são. Embora não exista obrigatoriedade de registo, deveria existir mais conhecimento sobre o selo de acreditação e a existência de uma lista de aviso que deveria estar em uso efetivo.

A área social e da saúde

O setor voluntário na Noruega tem uma grande tradição de fornecimento de serviços na área social e da saúde, em colaboração com o setor público. Alguns dos serviços foram, entretanto, assumidos pelo Estado, como na área da saúde infantil ou instituições para idosos. Também aumentaram os concursos públicos e os quase-mercados na Noruega, o que constituiu um grande desafio para as organizações sem fins lucrativos ou voluntárias. Os concursos exigem muitos recursos e os contratos tendem a ser de curta duração. Assim, tem-se assistido ao crescimento das empresas neste setor, em subáreas como os jardins de infância, proteção de crianças e jovens, e lares de idosos. Não estamos, contudo, a assistir a um recuo do setor público. O Estado continua a ser quem financia e controla a área de bem-estar ou *welfare*, daí a criação dos quase-mercados. Há quem levante a questão de como é possível considerar-se um uso eficaz de fundos públicos o financiamento de um sistema de serviços de *welfare* geradores de lucros da magnitude que se tem visto (Selle *et al.*, 2018).

O que parece ser incontestável é que o perfil específico das organizações sem fins lucrativos não tem sido suficiente para afirmar o setor junto do setor público, que tem preferido preço e uma boa relação custo-eficácia. Grandes associações de membros ainda são proprietárias de instituições prestadoras de serviços sociais, assim como fundações e organizações diaconais. Mas a Noruega parece estar já longe de uma força social baseada em ideologia e agente de mudança política e social, como era no tempo dos movimentos populares de massas (Selle *et al.*, 2018).

Selle *et al.* (2018) consideram que estamos perante uma mudança de regime no que concerne a relação do Estado com o mercado nesta área social e da saúde. Embora a relação do Estado com o setor voluntário não se espere que mude, o setor sem fins lucrativos está ideologicamente fraco, consideram os autores. Isto apesar do interesse prevalecente na inovação social e no empreendedorismo social. Face a isto, os autores levantam a relevante questão: será que o modelo nórdico ou escandinavo de *welfare state* está morto ou será que se está simplesmente a tornar mais parecido com o que se encontra noutros países? Os autores respondem que não. Apesar das grandes mudanças nos setores, a Noruega continua a ser um Estado forte que define o espaço, tem a responsabilidade e paga a conta. *“Even with the great changes in the relationship between the state and the market and marginalisation of the voluntary sector, we are far from there. History syill counts.”* (Selle *et al.*, 2018, p. 159)

4.4 O terceiro setor no Reino Unido

Caracterização do terceiro setor do Reino Unido

Denominação

No Reino Unido são utilizadas várias denominações para designar o terceiro setor, algumas para a sua totalidade, outras apenas para uma parte. A designação de “charities” ou “general charities” (organizações de caridade) é muito comum, corresponde a um subconjunto do setor e é utilizada como referencial para os principais números aqui apresentados, cuja fonte é o *The National Council for Voluntary Organisations* (NCVO). A designação de “setor voluntário” é utilizada nestes dados de forma indistinta da de “charities”. A designação de “sociedade civil” é também utilizada para designar um setor mais abrangente que o das *charities*.

Vamos aqui completar os referidos dados das *charities* com uma visão mais abrangente do setor, incorporando os valores das cooperativas e das mutualidades, com base nos dados do CIRIEC (2017), que serão a nossa base para a análise comparativa. A designação de “organizações sem fins lucrativos” e de “terceiro setor” são também usadas neste contexto geográfico.

Tipo de entidades jurídicas

Segundo uma [conceção mais alargada, de “civil society” nos termos do NCVO](#), as organizações voluntárias no Reino Unido podem ter uma estrutura legal *unincorporated* ou *incorporated*¹⁴ (mais detalhes no [site da NCVO](#)):

- *Unincorporated (Unincorporated Association e Charitable Trust)*: a identidade legal não é separada de quem a gere, o que significa que estas pessoas assumem obrigações pessoais quando assinam contratos pela organização, sendo responsáveis pelas suas dívidas e outros compromissos. Os bens pessoais de quem gere essas organizações estão assim em risco de os ativos da organização não cobrirem todas as dívidas.
- *Incorporated (Charitable Incorporated Organisation (CIO) e Company Limited by Guarantee (CLG))*: a organização tem uma identidade separada das pessoas que a gerem, sendo a responsabilidade dos seus membros limitada.

O estatuto de *charity* não é uma estrutura legal. Algumas estruturas legais não podem ter este estatuto. Outras estruturas legais menos comumente usadas pelas *charities* e mais associadas a organizações com fins não caritativos são: *Company Limited by Shares*; *Community Interest Company*; *Community Benefit Society*; *Co-operative Society*; *Limited Liability Partnership*; *Donor Advised Fund*.

Existem no Reino Unido “empresas sociais” e estas podem adotar de base uma de várias destas estruturas legais (Spear, 2001). Segundo o Almanac 2023 do NVCO, as empresas sociais podem usar a estrutura legal que foi desenhada a pensar mais especificamente nas empresas sociais – as *Community Interest Company* (CIC) ou as *Community Benefit Society*, ou estabelecer-se como empresa ou como cooperativa (*Cooperative Society*).

¹⁴ Não traduziremos alguns destes termos pela sua especificidade e pelo risco de assim se dificultar a sua identificação.

Número e tipo de organizações

Em 2020/21 existiam 163 959 organizações voluntárias ou *charities* no Reino Unido, uma ligeira descida face ao ano anterior (gráfico RU1 e tabela RU1). A pandemia parece ter incentivado a criação de micro-organizações, mas todos os outros grupos de dimensão diminuíram (tabela RU1). Ao contrário do inicialmente antecipado, [conforme reportado pelo NCVO](#), o número de *charities* que desapareceram durante o covid [foi menor](#). De entre as razões avançadas estão os apoios governamentais, os cortes nas despesas das organizações e maior flexibilidade proporcionada por outras fontes de fundos. O número de novas *charities*, no entanto, em 2021 foi abaixo da média.

As *charities* constituem o *core* do setor. Se a este grupo juntarmos as cooperativas, as *friendly societies* e as mútuas, as *housing associations*, entre várias outras, chegaremos a um universo bem maior, que o CIRIEC reportava em 2017 como sendo superior a 876 mil organizações (tabela RU2), dividido por vários tipos (tabela RU3)¹⁵.

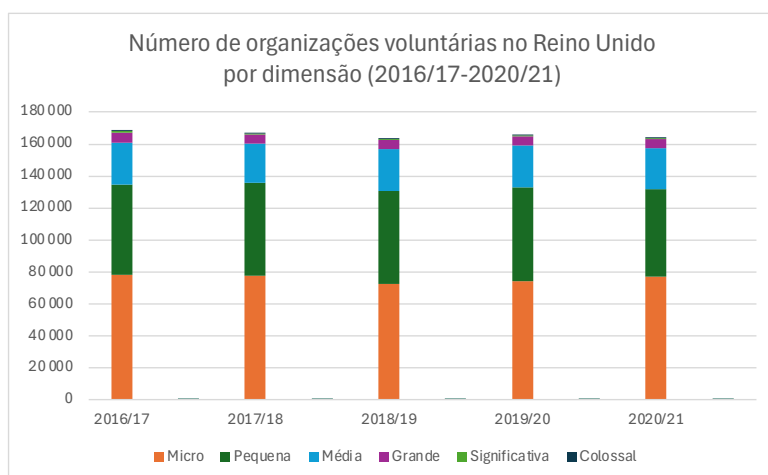


Gráfico RU1: Número de organizações voluntárias por dimensão no Reino Unido (2016/17-2020/21)

Fonte: NCVO 2019, 2020, 2021, 2022, 2023

Intervalo de receitas	Dimensão	2016/17		2017/18		2018/19		2019/20		2020/21	
		Nº organizações	%	Nº organizações	%	Nº organizações	%	Nº organizações	%	Nº organizações	%
Menos de £10,000	Micro	77 993	46,7%	77 601	46,6%	72 521	44,5%	74 242	44,8%	77 295	47,1%
£10 000 a £100 000	Pequena	56 566	33,9%	57 956	34,8%	58 115	35,6%	58 546	35,3%	54 431	33,2%
£100 000 a £1m	Média	26 437	15,8%	24 820	14,9%	26 010	15,9%	26 253	15,8%	25 569	15,6%
£1m a £10m	Grande	5 939	3,6%	5 464	3,3%	5 710	3,5%	5 872	3,5%	5 861	3,6%
£10m a £100m	Significativa	1 143	0,7%	695	0,4%	736	0,5%	782	0,5%	743	0,5%
Mais de £100m	Colossal	87	0,1%	56	0,0%	59	0,0%	64	0,0%	61	0,0%
	Total	166 854	100,0%	166 592	100,0%	163 150	100,0%	165 758	100,0%	163 959	100,0%

Tabela RU1: Organizações voluntárias por dimensão no Reino Unido 2016/17-2020/2021 (Nº e %)

Fonte: NCVO 2019, 2020, 2021, 2022, 2023

¹⁵ Esta tabela representa uma parte da totalidade das organizações do conceito mais alargado.

	Nº organizações	%
Cooperativas	6 797	0,78%
Mutualidades e outras formas legais	144	0,02%
Associações, Fundações e outras formas legais	870 000	99,21%
	876 941	100,0%

Tabela RU2: Organizações do Terceiro Setor – sentido mais alargado (Nº e %)
Fonte: CIRIEC, 2017

Tipos de organização	Número	Receitas (£m)	Despesas (£m)	Ativos (£m)	Beneficiários	Tipo de beneficiários
Associações empresariais e profissionais	3 900	2 265,40	2 267,00	2 498,10	6 280 000	Members
<i>Benevolent societies</i>	1 705	563,3	551,7	1 710,00	N/A	N/A
<i>Building societies</i>	43	5 657,20	4 247,10	376 002,10	c.24,763,943	Members
Clubes desportivos	141 940	5 059,90	5 943,60	N/A	30 517 100	Members
<i>Common investment funds</i>	44	899,6	817,3	257,5	N/A	N/A
<i>Community interest companies</i>	15 729	0,21	0,24	N/A	N/A	N/A
<i>Companies limited by guarantee</i>	46 238	6 500,00	N/A	N/A	N/A	N/A
Cooperativas	7 215	37 700,00	N/A	118 224,60	13 000 000	Members
Credit unions	423	198,2	141	3 376,60	2 020 470	Members
<i>Employee owned businesses</i>	250	30 000,00	N/A	N/A	N/A	N/A
<i>Football/rugby supporter trusts</i>	185	38,9	N/A	N/A	355 450	Members
<i>Friendly societies and mutual insurers</i>	100	19 600,00	N/A	167 000,00	30 700 000	Members
<i>General charities</i>	165 758	58 880,19	56 920,92	157 707,3	N/A	N/A
<i>Housing associations</i>	1 684	23 634	20 985	33 740	2 400 000	Residents
<i>Independent schools</i>	2 495	7 804,30	7 476,20	12 126,80	621 131	Pupils
<i>Leisure trusts</i>	109	1 558,90	1 603,30	126,7	N/A	N/A
Organizações religiosas	47 142	5 684,40	5 332,30	22 380,50	3 081 500	Members
Partidos políticos	333	130,9	131,8	144,7	928 347	Members
Sindicatos	142	1 414,60	1 413,60	1 668,30	6 350 000	Members
Universidades	168	38 249,70	37 220,30	18 604,50	2 343 095	Students

Tabela RU3: Organizações do terceiro setor alargado, por tipo de estrutura legal no Reino Unido (número, receitas e despesas, ativos, nº de beneficiários e tipo)
Fonte: NCVO 2023

A maioria das organizações voluntárias encontra-se em Inglaterra, e neste país concentram-se sobretudo em Londres e no Sul. Nas quatro nações, a maior taxa de organizações pela população encontra-se na Escócia (3,6 por 1 000 habitantes), seguida da Irlanda do Norte (3,4), da Inglaterra (2,4) e do País de Gales (2,3).

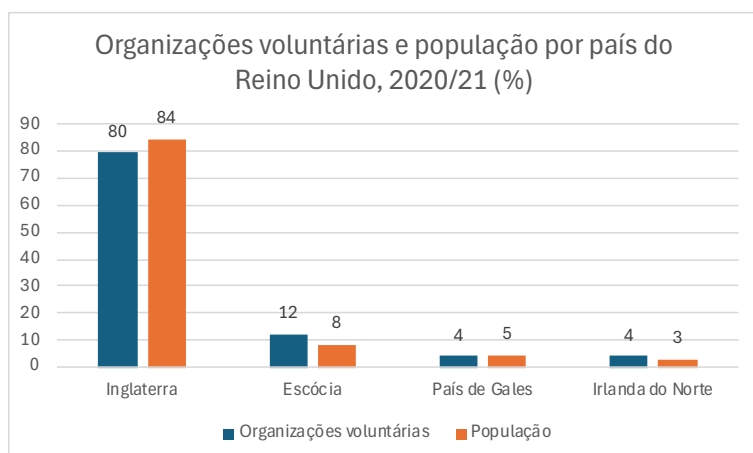


Gráfico RU2: Organizações voluntárias e população por país do Reino Unido 2020/21 (%)
Fonte: NCVO 2023

No Reino Unido são os serviços sociais a área com o maior número de organizações voluntárias, muito embora seja a área do emprego e da formação a que se destaca pelo volume médio de receitas (tabela RU4 e gráfico RU3).

Áreas de atividade	Nº	Receitas (m£)	Receitas por organização (m£)
Organizações "guarda-chuva"	1 005	12909	12,85
Emprego e formação	1 642	5494	3,35
Habitação	3 307	3258	0,99
Investigação	3 349	5968	1,78
Direito e defesa de causas	4 619	124	0,03
Playgroups e creches	5 287	1467	0,28
Grupos de escoteiros e clubes juvenis	5 862	1987	0,34
Saúde	6 227	150	0,02
Meio ambiente	6 229	5905	0,95
Internacional	7 012	3687	0,53
Salões comunitários	7 349	6614	0,90
Educação	7 688	276	0,04
Desenvolvimento	9 239	550	0,06
Associações de Pais e Professores	11 076	2150	0,19
Fundações <i>grantmaking</i>	11 900	3105	0,26
Religião	16 495	1822	0,11
Cultura e recreação	24 556	1153	0,05
Serviços sociais	31 115	482	0,02
Total	163 957	57 102	

Tabela RU4: Número de organizações voluntárias por área de atividade no Reino Unido 2020/2021 e respetivas receitas
Fonte: NCVO 2023



Gráfico RU3: Organizações voluntárias por área de atividade no Reino Unido, 2020/21
Fonte: NCVO 2023

Emprego

O setor voluntário regista em 2023 uma força de trabalho remunerada de cerca de 925 000 pessoas, o que significa uma diminuição de cerca de 4% em relação ao valor de 2022, contrariando a tendência de crescimento dos anos anteriores. A taxa de crescimento desde

2011 foi de 24%, superior à taxa de crescimento quer do setor público quer do setor privado com fins lucrativos (gráfico RU4). Se a este setor juntarmos o cooperativo, teremos de acrescentar mais 1,3 milhões de pessoas.

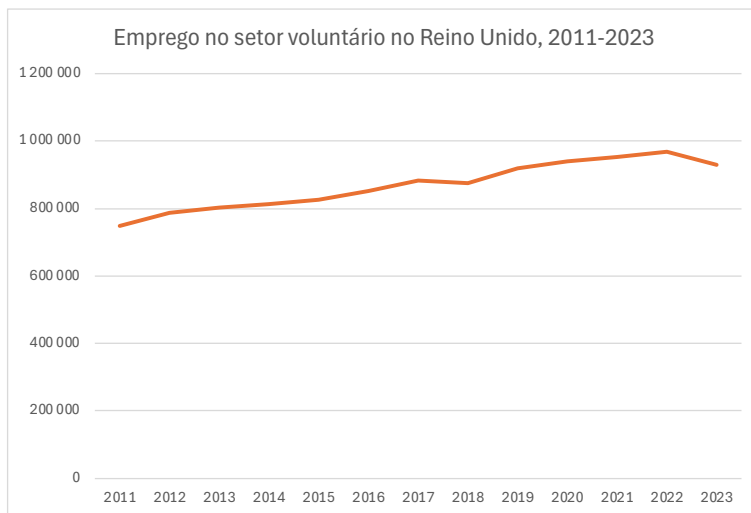


Gráfico RU4: Emprego no setor voluntário no Reino Unido, 2011-2023
Fonte: NCVO 2023

A força de trabalho remunerada é maioritariamente feminina, representando cerca de 67% dos trabalhadores. O perfil de idades no setor voluntário é semelhante ao do setor público, e mais velho do que no setor privado. Tem havido um crescimento continuado do número de pessoas mais velhas (50 anos e mais) e das pessoas com deficiência a trabalhar no setor voluntário no Reino Unido. A área social é a que emprega mais pessoas, seguida de longe pela área da educação (gráfico RU5).

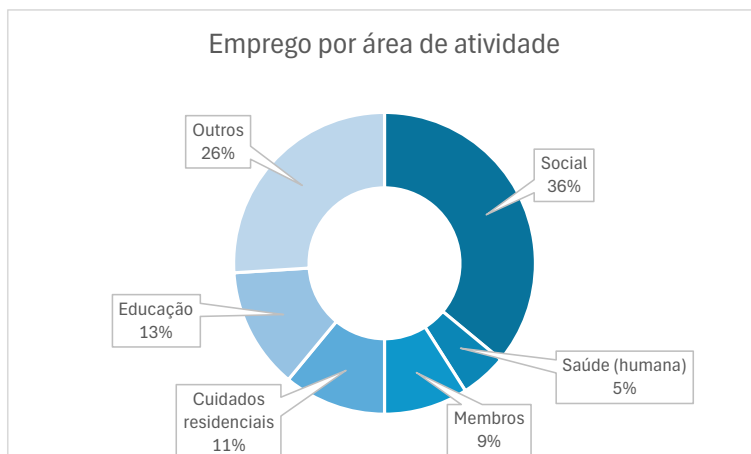


Gráfico RU5: Emprego por área de atividade no Reino Unido 2022 (%)
Fonte: NCVO 2023

Voluntariado

Em 2021/22 cerca de 25 milhões de pessoas em Inglaterra voluntariaram-se pelo menos uma vez. No Reino Unido, 16% da população faz voluntariado pelo menos uma vez por mês em contexto de organização (voluntariado formal) e 27% pelo menos uma vez por ano. As percentagens sobem quando se trata de voluntariado informal - 26% se for uma vez por mês e 46% se for uma vez por ano. Os valores do voluntariado eram mais expressivos há cerca de uma

década atrás, mas entre 2015/16 e 2019/20 mantiveram-se relativamente estáveis. A pandemia trouxe uma quebra no voluntariado formal, expectável dado o encerramento das organizações, mas o informal subiu ligeiramente em 2020/21. No ano seguinte todos os valores quebraram, tendo atingido os valores percentuais mais baixos em todo o período. (gráfico RU6)

Quando desagregado por faixas etárias constata-se que os mais novos (16-24) e os mais velhos (65+) desde a quebra da pandemia que têm aumentado a sua participação, contrariando as quebras nas outras faixas etárias (gráfico RU7).

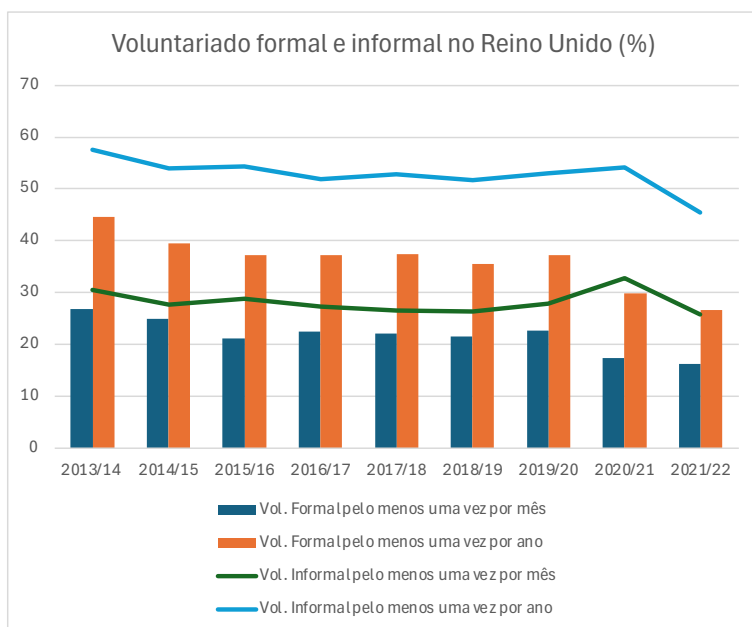


Gráfico RU6: Evolução do voluntariado formal e informal no Reino Unido, 2013/14-2021/22
Fonte: Almanac, 2023, Community Life Survey 2020-21

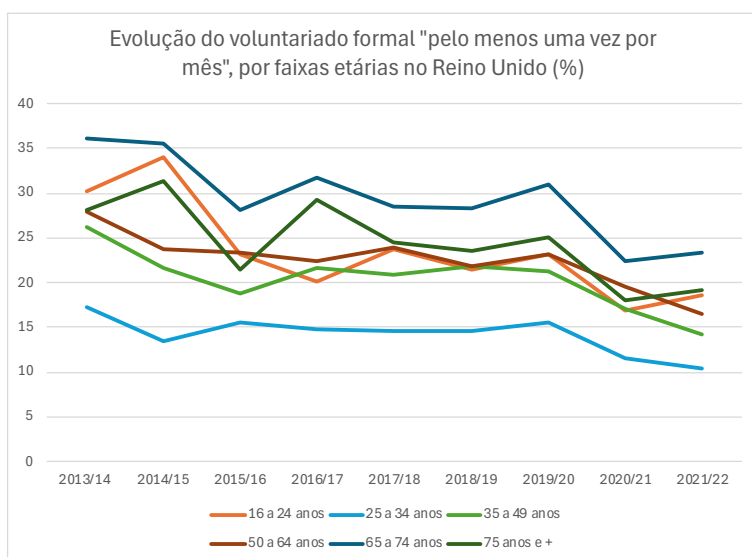


Gráfico RU7: Evolução do voluntariado formal pelo menos uma vez por mês no Reino Unido
Fonte: Almanac, 2023, Community Life Survey 2020-21

Tipicamente o voluntariado ocorre num espaço comunitário ou nas instalações da organização, ou ainda on-line ou por telefone – as três em percentagens superiores a 30% (gráfico RU8).

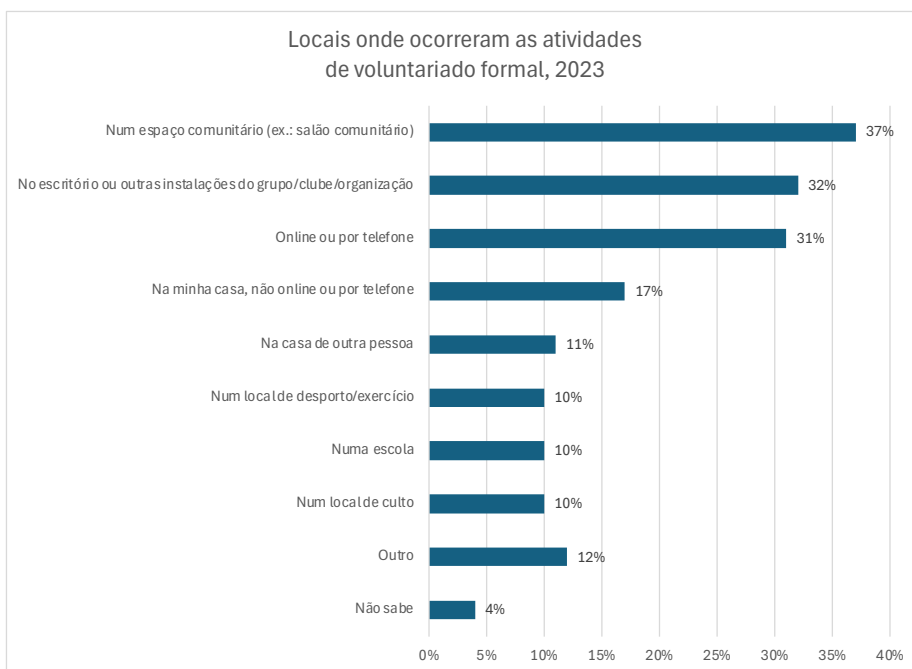


Gráfico RU8: Locais onde ocorreram as atividades de voluntariado formal, 2023
 Fonte: Almanac, 2023, Time Well Spent 2023

Desde 2019 que o NCVO realiza um inquérito nacional sobre a experiência de voluntariado. Na última edição (NCVO, 2023), concluíram que a taxa de satisfação com a experiência foi muito elevada para 92% das pessoas. Ainda assim, esta taxa é inferior à registada em 2019, sobretudo junto dos mais jovens. As razões para o voluntariado são várias e não têm mudado, estando no top 3 razões de tipo altruísta conjugadas com a disponibilidade de tempo para dedicar à atividade (gráfico RU9).



Gráfico RU9: Razões para o voluntariado, 2021/2022
 Fonte: Almanac, 2023, Community Life Survey 2021/22

Afiliação

A título ilustrativo, as associações desportivas e de lazer e a associações religiosas, têm tido taxas de participação crescentes, de 22 e 23% respetivamente, para o período de 2017-2020 (tabela RU5).

	1990-1993 (%)	1999-2001 (%)	2008-2010 (%)	2017-2020 (%)
Associações desportivas/de lazer	18%	3%	15%	22%
Associações religiosas	5%	4%	9%	23%

Tabela RU5: Dinâmica da proporção de membros em associações religiosas na população dos países selecionados, 1981-2020
Fonte: European Values Study

Receitas e peso no PIB

As receitas e as despesas do setor têm aumentado de forma consistente com um abrandamento em 2019/20, e uma quebra de 8% das despesas e de 6% das receitas em 2020/21, o primeiro ano da pandemia.

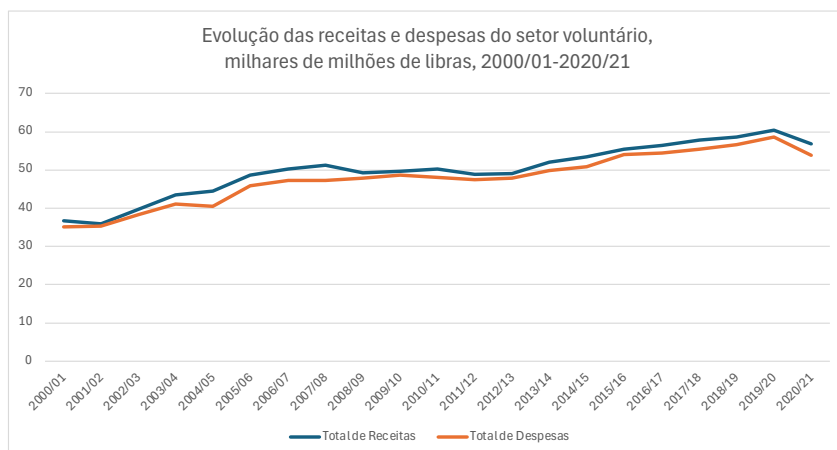


Gráfico RU10: Evolução das receitas e despesas do setor voluntário, em milhares de milhões de libras, 2000/01-2020/21, a preços de 2020/21.

Fonte: Almanac, 2023, Charity Commission

O setor voluntário contribui com cerca de 18 mil milhões de libras ou 0,8% do PIB (ver gráfico RU11). É o setor dos serviços sociais que contribui a maior fatia, com cerca de 3,4 mil milhões de libras, seguido da cultura (2,3 mil milhões) e da área internacional (2,1 mil milhões).

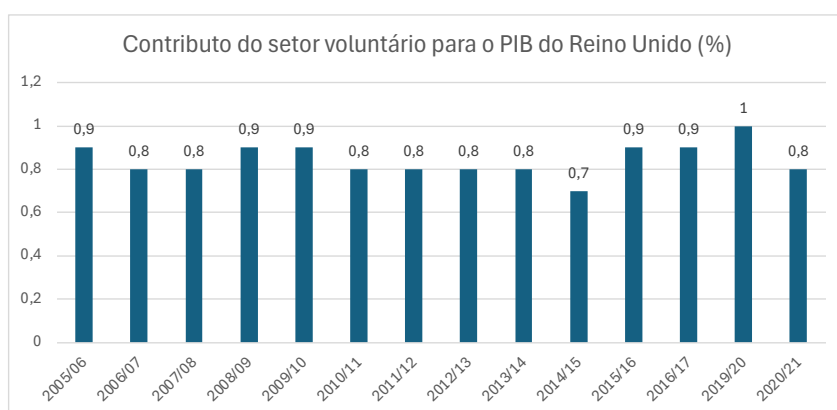


Gráfico RU11: Contribuição do setor para o PIB do Reino Unido, 2005/06-2020/21

Fonte: Almanac, 2023, Charity Commission, Office for National Statistics

Fontes de fundos

O público em geral é a principal fonte de fundos do setor voluntário, com um peso que cresceu dos 15,5 mil milhões de libras em 2000/01 para 30,9 mil milhões em 2019/20, com uma quebra em 2020/21 para os 26,5 mil milhões. O Governo é a segunda fonte de fundos, com valores que

apresentam uma ligeira tendência decrescente, com exceção do último ano disponível. O financiamento do Governo central tem sido relativamente estável ao longo dos anos em análise, enquanto o do Governo local tem diminuído (ver gráfico RU12). O setor social recebe uma larga parcela de financiamento do Governo, não só em termos absolutos, como relativos apesar de inferior num ponto percentual ao contributo do Público. Aliás, nas áreas analisadas (Gráficos RU13) o Público representa sempre a maior fatia de fundos.

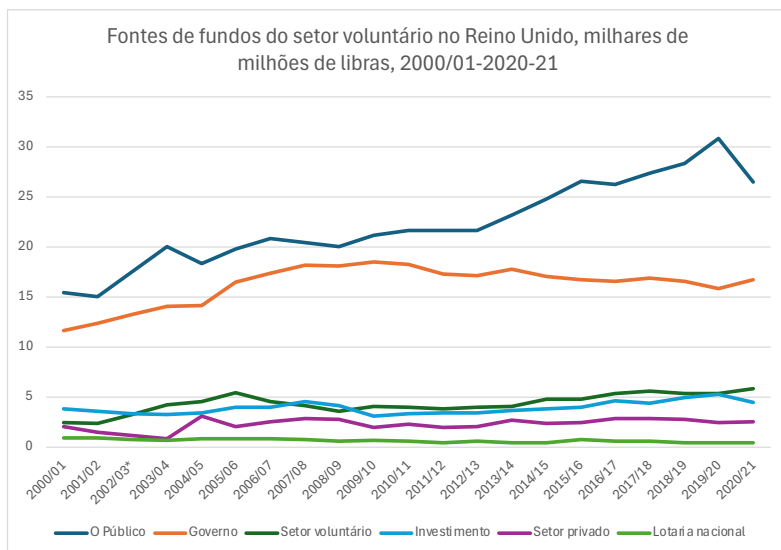


Gráfico RU12: Fontes de fundos do setor voluntário no Reino Unido, em milhares de milhões de libras, 2000/01-2020/21
Fonte: Almanac, 2023, Charity Commission

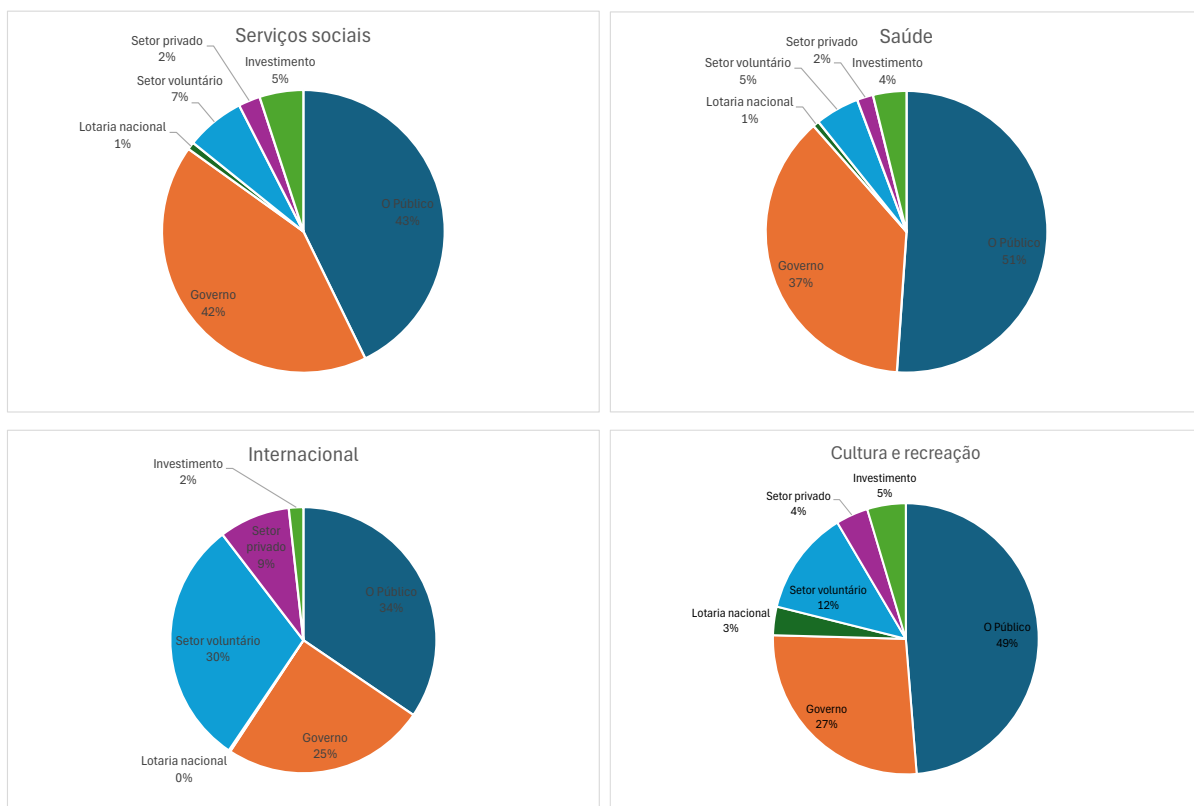


Gráfico RU13: Fontes de fundos de subsectores do setor voluntário com mais financiamento do Governo no Reino Unido, em %, 2000/01-2020/21
Fonte: Almanac, 2023, Charity Commission

Legislação

Esta é alguma da legislação fundamental relativa às *charities*:

- [Charities Act 2011](#), que foi parcialmente ajustado pelo *Charities Act 2016* e pelo *Charities Act 2022*.
- [Charities \(Protection and Social Investment\) Act 2016](#), que trouxe quatro alterações à lei: (1) deu nossos poderes regulatórios à *Charity Commission*; (2) estabeleceu as circunstâncias em que as pessoas podem ser automaticamente desqualificadas para serem *trustees*; (3) criou mais controlos sobre o processo de angariação de fundos; (4) confirmou o poder das *charities* para fazerem investimentos sociais.
- [Charities Act 2022](#), que introduziu algumas alterações que foram sendo implementadas até 2024.
- [Trustees Act 1925](#) e o [Trustees Act 2000](#) que se aplicam sobretudo aos trusts, mas também às empresas caritativas e às CIOs (*Charitable Incorporated Organisations*).
- Existe regulamentação da *Charity Commission* sobre o que as *charities* têm de fazer (requisito obrigatório) ou devem fazer (boas práticas). (eg: [a guide to trustee duties](#))
- O [Statement of Recommended practice](#), para efeitos de contabilidade.
- O [Fundraising Regulator](#) divulga boas práticas para proteger os doadores e apoiar o trabalho dos angariadores de fundos, com base no [Código da Prática de Angariação de Fundos](#).

Registos

Os registos referentes às organizações do setor voluntário incluem, neste país, os seguintes:

- [Registo de charities](#)
- [Registo de charities que se fundiram](#)
- Lista de *charities* que estão em falta na submissão das contas
- [Registo de trustees removidos](#)

Contextualização histórica

A história do setor voluntário no Reino Unido é de uma secularização e formalização gradual da ação voluntária, assim como de uma mudança de papéis na relação com o Estado. Na base está quer uma tradição filantrópica, quer uma tradição de ajuda mútua, que se combinaram na ação coletiva. (Kendall & Knapp, 1997) Está extensivamente tratada na obra de referência “English Philanthropy – 1660-1960”, de Owen (1964), que nos serve aqui de referência, a par de Kendall & Knapp (1997).

A formalização da filantropia iniciou-se com o *Elizabethan Statute of Charitable Uses* em 1601, que marcou o arranque da secularização da filantropia no Reino Unido. É relevante que tenha acontecido no contexto da Reforma na Igreja. Mas, em conjunto com a *Poor Law, de 1834*, era também uma resposta às pressões do abandono das terras, da industrialização e do crescimento populacional e da pobreza nas cidades. O setor voluntário emerge com a incapacidade do Estado de fazer face a tantos desafios, demonstrando inovação na prestação de serviços e uma forte capacidade de realizar campanhas em prol da satisfação das necessidades das populações e do combate às injustiças. Nos séculos XVIII e XIX surgem organizações filantrópicas criadas pela classe média, como a Barnardo’s com orfanatos e serviços para a infância, atividades locais de apoio às famílias, baseadas na Igreja, entidades

federativas que atuavam através de organizações locais, como organizações de mulheres. Surgiram também nesta altura organizações ligadas à habitação, às escolas e a educação de adultos, cultura e arte, e o ambiente.

A classe trabalhadora, sobretudo a partir de finais do século XIX, contribuiu para a emergência deste setor através da criação de organizações de ajuda mútua. Em 1793 o *Rose's Act* estabeleceu as *friendly societies*, através da junção de pessoas – normalmente homens – que partilhavam os seus recursos para criar um fundo em caso de doença, funeral e velhice. É também a classe trabalhadora que está na base da criação dos sindicatos, das cooperativas de consumo, das *building societies* e das *housing societies*.

A divisão de papéis entre o Estado e o setor voluntário, apesar de já acontecer desde o século XIV, com a *Poor Law* estabelece-se da seguinte forma: o Estado controla os “pobres desmerecedores” e o setor voluntário apoia os “pobres merecedores”. A *Society for Organising Charity and Repressing Mendicity* atua nesta altura como uma organização-chapéu para as atividades nesta área, mas com sucesso relativo. No início do século XX a atividade voluntária é cada vez mais coordenada através da estruturação de grupos locais e nacionais, como os “*councils for voluntary services*”, essenciais em alturas como as Grandes Guerras. Entretanto, a intervenção do Estado vai crescendo. Na segunda Grande Guerra observa-se um esforço do Estado na parceria com o setor, com a participação de grupos de mulheres e a intervenção da Cruz Vermelha. A construção dos alicerces do Estado de bem-estar social inicia-se com a legislação de cariz social dos anos 1940, que vem determinar o domínio do financiamento e fornecimento pelo Estado, de serviços nas áreas da educação, da saúde e da ação social. Ainda assim, o setor voluntário não se intimida e, pelo contrário, é “revigorado” (Kendall & Knapp, 1997, p. 252), estabelecendo novas organizações e em novas áreas: no final dos anos 1940 foram criadas na área da saúde mental a *National Association for Mental Health* e a *Mental Health Foundation*.

Nos anos 1960 e 1970 as organizações voluntárias mantiveram-se na liderança da mudança social, o Estado alargou a sua ação, mas também se tornaram visíveis as suas limitações.

Com o governo conservador de Margaret Thatcher, em 1979 o foco foi na redução do Estado em quase todas as áreas de atividade, incluindo na área social. A visão era liberal, e com o recuo do Estado, o setor voluntário foi encorajado a preencher as lacunas, mas o financiamento foi sobretudo privado. Na era Major, entre 1990 e 1997, houve um reconhecimento crescente da importância do setor, no sentido a parceria deste com o Estado. Foi nesta fase que surgiu a ideia de “*compacts*”, que referiremos a seguir. Na era Blair, adota-se a filosofia da “Terceira Via” passando o governo a confiar cada vez mais no terceiro setor para o fornecimento de serviços sociais. É mais tarde, com Cameron, que se adota o conceito de *Big Society*, voltando-se ao modelo liberal de um terceiro setor mais independente de financiamento. Os serviços sociais abrem-se ao mercado, estabelecem-se quase-mercados e o financiamento público local cai.

O terceiro setor do Reino Unido nas duas últimas décadas

Os grandes desafios do setor do Reino Unido da primeira década de 2000 têm-se estendido até hoje e podem sintetizar-se nos seguintes (Harris, 2018): (1) **acesso a recursos** (financeiros e trabalho voluntário); (2) **concorrência** (por fundos, membros, ativistas e voluntários); (3) **colaboração interorganizacional** (inclusive com organizações grandes e formalizadas, do terceiro setor, do setor público ou do setor empresarial, com quem têm de aprender a lidar para não se relegarem para uma posição de subalternidade); (4) assegurar **acesso às competências**

necessárias; (5) **questões organizacionais** de natureza muito variada. Estes desafios refletem não só uma nova forma de ver a governança pública e de aposta num estado de bem-estar com um pendor de mercado forte, mas também o impacto das medidas de austeridade impostas sobretudo desde 2007.

Os constrangimentos financeiros

A crise financeira mundial e a austeridade que se seguiu provocaram cortes drásticos no financiamento público e na compra de serviços por parte do governo, bem como no fornecimento de serviços sociais e de saúde públicos. As **charities de pequena dimensão** sofreram grandes flutuações de financiamento entre 2008/9 e 2013/4, e as **grandes** ganharam domínio crescente através de contratos com o Governo. As pequenas, ainda assim, conseguiram adaptar-se: reduziram a oferta de serviços ou a realização de campanhas, fundiram-se ou fizeram *joint-ventures*, expandiram a sua atividade comercial, criaram empresas sociais ou fizeram parcerias com empresas.

A pressão para a formalização e para a partilha de voluntários

Existem ainda dois desafios adicionais: exigências crescentes de formalização e concorrência ao nível do voluntariado. A pressão no sentido da **formalização** resultou de constrangimentos derivados da regulamentação e controlo crescentes por parte do Governo, associados aos processos de financiamento. As organizações foram forçadas a formalizar os seus processos e a adotar práticas tipicamente empresariais. O **voluntariado** tem sido também afetado, por concorrência crescente por parte de entidades públicas pelo tempo disponibilizado pela população – ao nível dos hospitais e da polícia, por exemplo.

Um paradoxo

O terceiro setor do Reino Unido tem estado a lidar com um paradoxo: por um lado, a procurar viver com as consequências da austeridade e a consequente diminuição de fundos e pressão de concorrência no acesso a fundos, reflexo não só da crise financeira de 2008 em diante, mas também da saída da UE; e, por outro lado, a ter de dar resposta a necessidades crescentes das comunidades, que sofrem os impactos, quer das quebras nas respostas do próprio setor, quer nos benefícios sociais.

As organizações públicas não só têm procurado que as organizações do terceiro setor colmatem as falhas públicas, mas concorrem com elas por tempo dos voluntários e por financiamentos, por exemplo de fundações. Esta concorrência pelo financiamento destes atores do terceiro setor coloca, por sua vez, pressões sobre o tipo de atividade a apoiar – cada vez mais os serviços sociais básicos do que a investigação, a defesa de causas, a inovação ou outras.

“Governamental encroachment”

A par da intensificação do enquadramento regulatório, Harris (2018) encontra evidência de “interferência governamental”, que pode significar uma redução do espaço da sociedade civil e uma alteração dos seus valores originais. As dimensões apuradas nesse sentido incluem: (1) a imposição às pequenas organizações do terceiro setor das prioridades sociais do Governo; (2) a exigência crescente de que os voluntários apoiem serviços governamentais e a associação do voluntariado a narrativas de dever de cidadania; (3) tentativas crescentes de restringir a defesa de causas e de confinar o terceiro setor ao fornecimento de serviços.

4.5 O terceiro setor na Roménia

Caracterização do terceiro setor romeno

Denominação

São várias as designações que se encontram em estudos e outros documentos sobre o terceiro setor romeno. Na lei que enquadra o setor (Lei nº. 219/2015) é utilizada a expressão “economia social”. Os termos ONG e Organização da Sociedade Civil são comuns em textos e *papers* académicos por autores romenos.

Tipo de entidades jurídicas

Cooperativas, associações, fundações, associações mutualistas de pessoas reformadas (RMAA), uniões de crédito para trabalhadores ou reformados (“case de ajutor reciproc”, CAR), empresas agrícolas, organizações religiosas, entre várias outras.

Número de organizações

Em janeiro de 2024 existiam na Roménia 127 053 ONG, sendo 106 433 associações, 19 046 fundações, 1 529 federações, 759 sindicatos e 37 delegações de organizações externas (Voicu *et al.*, 2024, com base no Registo Nacional de ONGs). Geograficamente concentram-se mais em Bucareste e no Noroeste, menos na Moldávia e no sul da Valáquia. Nos últimos 3 anos registaram-se cerca de 4 200-4 300 ONGs anualmente. Dados de 2021 (Comissão Europeia, 2024) incluindo outros indicadores, complementam a caracterização (ver tabelas seguintes). Além das associações que se destacam em número, seguidas das fundações, incluem 5 216 mutualidades, com mais de 2,2 milhões de membros, e 2 043 cooperativas, com mais de 770 mil membros. O número de trabalhadores situa-se pouco acima das 101 mil, valor inferior ao reportado por Voicu *et al.* (2024), como veremos. As cooperativas destacam-se no volume de negócios, naturalmente dada a sua natureza, com uma média de 378 mil euros por cooperativa, seguidas das associações em termos globais, mas que registam apenas pouco mais de 3 mil euros em média.

	Número de Organizações	Pessoas empregadas	Volume de negócios (milhões de EUR)	Número de Afiliações
Cooperativas	2 043	15 326	772,6	674 500
Mutualidades	5 216	5 912	0,7	2 286 849
Associações	100 775	64 243	320,9	n/d
Fundações	17 811	10 791	45,5	n/d
Outras formas legais	2 331	5 679	105,1	n/d
TOTAL	128 176	101 951	1 245	2 961 349

Tabela R1: Dados síntese do setor das ONG romeno

Fonte: Comissão Europeia (2024) com base em dados de 2021 do Instituto Nacional de Estatística romeno

Por área de atividade, as cooperativas romenas destacam-se, em número, no comércio, em larga medida, seguindo-se as áreas da construção e imobiliário, indústria e agro-alimentar. As mutualidades caem naturalmente na área dos serviços financeiros e seguros. As associações destacam-se nas artes criativas, cultura e entretenimento, seguidas da área social e da educação. As fundações dedicam-se sobretudo aos cuidados residenciais e trabalho social, seguidas em peso de número, das que se dedicam à educação e as da área da cultura (tabelas R2 e R3).

Em todos os tipos de organização predominam as de dimensão micro, sendo as cooperativas as que registam, ainda assim, maior proporção de pequenas e médias (tabela R3).

	Cooperativas	Mutualidades	Associações	Fundações	Outras formas legais
Agroalimentar	269	0	1 846	8	n/d
Indústria	294	0	106	7	n/d
Energia e utilidades	2	0	24	1	n/d
Construção e imobiliário	319	4	168	38	n/d
Transportes	2	0	12	1	n/d
Comércio	971	1	144	22	n/d
Alimentação e Alojamento	26	0	40	6	n/d
Serviços financeiros e de seguros	0	5 001	149	5	n/d
Limpeza e atividades paisagísticas	0	0	0	0	n/d
Educação	0	4	3 770	442	n/d
Atividades de saúde humana	0	5	n/d	0	n/d
Cuidados residenciais e trabalho social	0	0	5 410	737	n/d
Artes criativas, cultura e entretenimento	1	3	20 084	412	n/d
Outros setores	159	198	69 022	16 132	n/d
TOTAL	2 043	5 216	100 775	17 811	2 331

Tabela R2: Número de ONG na Roménia por área de atividade

Fonte: Comissão Europeia (2024) com base em dados de 2021 do Instituto Nacional de Estatística.

	Cooperativas		Mutualidades		Associações		Fundações		Outras formas legais	
Micro	1 676	82,0%	5 078	97,4%	99 387	98,6%	17 540	98,5%	1 226	98,6%
Pequena	317	15,5%	132	2,5%	1 246	1,2%	240	1,3%	17	1,4%
Média	49	2,4%	6	0,1%	137	0,1%	31	0,2%	0	0,0%
Grande	1	0,0%	0	0,0%	5	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	2 043	100,0%	5 216	100,0%	100 775	100,0%	17 811	100,0%	1 243	100,0%

Tabela R3: ONG na Roménia por dimensão

Nota: discrepância no valor das Outras formas legais face à tabela anterior consta do original.

Fonte: Comissão Europeia (2024) com base em dados de 2021 do Instituto Nacional de Estatística.

Emprego

O número de trabalhadores do setor é reportado de forma distinta nas duas principais fontes de dados. Tomando por base a Comissão Europeia (2024, dados de 2021), as associações são as que mais empregam os trabalhadores do terceiro setor romeno (gráfico R1). Por área de atividade, as associações da área da educação seguidas das da saúde são as que mais pessoas empregam (tabela R4). Nas cooperativas são de destacar as da área da indústria e do comércio, e nas fundações, por larga margem, as da área da saúde. Com base em Voicu *et al.* (2024), os números aproximam-se se atendermos apenas aos das organizações sem fins patrimoniais.

Com exceção das mutualidades, as organizações de pequena dimensão são as que congregam a maior força de trabalho em cada um dos tipos de ONG (tabela R5).



Gráfico R1: Volume de emprego por tipo de ONG na Roménia

Fonte: Comissão Europeia (2024) com base em dados de 2021 do Instituto Nacional de Estatística.

	Cooperativas	Mutualidades	Associações	Fundações	Outras formas legais
Agroalimentar	673	0	3 983	29	n/d
Indústria	5 000	0	222	99	n/d
Energia e utilidades	2	0	86	6	n/d
Construção e imobiliário	982	47	490	88	n/d
Transportes	3	0	41	2	n/d
Comércio	4 426	43	532	168	n/d
Alimentação e Alojamento	275	0	149	50	n/d
Serviços financeiros e de seguros	0	4 522	270	8	n/d
Limpeza e atividades paisagísticas	0	0	0	0	n/d
Educação	0	4	17 313	1 916	n/d
Atividades de saúde humana	0	3	10 420	4 968	n/d
Cuidados residenciais e trabalho social	0	n/d	n/d	n/d	n/d
Artes criativas, cultura e entretenimento	0	12	5 368	423	n/d
Outros setores	3 965	1 281	25 369	3 034	n/d
TOTAL	15 326	5 912	64 243	10 791	5 679

Tabela R4: Volume de emprego por área de atividade nas ONG na Roménia

Fonte: Comissão Europeia (2024) com base em dados de 2021 do Instituto Nacional de Estatística.

	Cooperativas		Mutualidades		Associações		Fundações		Outras formas legais	
Microm	3 710	24,2%	3 016	51,0%	24 995	38,9%	3 310	30,7%	5 452	96,0%
Pequena	6 414	41,9%	2 431	41,1%	24 290	37,8%	4 624	42,9%	227	4,0%
Média	4 566	29,8%	465	7,9%	12 885	20,1%	2 857	26,5%	0	0,0%
Grande	636	4,1%	0	0,0%	2 073	3,2%	0	0,0%	0	0,0%
Total	15 326	100,0%	5 912	100,0%	64 243	100,0%	10 791	100,0%	5 679	100,0%

Tabela R5: Volume de emprego por dimensão de ONG na Roménia.

Fonte: Comissão Europeia (2024) com base em dados de 2021 do Instituto Nacional de Estatística.

Voluntariado

A proporção de pessoas que participa em atividades formais e informais de voluntariado cresceu ligeiramente no período entre 2015 e 2022, sendo ainda uma realidade pouco expressiva na Roménia.

	Voluntariado formal (%)		Voluntariado informal (%)	
	2015	2022	2015	2022
Roménia	3,2	3,9	3,2	4,2

Tabela R6: Voluntariado formal e informal na Roménia em 2015 e 2022
Fonte: Eurostat

Afiliação

No European Values Study, a Roménia obteve uma taxa de 24,5%, posicionando-a no segundo patamar de países com percentagens de afiliação entre os 21-28% (gráfico UE8).

Receitas

A Roménia não divulga dados sobre o peso da economia social na economia nacional. As receitas revelam o predomínio das cooperativas na geração de receitas (gráfico R2).

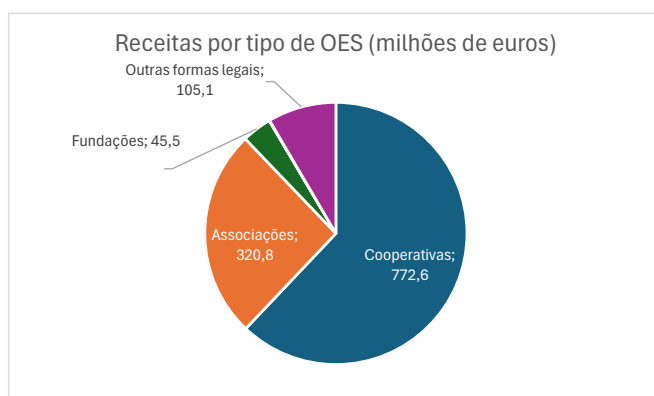


Gráfico R2: Receitas por tipo de Organização da Economia Social na Roménia
Fonte: Comissão Europeia, 2024

Fontes de Fundos

Os fundos públicos são a principal fonte de fundos da economia social (46%), com as receitas próprias a assegurar a fatia seguinte (28%) muito próxima da filantropia (26%). (gráfico TOS4)

Legislação

Durante mais de 80 anos a legislação sobre associações e fundações manteve-se inalterada na Roménia, sob a Lei nº. 21/1924.

Na Roménia os cidadãos podem associar-se livremente em partidos políticos, sindicatos, associações de trabalhadores e outras formas de associação, de acordo com o art.º 40º da Constituição Romena.

A Lei n.º 26/2000, que veio substituir a antiga Lei n.º. 21/1924, inclui a definição de Associação (art.4º), de Fundação (art.º 15º) e de Federação (35.º) e veio proibir a interferência das autoridades públicas no setor. Entre outros aspetos, esta lei veio estipular um mínimo patrimonial, modificar o número de membros para a constituição de uma associação, permitir que associações e fundações conduzam atividades económicas, introduzir o conceito de utilidade pública e estabelecer o registo das ONG, sob alçada do Ministério da Justiça. As Associações e as Fundações são complementadas, entre outras, pelas Associações de Reformados, que beneficiam de uma lei especial, a Lei n.º. 502/2004. Outros tipos de ONGs têm também legislação própria.

Desde 2015 que a Roménia tem uma Lei da Economia Social – Lei nº 219/2015, com o objetivo de estabelecer o enquadramento às organizações que se têm juntado ao setor – como as novas cooperativas, as empresas sociais, cooperativas de crédito para empregados e reformados -, e às que têm reafirmado o seu papel como contribuintes para a resolução de problemas sociais – como as associações e fundações com atividade económica.

A Lei nº 276/2020 veio introduzir algumas alterações e suplementar a Lei da Economia Social.

O voluntariado é regido pela Lei do Voluntariado – Lei nº. 78/2014.

Contextualização histórica

O desenvolvimento mais lento do setor sem fins lucrativos romeno, em comparação com o de outros países do Leste Europeu, deveu-se provavelmente à **história difícil do país** e das suas instituições filantrópicas e sem fins lucrativos, que incluiu os seguintes fatores (Salamon *et al.*, 1999): (1) uma posição geopolítica precária até ao século XX, que deixou as populações divididas e controladas pelos poderes oscilantes dos impérios Austro-húngaro, Otomano e Russo; (2) uma sociedade tradicionalmente rural e atomizada que teve dificuldade em modernizar-se até ao fim do século XIX; (3) a prevalência da Igreja Ortodoxa que, ao contrário da Igreja Católica na Europa Ocidental e Central, teve dificuldade em promover a noção de caridade e da responsabilidade dos indivíduos de assumirem o controlo das suas questões sociais; (4) a unificação de todos os territórios romenos apenas no final da primeira guerra mundial, seguida de um período de democracia terminado com a abolição do pluralismo parlamentar em 1938, o domínio militar durante a segunda guerra mundial e o subsequente domínio comunista; (5) as políticas económicas extremas e a supressão política do regime totalitário de Ceausescu que deixou o país empobrecido até à revolução de 1989.

A existência de associações na Roménia remonta aos **finais da Idade Média**, a organizações como as guildas (“bresle” em romeno), organizações de caridade, associações culturais, sociedades maçónicas e associações políticas (Lambrou&Petrescu, 2019).

No **século XIX** associações e cooperativas de todos os tipos começaram a desempenhar um papel importante na modernização do país. Foi em 1887 que surgiu o primeiro enquadramento legal das cooperativas. No período entre as duas guerras mundiais foram criadas novas disposições legais para as associações e as cooperativas, sendo de 1923 a primeira lei das cooperativas. Em 1928 eram 4 000 as cooperativas existentes. (Lambrou&Petrescu, 2019)

A Roménia foi durante a maior parte do **século XX** uma sociedade rural e economicamente pouco desenvolvida, tendo sido submetida a uma ditadura particularmente opressora durante

a **era Comunista (1945-1989)**, que terminou com a queda do regime de Ceausescu. Durante esta época era impossível criar organizações independentes, as associações mutualistas foram colocadas sob o controlo do Estado e as cooperativas (de trabalhadores, de consumo, de crédito e agrícolas) tornaram-se um ator económico principal juntamente com as empresas públicas, e as RMAA (associações mutualistas romenas para reformados) foram integradas no sistema público de seguros. Embora as autoridades públicas considerassem as cooperativas como entidades privadas, de facto estas prestavam contas não aos seus membros mas ao partido comunista. Foram poucas as associações que sobreviveram a esta fase e as que conseguiram só tinham autonomia formal – associações ligadas a interesses especiais (filatelia e numismática), atividades tradicionais (apicultura ou criação de animais), ou grupos específicos (pessoas com deficiência, senhorios). (Lambru&Petrescu, 2019)

Quando no âmbito do CNP, uma equipa romena realizou o primeiro levantamento de dados sobre o terceiro setor, em 1995, este representava 0,3% do PIB e empregava 37 353 trabalhadores (Salamon *et al.*, 1999). Não só era relativamente pequeno no contexto da economia romena, como era o mais pequeno de entre os países da Europa Central e de Leste. Esta dimensão reduzida verificava-se também ao nível do emprego, mas quando se juntava o voluntariado os números ganhavam outra expressão. O emprego era maior nas organizações de cultura e recreação, seguidas das dos serviços sociais. Quando se juntava o voluntariado, a situação invertia-se, entre estas duas áreas.

A **evolução recente do setor**, depois da queda do comunismo, pode ser organizada em fases, que aqui apresentamos nos termos propostos por Lambru & Dobre (2020) e Lambru & Petrescu (2019).

A **primeira fase**, de relançamento do terceiro setor, iniciou-se com a queda do comunismo em 1989, tendo os cidadãos descoberto o princípio associativo e começado a criar associações e fundações, organizações politicamente independentes, mutualidades e sindicatos independentes. O legado comunista significava, no entanto, que o enquadramento legal era desadequado e que a confiança e a participação dos cidadãos era ainda baixa. É já nesta fase e na seguinte que se assiste ao colapso das cooperativas, percecionadas como instituições do regime comunista. Foram nesta fase abaladas por devoluções aos antigos proprietários, por quebras na produção devida a ausência de mercados, questões de *governance*, quebras grandes no número de membros e grandes défices ao nível da comunicação e da imagem pública e não participaram nos debates sobre a economia social. A confiança no terceiro setor em geral foi também abalada por comportamentos desadequados nalgumas destas organizações, após a libertação do comunismo.

Na **segunda fase**, de 1996-2000, o setor consolidou-se sobretudo com financiamento internacional e de organizações privadas e públicas como a Fundação Soros, a UE, os EEA Grants, a UNAIDS, a USAID, e pressionou no sentido da criação de uma nova lei para o setor. Com a vitória da Convenção Democrática da Roménia em 1996, foram tomadas importantes decisões sobre as relações entre o Governo e as organizações do terceiro setor e foram criadas unidades especiais que facilitaram a cooperação e a parceria com estas organizações em várias áreas de política.

A **terceira fase** surge em 2000 com a preparação da adesão da Roménia à UE, na qual o sistema misto de proteção social se desenvolveu, com a participação das organizações romenas do

terceiro setor. Nesta fase os conceitos de economia social e de empresa social começam a surgir na academia e no debate público. É sobretudo a partir de 2005 que surge o conceito de empresa social, e que estas se começam a expandir. De entre estas destacaram-se as RMAA, que se reorganizam, diversificam e expandem a partir de meados dos anos 90, e que são especialmente bem-sucedidas. Trata-se de associações mutualistas para reformados, criadas para fornecer serviços financeiros, de saúde e sociais. É também sobretudo a partir de 2005 que uma nova geração de cooperativas começa a surgir, dedicadas a áreas como agricultura ecológica, energia renovável e práticas artesanais contemporâneas.

A **quarta fase** iniciou-se em 2007 quando a Roménia se tornou membro da UE, tendo as organizações do terceiro setor sido parceiras estratégicas nas reformas políticas estruturais. A adesão da Roménia à UE em 2007 permitiu o início de um processo de “europeinização” que, para o setor, representou avanços na legislação e a consolidação de práticas. (Lambru&Dobre, 2020) Estas organizações beneficiaram de financiamento europeu para se profissionalizarem e aprenderem a colaborar com as autoridades públicas. Mas nem sempre as entidades públicas tiveram capacidade de implementação, sendo frequentemente alvo de críticas por parte das organizações do terceiro setor, de reduzida capacidade quer administrativa quer política, agravada por uma corrupção endémica. Entretanto o financiamento internacional de outras proveniências que não a UE, foi diminuindo.

O terceiro setor romeno na última década

Pode considerar-se a **quinta fase** a década mais recente.

Acompanhando a transformação democrática da Roménia, as organizações do terceiro setor mudaram o seu papel, de crítica ativa à democracia incipiente dos anos 90 e do status quo em termos de direitos humanos, para se tornarem defensoras e agregadoras dos interesses dos cidadãos e das comunidades em prol do desenvolvimento democrático (Lambru&Dobre, 2020). Mas o terceiro setor romeno e no Leste Europeu em geral, é ainda extremamente sensível, dado o seu papel na democratização, mas também às barreiras que foram erguidas na era populista e de tendências iliberais (Voicu *et al.*, 2024).

Nos últimos anos, sobretudo desde 2015 (em 2017 aconteceram os maiores protestos desde a queda do regime em 1989), os atores políticos têm vindo a reduzir o espaço da sociedade civil e as interações entre as ONG e os políticos tornaram-se muito tensas. (Lambru&Dobre, 2020) Houve alterações fiscais que afetaram negativamente o setor e que incluíram novos procedimentos de reporte, um novo registo das organizações na autoridade fiscal, regulamentação contra a lavagem de dinheiro e a necessidade de reportar os beneficiários. Houve também alterações favoráveis, como o aumento de 2% para 3,5% do montante de consignação fiscal possível aos cidadãos. As ONG consideram que o enquadramento legislativo volátil dificulta o desenvolvimento da sua estratégia e da sua implementação.

De entre os desafios da última década podem destacar-se (Lambru&Dobre, 2020; Cibian, 2022; Social Impact Alliance for CEE, 2023; Philea, 2022):

1. Limitada diversificação das fontes de financiamento das ONG

A UE mantém-se a fonte de fundos mais importante, e as ONG têm procurado assentar nestes o seu desenvolvimento. Contudo, os fundos são geridos pelas autoridades romenas e as relações

contratuais com o Governo que daqui derivam nem sempre têm sido fáceis, dados os atrasos na contratação e nos reembolsos, o débil sistema de avaliação e o cancelamento de programas. Em vários programas as ONG não foram incluídas como elegíveis, o que demonstra os reduzidos níveis de confiança nestas organizações.

As práticas de responsabilidade social por parte das empresas ainda estão a dar os primeiros passos, sendo o nível de maturidade filantrópica ainda reduzido. Ainda assim, já há passos dados, como a possibilidade de afetarem até 20% dos seus impostos a causas sociais. E um inquérito recente mostrou que 55% dos romenos estão disponíveis para dar mais a produtos de empresas com práticas de responsabilidade social.

É fraca a regulamentação existente para as doações de indivíduos. Ainda assim tem havido alguns casos de sucesso (ex. a angariação de fundos realizada pela Asociația Daruieste Viata para a construção de um hospital).

2. Burocracia – AS ONG têm de se registar, mas esse processo é moroso devida a questões sistémicas como tribunais sobrecarregados.

3. Recursos limitados, além dos financeiros. As ONG têm dificuldades de acesso a espaços e raramente são proprietárias dos mesmos. Têm também dificuldade na mobilização de pessoas para membros, voluntários, trabalhadores remunerados ou direções.

4. Crescimento da contestação dos cidadãos contra a corrupção, com o slogan “a corrupção mata” a transformar-se num dos mais importantes slogans utilizados em toda a Roménia. Apesar disto, a participação dos cidadãos e a cultura cívica é ainda reduzida.

6. A persistência na população – e especialmente nos políticos – de falta de compreensão sobre o papel da sociedade civil na promoção e proteção dos valores democráticos. Embora as ONG se tenham vindo a afirmar como prestadoras de serviço nalgumas áreas, não existe ainda uma visão clara por parte das entidades governamentais do papel que estas poderão assumir num sistema misto de prestação de serviços. Existem também lacunas no sistema educacional na promoção do conhecimento dos alunos dos seus direitos e responsabilidades.

7. Reduzido envolvimento das ONG na definição da agenda política: este é cerceado pela capacidade governamental, mas também pela limitação do conhecimento do setor das ONG de como se criam e mantêm redes eficazes de *advocacy* e da capacidade de reunir e tratar os dados necessários para a levar a cabo, nomeadamente dados sobre o impacto que a sua atividade provoca.

8. Burnout das lideranças das ONG: um resultado de todos estes fatores e um sinal da fragilidade e falta de sustentabilidade das ONG.

Algumas das estratégias que têm sido desenvolvidas pelas ONG romenas incluem (Lambrou&Dobre, 2020):

- Melhoria das competências de liderança e de gestão, da investigação ao nível da política e de competências de *advocacy*.
- Cultivo de uma boa relação com os meios de comunicação social, para informar e mobilizar os cidadãos sobre importantes assuntos como a proteção ambiental, a luta contra a discriminação e a luta contra a corrupção. Procuram assim combater as “*fake news*” e a luta dos políticos contra as ONG, que apelidam de “inimigos anti-nacionalistas”.

Em síntese, embora o setor das ONG romenas tenha crescido de forma significativa desde o fim da era comunista, e tenha demonstrado muita vitalidade, por exemplo durante a pandemia e na sequência da guerra na Ucrânia, ainda existem desafios consideráveis que limitam o seu crescimento e até ameaçam a sua existência.

Conclusão da análise comparativa

Como refletem Zimmer e Pahl (2018) o quadro que hoje se pode pintar do terceiro setor na Europa é menos encorajador, comparando com os anos 1990 e 2000. Esses eram tempos de promessa, com o alargamento da União Europeia e a integração de países do Leste europeu e o início dos seus processos de democratização. Hoje a Europa não é exemplo nem de crescimento económico, nem de espaço cívico em expansão.

Este trabalho ilustra o desenvolvimento do terceiro setor no espaço europeu. O setor das ONG europeu tem hoje uma dimensão e âmbito significativos e uma diversidade surpreendente e inspiradora. Os países que aqui foram analisados são exemplo disso. Realizado a partir da realidade portuguesa, este estudo teve como objetivo conhecer a realidade de outros quatro países europeus, dois integrantes da União Europeia – a Grécia, no sul da Europa, e a Roménia no leste do continente, e outros dois que estão fora dessa união, a Noruega e o Reino Unido. Todos têm uma história longínqua de desenvolvimento dos terceiros setores, e em todos o século XIX e início do século XX foram determinantes no seu desenvolvimento, a par da formação dos respetivos estados de bem-estar. Mas nuns, esse desenvolvimento foi interrompido por guerras e regimes opressivos, enquanto noutros não. O Reino Unido terá sido o país dos cinco que escapou nessa fase a eventos seriamente inibidores do desenvolvimento da sociedade civil e das suas organizações. A Noruega libertou-se do domínio sueco no início do século XX, apesar de durante essa subjugação ter tido alguma liberdade que lhe permitiu, inclusive, ter a sua Constituição. Tem um setor vibrante, não sem os seus desafios. Mas a Grécia, Portugal e a Roménia tiveram eventos sérios que puseram a liberdade das populações em suspenso, a energia da criação associativa transformada em medo de perseguições, e o espaço cívico retraiu-se. Por isso a sua história de desenvolvimento das ONG mais recente torna-se particularmente interessante.

A exploração da realidade do setor nos cinco países permitiu compreender melhor a diversidade e encontrar nela fonte para reflexão.

O voluntariado está em contração nalguns países europeus e a afiliação a organizações, como membros, parece ser vista pelos mais jovens como uma forma de compromisso demasiado duradoura para aderirem. Preferem experiências de voluntariado curtas, e são atraídos pelos *media sociais* para oportunidades mais curtas, que os atraem. A prestação de serviços sociais nalgumas partes da Europa está aberta ao mercado em processos concorrenciais de contratação pública em que ganham os melhores independentemente da sua natureza. Há áreas que tipicamente eram supridas pelo Estado ou por organizações da área social por este subvencionadas, que hoje podem estar a ser asseguradas por empresas privadas de forma crescente. Se por um lado a sociedade civil parece estar conformada ou até satisfeita com uma qualidade de serviço superior, a questão que se levanta é se essa será a melhor forma de gastar os recursos públicos. Este é um tema relevante para um país que já está neste caminho, como para qualquer outro que o poderá seguir. O que se espera do setor das ONG? Qual a essência e o propósito do terceiro setor?

São estas questões e estes temas que o presente relatório aborda nesta segunda parte, a partir dos casos nacionais que explorou e da sua contextualização no espaço geográfico europeu. E a partir do seu lugar, Portugal poderá aprender muito com estas outras realidades.

Ao nível supra-organizacional e de política, deixam-se as seguintes sugestões:

- Produzir mais e melhor informação sobre o setor, comparável com outros países europeus.
- Acompanhar a evolução do voluntariado procurando compreender a qualidade da experiência e atuar sobre a mesma.
- Promover uma reflexão sobre a identidade do setor e o que a sociedade gostaria que fosse o sentido da evolução futura.
- Acompanhar a evolução do espaço cívico na Europa e contribuir para reflexão e ação no sentido desejado.

Finalmente, uma nota sobre a discrepância entre os países ao nível da qualidade e da abrangência da informação disponível. Há um longo caminho a percorrer no sentido da comparabilidade de dados na Europa, mas há países que têm já uma riqueza de informação que vale a pena replicar. Na certeza de que só é possível atuar sobre as condições, internas e externas, que afetam o setor das ONG, se se produzir informação e reflexão.

Referências

- Anheier, H. (2004). *Civil Society – Measurement, Evaluation, Policy*. Earthscan.
- Anheier, H. (2014). *Nonprofit Organizations: Theory, Management, Policy*. 2nd edition. Routledge.
- Anheier, H., Lang, M., & Toepler, S. (2020). “Comparative Nonprofit Sector Research”. In *The Nonprofit Sector – a Research Handbook*. Stanford University Press. pp. 648-676.
- Anheier, H. (2023). *Comparative Research on Nonprofit Organizations and Sectors: Looking Back and Looking Forward*. *Voluntas* 34:1115-1121. <https://doi.org/10.1007/s11266-023-00608-5>
- Arnesen, D. & Sivesind, K. (2020). *Organisasjonslandskap i endring 2009–2019: Fra ideologisk samfunnsendring til individuell utfoldelse? Research report*. Institutt for samfunnsforskning. <http://hdl.handle.net/11250/2639499>
- Bond (2024). *UK civic space: what is happening? 2023-2024*. https://www.bond.org.uk/wp-content/uploads/2024/07/Bond_UK-Civic-Space_FINAL.pdf
- Borzaga, C. & Defourny, J. (eds.) (2001). *The Emergence of the Social Enterprise*. Routledge. <https://www.routledge.com/The-Emergence-of-Social-Enterprise/Borzaga-Defourny/p/book/9780415339216>
- Borzaga, C., Galera, G., Franchini, B., Chiomento, S., Nogales, R. & Carini, C. (2020). *Social Enterprises and their Ecosystems in Europe – comparative synthesis report*. https://base.socioeco.org/docs/social_enterprises_and_their_ecosystems_in_europe_comparative_synthesis_report.pdf
- Bouchet, N. & Wachsmann (2019). *A Matter of Precaution – watching the Shrinking Space in Western Europe*. *Maecenata Observatorium*, n. 29, April & The German Marshall Fund of the United States. <https://www.gmfus.org/sites/default/files/A%20Matter%20of%20Precaution%E2%80%94Watching%20the%20Shrinking%20Civic%20Space%20in%20Western%20Europe.pdf>
- CASES (sd). *Coletânea de textos comunitários institucionais – Economia Social: Cooperativas*. <https://cases.pt/wp-content/uploads/2016/11/04LC-Parte-I-EcoSocial-Cooperativas.pdf>
- CASES (2023). *Demografia do setor cooperativo 2023*. <https://cases.pt/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-Anual-Demografia-2023.pdf>
- CASES&INE (2023). *Conta Satélite da Economia Social 2019/2020*. https://cdn.ump.pt/files/files/Conta_Satelite_INE_Economia_Social_2019_2020.pdf
- CASES&INE (2018). *Inquérito ao Setor da Economia Social 2018*. <https://cases.pt/wp-content/uploads/2023/10/ISES2018.pdf>
- Cibian, S. (2022). *Civil Society in Romania: Mapping the vulnerabilities of a consolidating sector*. *Observatorium*, nr. 64 – December 2022. Maecenata Stiftung. <https://www.maecenata.eu/2022/12/12/observatorium-64-civil-society-in-romania-mapping-the-vulnerabilities-of-a-consolidating-sector/>
- CIRIEC (2000). *The enterprises and organizations of the third system – strategic challenge for employment*. <https://www.ciriec.uliege.be/wp-content/uploads/2015/12/Enterprisesorganizations3system-StrategicEN.pdf>
- CIRIEC (2017). *Recent Evolutions of the Social Economy in the European Union*. European Economic and Social Committee.
- Comissão Europeia (2019) *Social enterprises and their ecosystems in Europe. Country fiche: Norway*. Author: Lars U. Kobro. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível aqui: <https://euricse.eu/en/social-enterprises-and-their-ecosystems-in-europe-mapping-study/>
- Comissão Europeia (2020) *Social enterprises and their ecosystems in Europe. Comparative synthesis report*. Authors: Carlo Borzaga, Giulia Galera, Barbara Franchini, Stefania Chiomento, Rocio

- Nogales and Chiara Carini. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível aqui: <https://euricse.eu/en/social-enterprises-and-their-ecosystems-in-europe-mapping-study/>
- Comissão Europeia (2021). Annual Single Market Report 2021. Disponível aqui: https://commission.europa.eu/system/files/2021-05/swd-annual-single-market-report-2021_en.pdf
- Comissão Europeia (2021). Impact of the European Commission’s Social Business Initiative (SBI) and its follow-up actions. Haarich, S., Holstein, F., Spule, S., Galera, G. *et al.*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. <https://data.europa.eu/doi/10.2767/463497>
- Comissão Europeia (2024). *Benchmarking the socio-economic performance of the EU social economy – Improving the socio-economic knowledge of the proximity and social economy ecosystem*. European Commission: European Innovation Council and SMEs Executive Agency. Carini, C., Galera, G., Tallarini, G., Chaves Avila, R. *et al.*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. <https://data.europa.eu/doi/10.2826/880860>
- Co-operatives UK (2024). Co-operative and Mutual Economy 2024 - a report on the UK’s democratic economy. https://www.uk.coop/sites/default/files/2024-09/Co-operative_Mutual_Economy_2024.pdf
- Dharendorf, R. (1997). After 1989 – Morals, Revolution and Civil Society. St. Antony’s Series. St. Martin’s Press.
- Douvitsa, I. (2023). A Empregabilidade no Setor da Economia Social: Tendências e Perspetivas. (original: Η απασχόληση στον χώρο της κοινωνικής οικονομίας: τάσεις και προοπτικές) <https://imegseevee.gr/wp-content/uploads/2023/01/douvitsa.pdf>
- EESC (2022). New trends in the development of volunteering in the European Union. <https://www.eesc.europa.eu/en/our-work/publications-other-work/publications/new-trends-development-volunteering-european-union>
- Enjolras, B. (2021). Explaining the Varieties of Volunteering in Europe: a Capability Approach. *Voluntas*, 38:1187-1212. <https://link.springer.com/article/10.1007/s11266-021-00347-5>
- Enjolras, B. & Stromsnes, K. (eds) (2018). *Scandinavian Civil Society and Social Transformations – The Case of Norway*. Nonprofit and Civil Society Studies. Springer.
- Esping-Andersen, G. (1990). The three worlds of welfare capitalism. *Polity*.
- European Civic Forum (2024). Civic Space Report. https://civic-forum.eu/wp-content/uploads/2024/05/Civic-Space-Report-2024_ECF.pdf
- EVS (2017). European Values Study 2017. Integrated dataset ZA7500. GESIS Data Archive. <https://www.gesis.org/en/european-values-study/data-and-documentation/5th-wave-2017>.
- Fernandes, J. e Assoc. (2016). A Economia Social em Portugal – necessidades, perspetivas e fontes de financiamento. https://josemanuelfernandes.eu/wp-content/uploads/2022/04/AF_JMF_ECONOMIA_LIVRO_ISSU.pdf
- Flynn, P. (1998). Third System and Employment (Joint European Commission/European Parliament Seminar). European Commissioner with Responsibility for Employment and Social Affairs. SPEECH/98/181. European Parliament, Brussels, 24 September 1998. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/api/files/document/print/en/speech_98_181/SPEECH_98_181_EN.pdf
- Franco, R. (2005). Defining the Nonprofit Sector: Portugal. The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector. Working Paper n.43. <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=bee072bd271c045af6c26f593f02160bd1b0eca1>
- Franco, R., Sokolowski, W, Hairel, E. & Salamon, L. (2005). O setor não lucrativo português numa perspetiva comparada. Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Economia e Gestão & The Johns Hopkins University.

- Franco, R. (coord.) (2015). Diagnóstico das ONG em Portugal. Fundação Calouste Gulbenkian. <https://gulbenkian.pt/publications/diagnostico-das-ong-em-portugal/>
- Franco, R., Sokolowski, W., Salamon, L. (2017). Portugal – In Transition from Statist to Welfare Partnership. In Salamon, L., Sokolowski, W. & Haddock, M. (eds.). Explaining Civil Society Development – A Social Origins Approach. Johns Hopkins University Press.
- Garrido, A. (2023). Uma história da economia social. Tinta da China edições.
- Geormas, K. (2018). New legal environment of the Greek Social and Solidarity Economy: Impediments and opportunities for the development of the sector. 2nd International Forum of Cooperative Law, 26-29 September, Athens, Greece. <https://iuscooperativum.org/wp-content/uploads/2018/10/Geormas-Konstantinos-New-legal-environment-of-the-Greek-Social-and-Solidarity-Economy-Impediments-and-opportunities-for-the-development-of-the-sector.pdf>
- Giddens, A. (1987). The Nation-State and Violence. Berkeley: University of California Press.
- Haarich, S., Holstein, F., Spule, S., Galera, G., Franchini, B., Borzaga, C., Chiomento, S., Spiess-Knafl, W., Scheck, B. & Salvatori, G. (2020). Impact of the European Commission’s Social Business Initiative (SBI) and its Follow-up Actions. Study for DG Employment, Social Affairs and Inclusion, European Commission. Disponível aqui: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=8373&furtherPubs=yes>
- Harris, M. (2018). UK Civil Society: Changes and Challenges in the Age of New Public Governance and the Marketized Welfare State. Nonprofit Policy Forum, 8(4):351-368. <https://doi.org/10.1515/npf-2017-0017>
- Henriksen, L., Stromses, K., Svedberg, L. (eds) (2019). Civic Engagement in Scandinavia – Volunteering, Informal Help and Giving in Denmark, Norway and Sweden. Springer.
- Hilson, M. (2020). The Nordic Welfare Model, in Lindskog, A. and Stougaard-Nielsen, J. (eds), Introduction To Nordic Cultures, pp. 70-83. UCL Press.
- INE (2006). Conta Satélite das Instituições Sem Fins Lucrativos 2006 – projeto piloto / versão reduzida. https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=122650440&att_display=n&att_download=y
- INE (2013). Conta Satélite da Economia Social 2010. 1ª edição da Conta Satélite. <https://www.ine.pt/xurl/pub/157543613> e https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=150318107&DESTAQUESmodo=2
- INE (2016). Conta Satélite da Economia Social 2013. 2ª edição da Conta Satélite. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=278816922&DESTAQUESmodo=2
- INE (2019). Conta Satélite da Economia Social 2016. 3ª edição da Conta Satélite. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=379958840&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt
- INE (2023). Conta Satélite da Economia Social 2019 e 2020. 4ª edição da Conta Satélite. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=620418151&DESTAQUESmodo=2
- IOBE (2023). Study on the Contribution of Civil Society to the Greek Economy. Bodossaki Foundation.
- Kendall, J. & Knapp, M. (1997). The United Kingdom. in Salamon, L. & Anheier, H. (eds). Defining the Nonprofit Sector: A Cross-National Analysis. Manchester University Press.
- Lambrou, M. & Dobre, A. (2020). Romania: re-shaping the CSO sector in difficult conditions. *Problemy Polityki Społecznej*, 50(3): 61–75. <https://doi.org/10.31971/16401808.50.3.2020.4>
- Lambrou, M. & Petrescu, C. (2019). Social Enterprises and Their Ecosystems in Europe – Country Report: Romania. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/e571ad7d-67fd-11e9-9f05-01aa75ed71a1/language-en>

- Makrides, V. (2022). Contested Civic Spaces in Greece in the Context of Foreign Immigration and the Refugee Crisis of 2015. *Nonprofit Policy Forum* 2022; 13(3): 251-268.
- NCVO (2019). UK Civil Society Almanac – Data. Trends. Insights. 06.2019. <https://www.ncvo.org.uk/news-and-insights/news-index/uk-civil-society-almanac-2023/about/previous-editions/>
- NCVO (2020). UK Civil Society Almanac – Data. Trends. Insights. <https://www.ncvo.org.uk/news-and-insights/news-index/uk-civil-society-almanac-2023/about/previous-editions/>
- NCVO (2021). UK Civil Society Almanac – Data. Trends. Insights. 01.09.2021. <https://www.ncvo.org.uk/news-and-insights/news-index/uk-civil-society-almanac-2021/>
- NCVO (2022). UK Civil Society Almanac – Data. Trends. Insights. 18.10.2022. <https://www.ncvo.org.uk/news-and-insights/news-index/uk-civil-society-almanac-2022/>
- NCVO (2023). UK Civil Society Almanac – Data. Trends. Insights. 12.10.2023. <https://www.ncvo.org.uk/news-and-insights/news-index/uk-civil-society-almanac-2023/about/>
- NCVO (2023a). Time Well Spent 2023 – a national survey on the volunteer experience. <https://www.ncvo.org.uk/news-and-insights/news-index/time-well-spent-2023/>
- Nasioulas, I. (2011). Greek Social Economy at the cross-roads Law 4019/2011 and the institutionalization challenge. CIRIEC Working Papers 1110. CIRIEC – Université de Liège. <https://www.ciriec.uliege.be/repec/WP11-10.pdf>
- Nasioulas, I. (2016). The Greek Law 4430/2016 on Social and Solidarity Economy: Breakthroughs and Backdrops. Policy Briefs #2. 1.12.2016. The Social Economy Institute. https://www.ess-europe.eu/sites/default/files/publications/files/policy_briefs_2_-_ioannis_nasioulas.pdf
- Norsk Tipping (2024). Norsk Tipping's Annual and Sustainability Report 2023. <https://www.datocms-assets.com/88239/1718208250-norsk-tipping-arsrapport-pdf-eng.pdf>
- Owen, D. (1964). *English Philanthropy*. The Belknap Press of Harvard University Press.
- Philea (2022). *The Philanthropy Environment in Europe*. Philanthropy Europe Association. In partnership with IUPUI Indiana University – Lily Family School of Philanthropy. <https://philea.eu/wp-content/uploads/2022/12/The-Philanthropy-Environment-in-Europe-December-2022.pdf>
- Powell, W. & Bromley, P. (2020) (eds.). *The Nonprofit Sector – a Research Handbook*. 3rd edition. Stanford University Press.
- Putnam, R. (2000). *Bowling Alone*. Simon & Schuster.
- Qvist, H.-P., Folkestad, B., Fridberg, T. & Lundasen, S. (2019). Trends in Volunteering in Scandinavia. In Henriksen, L.S, Strømsness, K. & Svedberg, L. (eds.): *Civic Engagement in Scandinavia. Nonprofit and Civil Society Studies (An International Multidisciplinary Series)*. Springer. <https://vbn.aau.dk/ws/portalfiles/portal/288492021/Chapter3TrendsInVolunteeringInScandinavia.pdf>
- Regjeringen (2023). *Videreutvikling av Frivillighetsregisteret. Arbeidsgruppens rapport*. https://www.regjeringen.no/contentassets/4568c707f88a4e2f81c3da4d2fee15c8/sluttrapport_videreutvikling-av-frivillighetsregisteret-2022.pdf
- Salamon, L. & Anheier, H. (1992). In Search of the Nonprofit Sector I: The Question of Definitions. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*. 3(2): pp.125-161. <https://doi.org/10.1007/BF01397770>
- Salamon, L. & Anheier, H. (eds) (1997). *Defining the Nonprofit Sector: A Cross-National Analysis*. Manchester University Press.
- Salamon, L. & H. Anheier (1998). “Social Origins of Civil Society: Explaining the Nonprofit Sector Cross-Nationally”. *Voluntas*, 9(3): 213-248. <https://www.jstor.org/stable/pdf/27927612.pdf>

- Salamon, L. & Sokolowski, W. (2001). Volunteering in cross-national perspective: Evidence from 24 countries. Working paper of The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project. <https://www.iriv-vaeb.net/fichiers/Ressources%20Europe/Johns%20Hopkins%20Study.pdf>
- Salamon, L. & Sokolowski, W. (2016). Beyond Nonprofits: Re-conceptualizing the Third Sector. *Voluntas* 27:1515-1545. <https://doi.org/10.1007/s11266-016-9726-z>
- Salamon, L., Sokolowski, W. & Associates (2004). Global Civil Society – Dimensions of the Nonprofit Sector. The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project.
- Salamon, L., Sokolowski, W. & Haddock, M. (2017) (eds.). Explaining Civil Society Development – A Social Origins Approach. Johns Hopkins University Press.
- Salamon, L. & Sokolowski, W. (2018). The Size and Composition of the European Third Sector. In Enjolras, B., Salamon, L., Sivesind, K., Zimmer, A. (eds.). *The Third Sector as a Renewable Resource for Europe - Concepts, Impacts, Challenges and Opportunities*. pp.49-75. <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-71473-8>
- Salamon, L., Toepler, S. & Associates (1999). Romania – Chapter 17. In Salamon, L., Anheier, H., List, R., Toepler, S. Sokolowski, W, *Global Civil Society – Dimensions of the Nonprofit Sector*. The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector.
- Selle, P., Stromsnes, K. & Loga, J. (2018). State and Civil Society: A Regime Change? In Enjolras, B. and K. Stromsnes, *Scandinavian Civil Society and Social Transformations – The Case of Norway*. Nonprofit and Civil Society Studies. Springer.
- Sivesind, K., Arnesen, D., Gulbrandsen, T., Nordo, A. & Enjolras, B. (2018). An Organizational Landscape in Transformation. In Enjolras, B. & Stromsnes, K. (eds), *Scandinavian Civil Society and Social Transformations – The Case of Norway*. Springer.
- Sivesind, K. (2022). The 2022 Global Philanthropy Environment Index – Norway. IUPUI Indiana University – Lily Family School of Philanthropy. <https://scholarworks.indianapolis.iu.edu/server/api/core/bitstreams/5be49ff9-a8d2-40d5-9b56-b1839ac6b535/content#:~:text=There%20are%20few%20legal%20and,have%20public%20sources%20of%20income.>
- Social Impact Alliance for CEE - Central and Eastern Europe (2023). Philanthropy and Corporate Social Responsibility in Central & Eastern Europe. Romania. https://www.rdcc.ro/wp-content/uploads/2023/05/Philanthropy_and_Corporate_Social_Engagement_in_CEE-ro_en.pdf
- Sotiropoulos, D. & Karamagioli, E. (2006). Greek Civil Society: The Long Road to Maturity. CIVICUS Civil Society Index Short Assessment Tool (CSI-SAT).
- Spear, R. (2001). United Kingdom: a wide range of social enterprises. In Borzaga, C. & Defourny, J. (eds.) *The Emergence of the Social Enterprise*. Routledge.
- Spear, R., Defourny, J. & Laville, J-L. (2001). Tackling Social Exclusion in Europe – The Contribution of the Social Economy”. Routledge. <https://www.routledge.com/Tackling-Social-Exclusion-in-Europe-The-Contribution-of-the-Social-Economy/Spear-Defourny-Laville/p/book/9781315204680>
- Traetteberg, H. & Fladmoe, A. (2020). “Quality Differences of Public, For-Profit and Nonprofit Providers in Scandinavian Welfare? User Satisfaction in Kindergartens.” *Voluntas*, 31:153-167.
- Toia, P. (2009). Report on Social Economy. Motion for a European Parliament Resolution. Committee on Employment and Social Affairs. Rapporteur: Patrizia Toia. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-6-2009-0015_EN.html
- United Nations (2003). Handbook on Non-profit Institutions in the System of National Accounts. https://digitalibrary.un.org/record/504170/files/seriesf_91e.pdf
- United Nations (2020). Handbook on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work. <https://doi.org/10.18356/a95a4f95-en>
- Westlund, H., Barea, J., Monzon, J. L. & Barea, M. (2006). Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy : Co-operatives and mutual societies.

- Valvis, A., Petropoulos, S., Kaisari, K. & Huliaras, A. (2021). Blessing or Curse?: The Impact of the Refugee Crisis on Organized Civil Society in Greece. *Southeastern Europe*, 45(1), 93-122.
https://brill.com/view/journals/seeu/45/1/article-p93_93.xml?language=en
- Voicu, B. (coord.) (2024). Romania 2024 – The Non-Governmental Sector – Profile, Trends, Challenges. Civil Society Development Foundation. <https://civic-forum.eu/members-corner/civil-society-development-foundation-fdsc-romania-2024-the-non-governmental-sector-profile-trends-challenges>
- Zimmer, A. & Pahl, B. (2018). Barriers to Third Sector Development, in Enjolras, B., Salamon, L., Sivesin, K., Zimmer, A. (eds), *The Third Sector as a Renewable Resource for Europe – Concepts, Impacts, Challenges and Opportunities*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-71473-8>
- Ziomas, D., Ketsetzopoulou, M. & Bouzas, N. (2001). Social enterprises responding to welfare needs. In Borzaga, C. & Defourny, J. (eds.). *The Emergence of the Social Enterprise*. Routledge.
<https://www.routledge.com/The-Emergence-of-Social-Enterprise/Borzaga-Defourny/p/book/9780415339216>

Outras fontes:

- Instituto de Estatística da Noruega / Statistics Norway: <https://www.ssb.no/en/nasjonalregnskap-og-konjunkturer/nasjonalregnskap/statistikk/satellitregnskap-for-ideelle-og-frivillige-organisasjoner>
- OHCHR - Civic Space: <https://www.ohchr.org/en/civic-space>
- OurWorldinData / Integrated Values Survey: <https://ourworldindata.org/trust#all-charts>
- Thalys service: <https://greekngosnavigator.org/language/en/>
- The Norwegian Gambling and Foundation Authority: <https://lottstift.no/en/foundations-in-norway/>



porto.ucp.pt/ates



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

PORTO



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN